

Numerar e categorizar os vassallos d'el-Rei: o caso de Goa (1720-1835)

Anabela Clemente de Barros

**Dissertação de Mestrado em História do Império
Português**

Agosto, 2020

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo Teodoro de Matos.

À memória da minha mãe
e dos meus avós.

AGRADECIMENTOS

No fim deste projeto quero deixar algumas palavras de agradecimento às pessoas que foram fundamentais para a sua concretização. Agradeço ao Professor Doutor Paulo Teodoro de Matos pela competente orientação, rigor, partilha de saber e de fontes que foram fundamentais para a realização desta dissertação. Quero agradecer aos docentes da parte curricular do Mestrado em História do Império Português pelos ensinamentos transmitidos que contribuíram para a execução deste trabalho.

Deixo uma palavra de apreço aos funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino e da Biblioteca Pública de Évora pela ajuda no acesso às fontes e bibliografia.

Aos meus familiares agradeço as palavras de incentivo que me deram ao longo deste percurso. Um obrigado especial ao meu marido e ao meu filho pelo apoio incondicional, carinho, paciência e por terem compreendido os momentos em que estive ausente durante esta jornada.

NUMERAR E CATEGORIZAR OS VASSALOS D'EL-REI: O CASO DE GOA (1720-1835)

ANABELA CLEMENTE DE BARROS

RESUMO

Na primeira metade do século XVIII, durante o reinado de D. João V, deu-se início a uma nova fase na estatística da população ultramarina, que ganhou regularidade durante o período pombalino, com o diploma régio de 21.05.1776. A partir de então todos os governadores ultramarinos deveriam enviar anualmente um “mapa” da população do território que administravam.

A Coroa portuguesa, com a finalidade de conhecer a população do império, mandou elaborar mapas estatísticos às entidades locais. Estes levantamentos populacionais tinham como objetivo promover o controlo sobre as populações e o seu território, assim como responder às necessidades administrativas, militares e fiscais. A recolha de dados assentava num processo burocrático e integrado em quadros normativos. Estas tabelas estatísticas incluíam informações sobre a composição social, religiosa, étnica e estrutura etária da população do império.

Tendo como fonte primordial o numeramento de 1720 e os mapas estatísticos disponíveis a partir de 1776 pretendemos estudar a categorização social em Goa, entre 1720-1835, numa perspetiva de longa duração. O estudo incidirá sobre as diversas fases temporais e “modelos estatísticos” utilizados em cada uma delas, assim como os quadros normativos que lhes estão associados. Serão analisadas as formas de levantamento de dados e as entidades envolvidas, bem como as especificidades locais em termos de aplicação das ordens régias. Será feita a identificação e evolução das diversas categorias sociais e as formas como em cada momento estas categorizações responderam às necessidades das administrações coloniais e às necessidades militares e fiscais da Coroa.

PALAVRAS-CHAVE: Goa; Populações Coloniais; Demografia; Categorização Social; Império Português.

COUNTING AND CATEGORIZING THE KING'S VASSALS: THE CASE OF GOA (1720-1835)

ANABELA CLEMENTE DE BARROS

ABSTRACT

In the first half of the 18th century, during the reigning of D. João V, it was initiated a new phase of colonial population statistics, that gained regularity during the Pombal period with the royal law of may the 21st of 1776. Since then all colonial governors should send a “map” of the population in their territory annually.

The Portuguese Crown, with the objective of knowing the population of the Empire ordered their local entities to make statistics maps. These population surveys had the goal of promoting the control over populations and their territory, as much as answering administrative, military and fiscal needs. The data collection was a bureaucratic process integrated in a normative framing. These “population tables” included data about the social, religious, ethnic and age composition of the population of the empire.

Having as primary source the population's charts of 1720 and statistic maps, available since 1776, we intend to study the social categorization in Goa from 1720 to 1835 in a long duration perspective. This study will focus on the different time phases and “statistic models” used in each of the phases. It will be analyzed the forms of data collection and the entities involved, as well as the local specificities in terms of the application of royal orders. It will be made the identification and the evolution of the different social categories and the forms that each of them took in different moments to respond to the needs of colonial administrations, as well as the military and fiscal needs of the Portuguese Crown.

KEYWORDS: Goa; Colonial Populations; Demography; Social Categorization; Portuguese Empire.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1- FONTES E METODOLOGIA	8
CAPÍTULO 2- A ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1720-1835)	15
CAPÍTULO 3- GOA: ENQUADRAMENTO SOCIAL	30
CAPÍTULO 4- CATEGORIZAÇÃO SOCIAL EM GOA A PARTIR DOS “MAPAS” DA POPULAÇÃO.....	54
4.1. Os primeiros numeramentos (1720-1753)	54
4.2. A normalização da estatística (1776-1825)	68
4.3. As transformações do liberalismo (1826-1835)	81
CONCLUSÃO	90
FONTES MANUSCRITAS	96
BIBLIOGRAFIA	98
ANEXOS	106
LISTA DE QUADROS.....	113
LISTA DE ANEXOS.....	114
LISTA DE MAPAS E FIGURAS	115

INTRODUÇÃO

No século XVIII, o Império Português estendia-se por diversos continentes abrangendo territórios na Ásia (Goa, Damão, Macau, Timor e, até 1739, a Província do Norte, que incluía Chaul, Baçaim e Diu) em África (Oriental- Moçambique e Ocidental-Angola), na América (Brasil) e incluía os arquipélagos atlânticos da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Todo este espaço era marcado por uma grande diversidade de grupos étnicos que se identificavam ou eram identificados pela sua origem, religião, ocupação e cultura¹.

Enquadrada neste vasto império, a cidade de Goa conquistada por Afonso de Albuquerque em 1510, tornara-se a capital do *Estado da Índia* a partir de 1530. Era um pequeno território situado entre os Gates Ocidentais e o mar, marcado por extensos palmares, rios caudalosos, canais e pontuado por construções que testemunhavam a presença portuguesa e o esplendor, entretanto perdido. O carácter de “ponte entre dois mundos”², que lhe é associado, fez com que ao longo de vários séculos influências aparentemente contraditórias se tivessem fundido “numa síntese que, recozida pelo tempo, se tornou harmoniosa”³, uma singularidade marcada pela presença de um modo de vida e de uma cultura peculiares.

A região das *Velhas Conquistas* de Goa é formada por três províncias Bardez (264 km²), Tiswadi (166 km²) e Salsete (365 km²)⁴, separadas umas das outras por rios que descem dos Gates Ocidentais. A origem dos seus nomes deriva do número de possessões originais que existia em cada uma delas. A mais antiga referência aos seus nomes aparece numa inscrição de concessão, em sânscrito, ao governador Vijayanagara de Goa, datada de 1391 d.C.⁵. Nas *Velhas Conquistas* foram incluídas as ilhas de Angediva e Tiracol. Posteriormente, no terceiro quartel do século XVIII, o espaço de Goa

¹ A. J. R. Russell-Wood, “Comunidades Étnicas”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume III, 1998, pp. 210-211.

² Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 246.

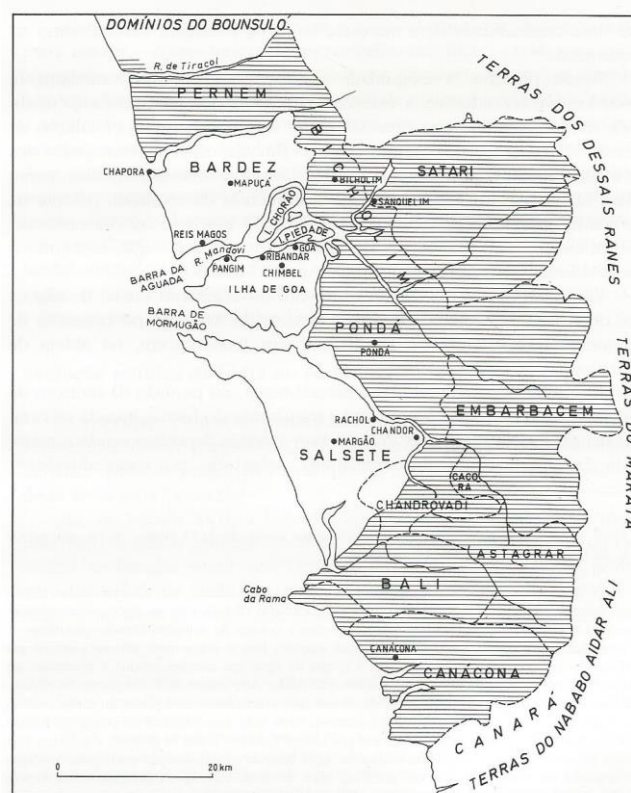
³ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*, p. 246.

⁴ Ver anexo I- “Planta da ilha de Goa na Índia e suas terras confinantes (1747)”, p. 106.

⁵ Teotónio de Souza, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 51.

alargou-se, fazendo parte das *Novas Conquistas* terrenos nos Gates e da zona de transição. A grande diversidade morfológica de Goa conferiu estilos próprios de ocupação do solo e da atividade humana. Os arrozais, as hortas, os bosques de palmeiras, a criação de gado e a pesca constituíram os principais modos de vida das populações, de acordo com os espaços ocupados, sendo a plantação e a colheita marcada pelo período de monção. Em Goa contrastava a zona litoral mais povoada, centro económico e político, com a zona montanhosa que a protegia e facilitava a sua defesa⁶.

Mapa 1- O território de Goa na segunda metade do século XVIII⁷



Afonso de Albuquerque, quando chegou a Goa rapidamente se apercebeu que para além de ser um lugar central de comércio era um ponto estratégico, tendo para aí transferido o seu quartel-general. A cidade situa-se na costa Norte da ilha de Tiswadi

⁶ Cf. Teotónio de Souza, *Op. cit.*, pp. 51-52; Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, 2.ª edição, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica, 1999, pp. 14-19.

⁷ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, p. 17.

(Ilhas de Goa) e na margem esquerda do rio Mandovi⁸. Ficou conhecida por *Goa Dourada*, devido aos vestígios de um património edificado em igrejas, conventos e palácios testemunho da riqueza alcançada, mas também como *Roma do Oriente*, tendo em conta o facto de aí estarem sediadas as grandes congregações religiosas e fixada a sede do arcebispado e metropolitana primaz do Oriente desde 1557⁹.

A *Velha Goa* fora progressivamente abandonada ao longo do século XVII. A fuga da cidade, em especial da elite, excluindo os clérigos, devia-se ao fornecimento de água impura, que provocava o surgimento de cólera e malária endémica, dizimando a população e tornando-a pouco salubre e aprazível¹⁰. O Conde de Alvor¹¹ alterou as instalações do governo para Mormugão. Porém, o plano de aí edificar a capital acabara por não se concretizar. Em meados do século XVIII, o vice-rei e governador Manuel de Saldanha de Albuquerque e Castro¹², deslocou-se definitivamente para Pangim em

⁸ Ver anexo II- “Mapa de Goa (1750)”, p. 106.

⁹ Em Goa, no século XVII, ao longo da margem do rio, estavam localizados os estaleiros e cais, alfândega e armazéns. Atrás dessa linha de estabelecimentos, situavam-se o hospital real e o palácio de vice-reis. No extremo leste do palácio o mercado da cidade e, no extremo oeste, a principal porta de entrada da cidade, o arco dos vice-reis. O centro dos negócios localizava-se na Rua Direita, onde os banqueiros, mercadores e artífices estabeleciam as suas lojas. A artéria principal conduzia à praça da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, onde se encontrava outro espaço de comércio. A praça situada no final da rua principal era conhecida como *pelourinho velho*, onde se encontrava o tribunal de justiça e a esquadra de polícia da cidade. O interior da cidade era um labirinto de ruas e ruelas. A cidade e os subúrbios eram fechados por uma muralha, no exterior encontravam-se postos de vigia, designados *passos*, cada um com um capitão, um escrívão e uma guarnição de homens, cujas funções eram vigiar quem entrava e saía da ilha e impedir a fuga de escravos ou de homens procurados pela justiça. As pessoas e mercadorias que atravessassem as portas pagavam portagens. Em Ribandar e Pangim existiam postos de controlo às embarcações que entravam no rio Mandovi e se dirigiam à cidade. Cf. Teotónio de Souza, *Op. cit.*, pp. 103-110.

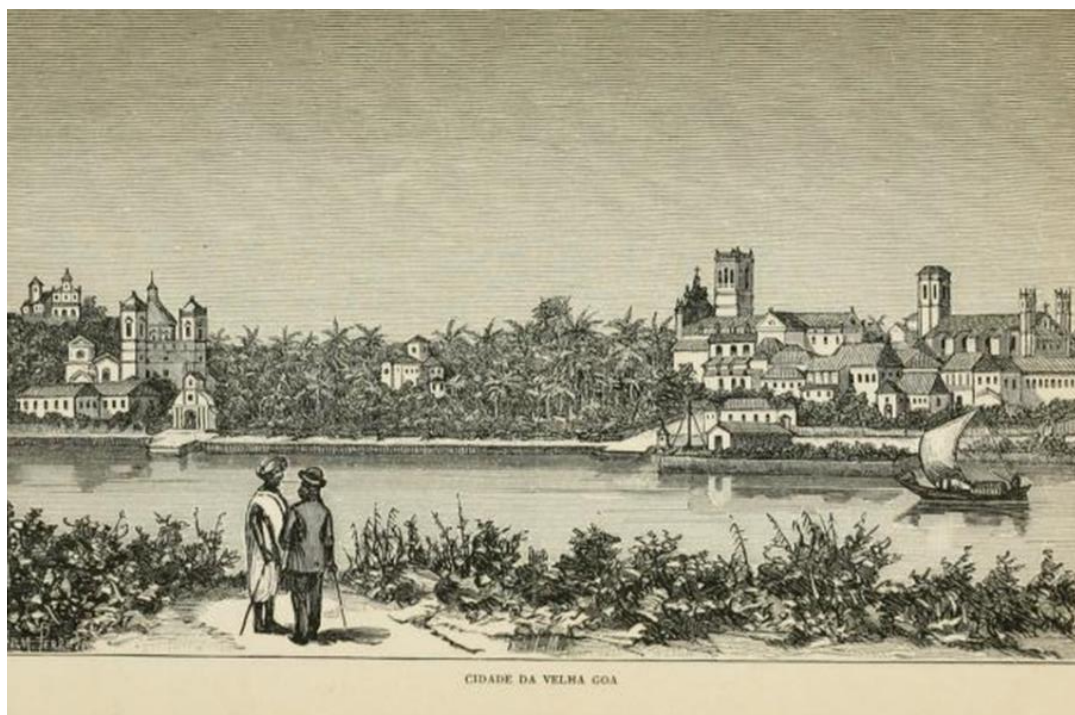
¹⁰ M.N. Pearson, *Os Portugueses na Índia*, Lisboa, Editorial Teorema Lda., 1987, p. 159.

¹¹ O conde de Alvor e também 3.º marquês de Távora, Francisco de Assis e Távora foi nomeado em 1750 pelo rei D. João V, como o 45.º vice-rei da Índia, sucedendo no cargo a D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, 1.º marquês de Alorna. Governou entre 1750 e 1754. Durante a sua governação, Moçambique separou-se do governo da Índia. Este vice-rei informou o poder central que o *Estado da Índia* só se poderia sustentar com o auxílio da metrópole, no entanto, intentou medidas para o fomento do comércio e do governo civil e militar. Em 1752, enviou uma expedição contra a fortaleza de Pirro, do rei Sunda, e ordenou ataques contra Pondá e Zambaulim. Cf. Carlos Alexandre Morais, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*, Macau, Edições ICM, Instituto Rainha D. Leonor, 1993; Francisco Maria Bordalo, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas no Ultramar- O Estado da Índia*, Série II, Livro 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862; João Paulo Oliveira Costa (coord.); José Damião Rodrigues; Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos livros, 2017, p. 289.

¹² O conde da Ega, Manuel de Saldanha e Albuquerque, foi nomeado em 1756 pelo Rei D. José I, como 47.º vice-rei da Índia. Governou entre 1756 e 1765. Intentou ações com vista à fixação de fronteiras, nomeadamente como o Bonsuló; procedeu a levantamentos dos territórios de Sanquelim e Gululem e à estabilização da fronteira sul. Assinou tratados com o rei Sunda em 1760 e, no ano seguinte, com os maratas e o Bonsuló. Mudou a residência para o Palácio de Pangim e no seu tempo foram apreendidos os Jesuítas e confiscados os seus bens. Com vista ao desenvolvimento económico deste território, criou a companhia de Bengala com mercadores hindus, brâmanes de Saraswat, mais tarde a sua atividade foi

1759, tornando-se oficialmente a capital do *Estado da Índia*, pelo alvará da rainha D. Maria II de 21 de março de 1843, com a designação de *Nova Goa*¹³.

Figura 1- Vista panorâmica da Velha cidade de Goa¹⁴



A reduzida capacidade demográfica da *Roma do Oriente* levou Afonso de Albuquerque a promover uma política de miscigenação com as sociedades locais na Ásia. Tal situação, à semelhança do que acontecera noutros espaços do império, deu origem a sociedades coloniais estratificadas e complexas marcadas por critérios

suspensa. Reabriu as fábricas de panos e pediu auxílio financeiro para investir em manufaturas e na marinha de guerra. A sua governação estabeleceu os eixos que marcariam a política da segunda metade do século XVIII, no *Estado da Índia*. O período de governação deste vice-rei coincidiu com uma época de conflitos internacionais, tanto na Europa como na Índia, situação que foi por si aproveitada para marcar a posição de Goa num cenário de conflito das potências vizinhas, os maratas e os ingleses. O conde da Ega regressou a Lisboa em 1765. Cf. Carlos Alexandre Morais, *Op. cit.*; Francisco Maria Bordalo, *Op. cit.*, p.124; João Paulo Oliveira Costa (coord.); José Damião Rodrigues; Pedro Aires Oliveira, *Op. cit.*, pp. 289-290; Ernestina Carreira, “Aspetos políticos”, in Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *O Império Oriental (1608-1802)*, Tomo I, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, volume V, Lisboa, Estampa, 2006, pp. 91-97.

¹³ Cf. Pedro Dias, “A Índia- as cidades e a arquitetura”, in *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 - 1822) O espaço do Índico*, Navarra, Círculo de Leitores, 1998, pp. 49-53.

¹⁴ A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa. Breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*, Lisboa, Imprensa Nacional, volume 1, 1886, p. 138.

“raciais”, mas também religiosos, já que a conversão religiosa teve um papel significativo na integração dos povos autóctones, nem sempre pacífica, característica tanto do Império Português como do Império Espanhol. Na Ásia, tendo em conta o reduzido número de reinóis, foi necessário recorrer à mão-de-obra local (marinheiros, comerciantes, soldados, clérigos), estratégia também usada por outros impérios europeus, obrigando a constantes negociações com as populações locais¹⁵.

A sociedade goesa era “multinacional, multirracial e multirreligiosa”¹⁶, composta por uma grande variedade de categorias sociais, pautada por um sistema de castas, onde a distinção das populações era marcadamente religiosa. A convivência de habitantes de várias proveniências originou uma mescla de culturas, gentes e crenças, o que explica a grande heterogeneidade e diversidade cultural e religiosa existente neste espaço¹⁷. No entanto, a população cristã nas *Velhas Conquistas* predominou de forma significativa relativamente à não cristã até ao início do século XX¹⁸.

O tema desta dissertação enquadra-se no estudo da população e da categorização social em Goa, entre 1720-1835. As fontes primordiais assentam no numeramento de 1720 e nos mapas estatísticos disponíveis a partir de 1776 mandados elaborar por determinação régia. As referidas fontes não são inéditas, tendo sido usadas em diversos trabalhos referentes à população e à sociedade do império ou, particularmente, de Goa. O nosso contributo recairá no estudo do contexto político-administrativo e evolução da tipologia dos mapas bem como da categorização social nos diversos “modelos estatísticos”.

A investigação estruturou-se a partir de três objetivos gerais com vista ao desenvolvimento da temática em estudo. Desta forma, pretendemos diferenciar as motivações que, em cada fase temporal, levaram a Coroa ao levantamento exaustivo e

¹⁵ Diogo Ramada Curto (dirs.), “Introdução”, in *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, p. 8.

¹⁶ A. J. R. Russell-Wood justifica a expressão com o facto de estarem incluídas nesta sociedade, durante o século XVIII “portugueses de Portugal continental, das ilhas atlânticas dos Açores, bem como um punhado de gente da Madeira e Cabo Verde. Ocasionalmente incluía também um brasileiro. Para além dos indo-portugueses e de indígenas das *Velhas Conquistas*, existia um pequeno número de timorenses, chinos, bengalis e (...) de africanos.” Cf. A. J. R. Russell-Wood, *Op. cit.*, p. 210.

¹⁷ A. J. R. Russell-Wood, *Op. cit.*, p. 210.

¹⁸ Cf. Paulo Teodoro de Matos, “A População de Goa, 1720 – 2011. Elementos para uma visão global”, in Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha (coords.), *Goa: Passado e Presente*, Lisboa, CEPCEP/CHAM, 2012.

burocrático da população do império, especificamente em Goa em 1720, 1749, 1753 e entre 1776-1835. Para tal será necessário analisar o processo de levantamento dos dados e as entidades que nele estiveram envolvidas, bem como as especificidades locais em termos de aplicação das ordens régias. Por fim, será feita a identificação e evolução das diversas categorias sociais bem como a análise dos quantitativos populacionais dos diferentes grupos étnico-religiosos.

A complexidade da sociedade goesa, que incluía habitantes de várias proveniências geográficas, com crenças religiosas e práticas sociais distintas, levou-nos a refletir sobre a construção de categorias sociais “imaginadas” pelas autoridades que foram transpostas para os mapas populacionais. Esta reflexão levou à formulação de questões que pretendemos responder no decurso da investigação. Como é que a administração portuguesa representou a população de Goa? Que hierarquias sociais essa administração estabeleceu quando diferenciava os quantitativos populacionais? Nessa diferenciação, verificou-se um primado da religião ou da etnia? Será que houve continuidade (s) ou rutura (s) na forma como as populações foram categorizadas nas diferentes fases temporais?

A presente dissertação organiza-se em quatro capítulos, sendo o primeiro «Fontes e Metodologia» dedicado à análise das fontes historiográficas e primárias que servirão de suporte ao estudo e apresentação da metodologia usada no desenvolvimento da investigação.

No capítulo dois «Estatística da população do Império Português (1720- 1835)» procuramos perspetivar os censos como instrumentos dos poderes centrais no sentido de permitirem uma melhor organização administrativa e burocrática. Será traçada uma evolução cronológica, de forma breve, dos processos de estatística da população no império integrados no contexto europeu.

O capítulo três «Goa: enquadramento social» parte de uma abordagem historiográfica sobre o *Estado da Índia*, especificando-se a cidade de Goa como centro político, administrativo e religioso deste *Estado* no recorte temporal do estudo. Pretendemos analisar a reedificação e renovação operada em Goa, durante a governação do marquês de Pombal, bem como o impacto que as medidas aplicadas neste território tiveram nas estruturas religiosas e sociais. Neste capítulo serão

apontadas as especificidades da sociedade goesa, marcada por um sistema de castas que perpassou grupos sócio- religiosos, onde conviveram populações cristãs e não cristãs, nem sempre de forma pacífica.

A «Categorização social em Goa a partir dos mapas da população» será objeto de estudo no capítulo quatro, por sua vez dividido em subcapítulos de acordo com a evolução da prática estatística ocorrida entre 1720-1835, no sentido de ser estudada a sua evolução nas *Velhas Conquistas* de Goa. Neste capítulo serão expostos os propósitos dos levantamentos populacionais, apresentadas as entidades envolvidas neste processo bem como as especificidades locais em termos de aplicação das ordens régias. Pretendemos, ainda, fazer a identificação e evolução das diversas categorias sociais e as formas como em cada momento estas categorizações responderam às necessidades das populações coloniais e às necessidades da Coroa. Para tal serão analisados os numeramentos (1718-1720), os mapas populacionais (1749, 1753, 1776, 1780, 1797, 1828 e 1830), o quadro normativo que lhes deu suporte, bem como as cartas de Instruções dadas aos governadores e vice-reis recém-empossados.

Ao longo do trabalho, tendo em conta que Goa se enquadrava num contexto geográfico amplo, o Império Português, serão feitas comparações da realidade goesa com a de outras zonas no mesmo recorte temporal.

CAPÍTULO 1- FONTES E METODOLOGIA

A Expansão e o Império Português têm ocupado, ao longo dos tempos, um lugar central na produção historiográfica portuguesa. O interesse pelo estudo de uma época que se inicia em 1415 e que termina em 1999 tem despertado não só o interesse de historiadores portugueses, mas também de historiadores estrangeiros, verificando-se, no passado recente, uma multiplicação de ofertas teóricas e metodológicas, objetos e temas de estudos diversificados, numa visão comparada. Na realidade, esta História interliga-se com a História de Portugal, mas também constitui uma marca da História Universal.

Neste capítulo, serão destacadas as fontes primárias e a bibliografia fundamental para o trabalho que nos propusemos realizar, bem como a metodologia usada no decurso da investigação.

No estudo do Império Português, onde se enquadra a presente dissertação, não podemos deixar de evocar Vitorino Magalhães Godinho, historiador de referência para o estudo da Época Moderna, que alterou a conceção e as práticas historiográficas, que à época era controlado ideologicamente pelo Estado Novo. O controlo que era exercido sobre os historiadores dificultava a produção científica séria do império, que se pretendia glorificar. Durante essa época, Vitorino Magalhães Godinho¹⁹, muito influenciado pela Escola dos *Annales* e retomando a linha de Jaime Cortesão e António Sérgio, desafiou a visão patriótica em voga e propôs que a realidade histórica fosse analisada, nas suas diversas facetas, num tempo longo e numa perspetiva de história global e total. A par de Vitorino Magalhães Godinho, Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, teorizadores de uma economia global, acabaram por influenciar as novas correntes historiográficas, onde as problemáticas são analisadas e situadas em contextos mais amplos.

¹⁹ Em 1961, Vitorino Magalhães Godinho publicou *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, uma obra sobre a temática económico-social. Mais tarde lançou o trabalho sobre a economia do Império Português nos séculos XV-XVI, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. A primeira edição portuguesa foi publicada em 1963-65, sendo um importante estudo sobre a expansão marítima e sobre o Império Português na Ásia.

No plano internacional, contemporâneo de Vitorino Magalhães Godinho, destacou-se Charles Boxer que se interessou pelo estudo do Império Português. Na sua obra, *Império Marítimo Português*²⁰, apresentou uma ideia de estudo comparativo dos impérios, com fontes retiradas dos arquivos, numa perspetiva empírica, tendo demonstrado que as dificuldades do processo de Expansão e estabelecimento do Império Português estiveram relacionadas com questões de logística, condicionadas pela escassez de recursos humanos e materiais, para gerir um território tão vasto e disperso. Boxer contribuiu para o debate sobre o estabelecimento e consolidação do domínio português sobre os territórios coloniais e sobre as ideias referentes às relações raciais, nomeadamente a teoria de Gilberto Freyre²¹ sobre o modo português de estar no mundo: o *luso-tropicalismo*. Na polémica obra *Relações Raciais no Império Português (1415-1825)*²², publicada em 1963, Charles Boxer distanciou-se dos mitos e dos esforços empreendidos pelo regime salazarista para a defesa ideológica da capacidade atípica que os portugueses tinham para a miscigenação e respeito pelos usos e costumes dos povos, com que foram contactando. Boxer defendia que os portugueses foram tão intolerantes como outros povos imperiais²³.

Na atualidade, a designação Império Português tem sido usada para dar conta da complexidade formada pelo conjunto de diferentes realidades sociais e de espaços geográficos submetidos à Coroa portuguesa durante a Época Moderna. A investigação histórica mais recente tende a privilegiar um estudo em que as partes do império se articulam com o centro, e entre si, em diferentes combinações temporais e espaciais²⁴, demonstrando-se que as relações coloniais foram complexas, dinâmicas e negociadas.

No panorama historiográfico tem vindo a ganhar relevo o papel das populações locais no processo de construção do império bem como os circuitos e redes informais que estabeleceram a ligação entre estruturas de ordem política, económica, social, cultural e religiosa. Nesta linha destacam-se, entre outros, os trabalhos de Sanjay

²⁰ Charles Boxer, *O Império Marítimo português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 2001.

²¹ Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2001.

²² Charles Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1977.

²³ Cf. Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva (orgs.), *O governo dos outros: poder e diferença no Império Português*, Lisboa, ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp. 21-63.

²⁴ Maria Fernanda Bicalho; Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs.), *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 11.

Subrahmanyam²⁵, Anthony Disney²⁶, A. J. R. Russell-Wood²⁷, Francisco Bethencourt²⁸, Luís Filipe Thomaz²⁹, Maria de Jesus dos Mártires Lopes³⁰, António Manuel Hespanha³¹, Cristina Nogueira da Silva³² e Ângela Barreto Xavier³³, que são referência fundamental na investigação que nos propusemos realizar.

A perspetiva comparativa entre impérios e entre as diferentes zonas do Império Português tem vindo a ganhar relevo no panorama historiográfico. Os capítulos “Comunidades Étnicas”, A. J. R. Russell-Wood, e “Estado da Índia”, de Francisco Bethencourt, integrados na obra geral *História da Expansão Portuguesa* que apresentam

²⁵ Sanjay Subrahmanyam tem vindo a destacar nos seus estudos alguns aspetos históricos das relações sociais que se desenvolveram no Sul do continente asiático, o que tem levado a novas interpretações, nomeadamente à capacidade auto-organizadora das comunidades locais. As transformações que ocorreram neste espaço são analisadas tendo em conta uma perspetiva global e resultantes de relações transversais entre indivíduos e representantes do poder central. Promotor de uma *História Conectada*, o referido historiador procura unir histórias separadas por razões puramente convencionais. Na obra *O Império Asiático Português (1500-1700). Uma História política e económica* (apesar do título, inclui no estudo, aspetos sociais), de forma inovadora apresenta um estudo comparativo dos impérios europeus que se sucederam na Ásia. No entanto, ficaram por analisar de forma aturada as consequências e impactos do Império Asiático Português no plano interno de Portugal. Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português (1500-1700) - Uma História política e económica*, Lisboa, Difel, 1995.

²⁶ Anthony Disney, investigador inglês com ligações a Portugal tem-se dedicado ao estudo do Império Português em geral e do *Estado da Índia* em particular. Foi, tal como Newitt, teorizador da existência a par do *Império formal*, um *Império informal*, onde as regiões de fronteiras ganharam protagonismo no panorama historiográfico. Cf. A. R. Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, volume II, 2009; Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo*, 2ª edição, Lisboa, Texto Editora, 2012.

²⁷ A. J. R. Russell-Wood, *Op. cit.*, pp. 210-222.

²⁸ Francisco Bethencourt, “O Estado da Índia”, in *Op. cit.*, pp. 250-269.

²⁹ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*.

³⁰ Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), “O Império Oriental (1608-1802)”, Tomos I e II, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, volume V, 2006.

O Império Oriental (1608-1802), Tomo II, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, volume V, 2006, pp. 15-202.

³¹ António Manuel Hespanha; Maria Catarina Santos, “Os poderes num Império Oceânico”, in *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume 4, 1993, pp. 395-413; Idem, *Filhos da Terra, Identidades mestiças nos confins do Império*, Tinta da china, Lisboa, 2019. Nesta última obra, António Manuel Hespanha questiona as identidades que se formaram em comunidades de “portugueses” nos vários espaços do *império sombra* de Portugal na Época Moderna. De acordo com o António Manuel Hespanha, estas franjas do império eram formadas por espaços mestiços com fraca ligação biomorfológica ou cultural à metrópole com identidades flutuantes e adaptadas a situações concretas. É, como lhe chama o *império da gente comum*, dos que escolheram ou que foram compelidos a viver na periferia e que arriscavam tudo para sobreviver, que ganharam lugar nesta obra e no panorama historiográfico. Cf. António Manuel Hespanha, *Op. cit.*.

³² Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império. A cidadania no Ultramar português*, Coimbra, Almedina, 2009; Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva (orgs.), *Op. cit.*.

³³ Ângela Barreto Xavier, *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008; Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva (orgs.), *Op. cit.*.

uma visão social e política da presença portuguesa no *Estado da Índia*, no século XVIII, são exemplos desta perspetiva comparativa³⁴. No primeiro capítulo acima exposto, Russell-Wood apresenta a variedade de grupos étnicos existente no Império Português, no século XVIII, analisa e compara duas regiões: Goa- capital do *Estado da Índia* e *Velhas Conquistas* e Brasil. No segundo capítulo são descritas as alterações que ocorreram no referido *Estado*, durante o século XVIII, relacionando-as com as dinâmicas de mudança no Reino e no Brasil. São, ainda, analisados os conflitos internos e a nova configuração do *Estado da Índia*³⁵.

Para o estudo da sociedade e da população goesas, no século XVIII e princípios do século XIX, destacam-se os trabalhos de Luís Filipe Thomaz, “Goa: uma sociedade luso-indiana”³⁶, de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista- Tradição e Modernidade*³⁷ e “Goa: A Simbiose Luso-Oriental”³⁸, em co- autoria com Paulo Teodoro de Matos. Nas referidas obras, a sociedade goesa é analisada numa perspetiva dinâmica que resultou do relacionamento entre portugueses e indianos no contexto imperial. Desta forma, para além das ações institucionais, os papéis dos agentes individuais são destacados como tendo sido fundamentais para as transformações que correram nesta sociedade. A análise do quadro humano é incluída nas duas últimas obras referidas.

A investigação sobre as populações do império no passado, apesar da existência de abundante documentação no Arquivo Histórico Ultramarino, por exemplo, tem suscitado pouco interesse aos investigadores portugueses³⁹. Destacam-se, neste caso, os estudos pioneiros de Dauril Alden⁴⁰ e de Maria Luiza Marcílio⁴¹ referentes ao Brasil.

³⁴ A. J. R. Russell-Wood, *Op. cit.*, pp. 210-222.

³⁵ Francisco Bethencourt, *Op. cit.*, pp. 250-269.

³⁶ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*

³⁷ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*.

³⁸ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*

³⁹ A utilização dos referidos mapas da população tem vindo a ser promovido por meio do projeto *Counting Colonial Populations: demography and the use of statistics in the Portuguese Empire (1776-1890)*, coordenado por Paulo Teodoro de Matos, do Centro de História d’Aquém e d’Além Mar, ligado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. No *site* do referido projeto (<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/index.html>) encontra-se disponível on-line um grande número de mapas populacionais do Império Português.

⁴⁰ Dauril Alden, “The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study”, in *The Hispanic American Historical Review*, volume XLIII, número 2, 1963.

⁴¹ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*, São Paulo, Editora Hucitec, 2000; Idem, “A população do Brasil Colonial”, in Leslie Bethell (org.) *História da América Latina*, volume II - América Latina Colonial, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 39-

No passado recente tem-se assistido a uma multiplicação de estudos realizados a partir dos mapas populacionais, incluindo Goa, que têm contribuído para o alargamento do conhecimento da história demográfica dos diversos territórios ultramarinos portugueses, bem como para compreender a forma como a estatística da população se converteu num instrumento para a consolidação da soberania portuguesa nos seus domínios em África, Ásia e América⁴².

Tendo em conta que a presente investigação se foca na categorização social, seguiremos o princípio de que a prática de categorizar criou modelos de organização, de acordo com o entendimento da realidade vivenciada, tendo sido uma forma de marcar uma posição social, jurídica e política, como refere António Manuel Hespanha no artigo *Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar*⁴³ e Cristina Nogueira Pinto, na obra, *Constitucionalismo e Império*⁴⁴.

Para além da pesquisa bibliográfica geral e específica sobre o tema em estudo, o processo de pesquisa e investigação centrou-se fundamentalmente no acervo documental do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Os mapas da população, mandados elaborar por ordem régia aos vice-reis e governadores do *Estado da Índia*, em especial para Goa e ilhas adjacentes, Salsete e Bardez, entre 1720-1835, são as fontes centrais da investigação. Estes mapas encontram-se disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e no sítio *Counting Colonial Population*⁴⁵. Serão, ainda, objeto de estudo as ordens régias que deram suporte legal às tabelas estatística, bem como as cartas de Instruções dadas aos vice-reis e governadores do *Estado da Índia*. A análise destas fontes centrou-se na sua identificação, interpretação e tratamento

56; Idem, *A cidade de S. Paulo- Povoamento e População (1750-1850)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

⁴² Cf. Paulo Teodoro de Matos, “Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso”, in *Revista Brasileira de Estudos da População*, Belo Horizonte, volume XXXIV, número 3, pp. 635-648, setembro/dezembro 2017, p. 636.

De referir que o volume XVI dos Anais de História d’Além-Mar dedicado à Demografia Histórica e coordenado por Per Axelsson, Paulo Silveira e Sousa e Paulo Teodoro de Matos, apresenta um conjunto de artigos que dão conta da recente investigação que tem sido feita no âmbito da população e sociedade do império. No entanto, de acordo com os referidos coordenadores, faltam contribuições de conjunto. In João Paulo Oliveira e Costa (dir.), *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume XVI, 2015.

⁴³ António Manuel Hespanha, “Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar”, in *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, número 7, 2018.

⁴⁴ Cristina Nogueira da Silva, *Op. cit.*.

⁴⁵ <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>

estatístico dos dados.

Tendo em conta os objetivos desta dissertação, será importante fazer uma breve contextualização das referidas fontes. O governo central, através da Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, pedia aos vice-reis e governadores do *Estado da Índia* o envio de listas de todos os habitantes, tal como acontecia para os restantes territórios do império. Os habitantes das *Velhas Conquistas* foram contados de forma individual por freguesia e segmentada por género, estrutura etária e composição étnico-religiosa. Estas listas eram acompanhadas de um resumo geral que facilitava a leitura dos dados levantados. A partir de 1776 foram incluídos nos mapas os movimentos da população, nascimentos e óbitos, e depois de 1797 o número de casamentos. Com a ordem régia de 21/05/1776 os governadores de todos os espaços do Império Português foram incumbidos de enviar anualmente tabelas estatísticas da população para a metrópole. O recenseamento da população era um processo altamente burocrático e envolvia várias instituições como a Igreja e o Exército. O arcebispo-primaz tinha um papel fundamental na agilização do processo já que os arquivos paroquiais dispunham de informação fundamental para feitura dos mapas. Na análise das tabelas e das ordens Régias verifica-se um grande interesse, por parte da administração central, em desenvolver mecanismos eficazes para a recolha de informação sobre a contagem da população que eram fundamentais para a administração de tão vasto território⁴⁶.

Os mapas da população constituem, sem dúvida, fontes de grande alcance para o estudo da população e sociedade do império e, neste caso específico de Goa, no entanto apresentam algumas limitações que será importante destacar. Em primeiro lugar, os numeramentos anteriores à portaria de 21/05/1776 têm um carácter irregular e existem discrepâncias em termos de segmentação etária o que oferece limitações para o estudo demográfico. Em segundo lugar, o critério para a divisão da população em categorias sociais é diferente, o que dificulta a comparação dos dados quantitativos por categoria, no recorte temporal do presente estudo. A solução encontrada passou por subdividir a época de estudo em fases temporais de acordo com os “modelos estatísticos”. Desta

⁴⁶ Paulo Teodoro de Matos, “Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso” ... pp. 634-664.

forma, para o estudo da categorização social em Goa a partir dos mapas da população, optamos por fazer uma divisão em subcapítulos, sendo analisados os *Primeiros numeramentos* (1720-1753); a *Normalização da estatística* (1776-1825); *As transformações do liberalismo* (1826-1835). Será importante salientar que a ausência de informação referente à compartimentação socioprofissional dos grupos sociais, nos mapas a que tivemos acesso, constitui uma limitação no estudo da sociedade goesa.

Em cada uma das fases atrás enunciadas, optamos por proceder ao levantamento e tratamento estatístico dos dados que constam nas tabelas estatísticas referentes ao número de indivíduos por categoria social, em Goa e Ilhas Adjacentes, Salsete e Bardez, bem como a sua distribuição territorial. Foi, ainda, feita a análise da estrutura das tabelas estatísticas tendo em conta a segmentação etária, por género e movimentos da população.

CAPÍTULO 2- A ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1720-1835)

De acordo com Benedict Anderson, o censo em conjunto com o mapa e o museu delinearão a forma como os estados coloniais imaginaram a sua soberania sobre as populações e os territórios ocupados⁴⁷. Nos censos, o levantamento sistemático de dados dava um lugar específico a cada um dos indivíduos. Desta forma, os habitantes eram contados com o propósito de manter os registos atualizados daqueles que podiam, efetivamente, ser forçados ao pagamento de impostos e ao recrutamento militar obrigatório. Estes aspetos eram fundamentais para os monarcas, que estavam preocupados com as questões do foro económico e militar. Mais tarde, a partir de 1850, os governos desenvolveram meios administrativos mais sofisticados para contar as populações que anteriormente nunca tinham registado⁴⁸. Desta forma, o “ (...) mapa imaginário organizou as novas burocracias educativas, jurídicas, de saúde pública, policiais e de imaginação que tinha construído com base no princípio de hierarquias étnico-raciais, que eram sempre vistas em termos de séries paralelas”⁴⁹.

O papel de cada indivíduo e a forma como cada um era visto aparecia discriminado na grelha classificatória. Cada elemento era quantificável como fazendo parte de uma série e era assim que se deveria lidar com ele⁵⁰. Em Goa, foi a questão religiosa que marcou a hierarquia e a classificação dos indivíduos, situação que se poderá explicar não só pelos ideais de conversão dos povos gentios, que existiam desde os primórdios da formação do Império Português, mas também pela convivência de credos religiosos distintos no espaço territorial do *Estado da Índia*.

Para Michel Foucault, na Época Moderna, a arte de governar estava ligada a um conjunto de análises e de saberes que se desenvolveram a partir do final do século XVI e que adquiriram grande importância nos séculos XVII e XVIII. Desenvolveu-se uma forma de governo com mecanismos de poder dispersos por uma rede de poderes que

⁴⁷ Cf. Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas- Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 222.

⁴⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 222-227.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 227.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 222-242.

se encontravam mais próximos da comunidade⁵¹. Quando o autor analisa a forma de governo distingue macro - poder, ou poder central, mais distante do corpo social, mais geral e que decorre de todo o aparato Estatal, de micro- poder, ou poder periférico, que tem efeitos diretos no dia-a-dia e que está mais próximo das pessoas, com grande relevância⁵². Desta forma, considera que as relações de poder podiam ser exercidas em diversos níveis da sociedade, em domínios, dimensões e com intensidades muito diferentes.

Foucault destaca, inclusive, o papel dos indivíduos na dinâmica de poder, referindo que “ (...) cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula poder (...) ”⁵³ e que “(...) o indivíduo, com as suas características, a sua identidade, fixado em si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças”⁵⁴.

“O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Noutros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio facto de ser um efeito, é um centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu”⁵⁵.

Para o exercício do governo era necessário conhecer o Estado, nos diversos elementos, dimensões e nas condições da sua força, “através de instituições, procedimentos, táticas e cálculos essa forma tão específica, quanto complexa de poder, que tem por alvo principal a população”⁵⁶. A análise de Foucault foca-se numa perspectiva biopolítica do poder e que foi, de acordo com Dennis D. Cordell, Karl Ittmann e Gregory H. Maddox, muito centrada na Europa e influenciada por uma visão do Estado francês muito centralizado e desejoso de poder e conhecimento⁵⁷. A demografia, na

⁵¹ Cf. Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

⁵² Cf. Idem, *Ibidem*.

⁵³ Michel Foucault, *Op. cit.*, p. 161.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 161.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 162.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 291-292.

⁵⁷ Cf. Dennis D. Cordell; Karl Ittmann; Gregory H. Maddox, *Counting Subjects- Demography and Empire*, Ohio University Press, 2010, pp. 4-5.

perspetiva de Foucault, funcionaria como uma tecnologia de poder, medindo, classificando e ordenando a população para desenvolver o controlo estatal⁵⁸. No entanto, na sua análise ficaram de fora questões sobre raça e etnicidade, importantes para a análise da população dos impérios coloniais, na medida em que ao serem incluídas nas tabelas estatísticas mostram-nos a visão dos colonizadores e a criação de novas identidades com impacto nestas sociedades⁵⁹.

O conhecimento dos quantitativos populacionais era importante não só por motivos militares, económicos, administrativos e religiosos mas também, como defende Patrice Bourdelais, por motivos de ordem simbólica, para assegurar o domínio e o controlo destas populações que se encontravam distantes dos centros políticos e de poder. Os censos eram, desta forma, considerados como instrumentos de poder, sendo que a sua aplicação e sistematização estava ligada à construção do Estado Moderno e, como já referido, àquilo que Foucault designou como biopolítica⁶⁰.

Os recenseamentos do século XVIII e princípios do século XIX enquadram-se numa época em que os cálculos populacionais eram elementos fundamentais para a administração do império. O conhecimento dos recursos humanos acabaria por facilitar a gestão de acordo com as necessidades que fossem surgindo e foi, tal como foi referido, uma forma de à distância o poder central exercer controlo sobre o território e sobre os habitantes que procurava administrar⁶¹.

No processo de levantamento de dados foi necessário convencionar e categorizar tornando-se elementos fundamentais do ato estatístico. Quantificar foi uma forma de tornar operatório e perceptível o real. Para António Manuel Hespanha a prática

⁵⁸ Cf. Dennis D. Cordell; Karl Ittmann; Gregory H. Maddox, *Op. cit.*, pp. 1-21.

⁵⁹ Cf. Idem, *Ibidem*.

⁶⁰ Cf. Patrice Bourdelais, "The French Population Censuses and the uses during the 17th, 18th and 19th centuries", in *The History of the Family*, 9, 2004.

⁶¹ Neste âmbito será importante destacar que nos finais do século XVIII a publicação de Malthus *Ensaio sobre a População* (1799) provocou grandes mudanças no pensamento demográfico. O seu modelo de dinâmica populacional propunha que as populações tendiam a crescer até ao limite da subsistência, o que trouxe uma nova perspetiva de análise sobre a pobreza e o crescimento económico no início do século XIX. No fim do século XIX o malthusianismo perdeu importância com o fim das crises de subsistência e o aumento da produtividade industrial. Com as suas propostas polémicas e nem sempre consensuais, mesmo na atualidade, Malthus contribuiu para a formação de uma atitude científica relativamente à população e chamou a atenção para a sua importância no funcionamento da sociedade. Cf. J. Manuel Nazareth, *Demografia- A ciência da população*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, pp. 26-34; Dennis D. Cordell; Karl Ittmann; Gregory H. Maddox, *Op. cit.*, pp. 1-31.

de categorizar foi uma maneira encontrada pelas entidades para marcar uma posição social, jurídica e política⁶² e de estabelecer quadros mentais, coerentes entre si, com lógicas internas de organização e de desenvolvimento⁶³.

“Numa sociedade de classificações ratificadas pelo direito, como a sociedade de Antigo Regime, estes estatutos (sociais) eram coisas muito expressamente tangíveis, comportando direitos e deveres específicos, taxativamente identificados pelo direito. Daí que ter um ou outro destes nomes era dispor de um ou outro estatuto. Daí que, por outro lado, classificar alguém era marcar a sua posição jurídica e política”⁶⁴.

A categorização social era uma maneira de institucionalizar laços políticos⁶⁵ e sociais, assistindo-se à recusa ou impedimento do acesso a determinados cargos ou privilégios que organizaram a sociedade do Antigo Regime⁶⁶. Ângela Barreto Xavier, no capítulo “*Ser cidadão no Estado da Índia (séculos XVI-XVIII)*”, discute, entre outras questões, o acesso dos indianos convertidos ao Cristianismo a cargos de governança, referindo que, apesar destes estarem submetidos ao direito português e de puderem gozar de direitos comuns, não significava que tivessem acesso ou usufruíssem de todos os direitos dos portugueses, já que a Coroa portuguesa restringiu, por exemplo, o seu acesso aos ofícios de governança. Mencionando que “Na própria sociedade portuguesa o usufruto de direitos dependia de uma trama de critérios, do que resultava uma geometria muito variável de sujeito a sujeito, e de grupo a grupo”⁶⁷.

Os indianos convertidos ao Cristianismo “mesmo que tivessem um estatuto de cidadãos não poderiam exercer ofícios de governança, isto é, não podiam ser «cidadãos ativos», não podiam produzir normas que vinculassem os próprios portugueses, ou exercer domínio sobre eles”⁶⁸. É ainda referido que se nem todos os portugueses que residiam em Goa podiam ser cidadãos ativos (cidadãos que podiam exercer algum poder, participar na governança da cidade), muito menos os indianos convertidos ao

⁶² António Manuel Hespanha, “Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar”, in *Práticas da História*, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, número 7, 2018, p. 224.

⁶³ António Manuel Hespanha, *Art. cit.*, p. 229.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 227.

⁶⁵ António Manuel Hespanha, *Art. cit.*, p. 227.

⁶⁶ Cf. Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva (orgs.), “Ser cidadão no Estado da Índia (séculos XVI- XVIII)”, in *O governo dos outros: poder e diferença no Império Português*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp. 267-292.

⁶⁷ Ângela Barreto Xavier, *Op. cit.*, p. 288.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 288.

Cristianismo o poderiam ser. Apesar de ter existido uma tentativa integracionista, a diferença política e social persistia, o que levou a disputas locais entre grupos etnicamente diferentes, pelos ofícios de governança local⁶⁹. Ser natural⁷⁰ do reino implicava exercer cargos nesse reino e estar sujeito à sua jurisdição e lei comum⁷¹. No campo territorial, a naturalidade relaciona-se com o estatuto do território interligando o conceito de reino (*regnum*) como *terra natural* dos súbditos⁷². Este reino, de acordo com a doutrina jurídica, incluía o território metropolitano, colonial e zonas eclesiásticas⁷³.

A transferência do direito metropolitano para as colónias obrigou a uma adequação às realidades locais, dando origem a um “direito crioulo através de processos de combinação diferenciada de vários níveis jurídicos”⁷⁴. Este direito, distorcido pelas práticas jurídicas locais, acabaria por sofrer uma forte acomodação, os próprios magistrados que o aplicavam estavam, muitas vezes, mal preparados e tinham que se confrontar com a resistência local, culturalmente diferentes, que o não aceitavam⁷⁵. Podemos concluir que a extensão do direito metropolitano, com as suas categorias e instituições, às comunidades de colonos nos territórios ultramarinos, não significou uniformidade jurídica⁷⁶. Foi criada uma pluralidade de estatutos diferenciados, como

⁶⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 267-292.

⁷⁰ António Manuel Hespanha defende que “Na época moderna, a naturalidade substituiu a cidadania como conceito- chave a partir do qual se entreteciam os laços políticos. A naturalidade representava a pertença natural a uma comunidade resultante do nascimento ou da residência permanente.” António Manuel Hespanha, “Fazer um império com palavras”, in Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva (orgs.), *O governo dos outros: poder e diferença no Império Português*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2016, p. 82.

⁷¹ De acordo com António Manuel Hespanha numa comunidade mais pequena, cidade ou município, a naturalidade local manifestava-se na capacidade de se ser eleito para o governo municipal usufruir de privilégios locais. Esta naturalidade, em consonância com direito português resultava de se ter nascido em Portugal, ser filho de um pai português, ou de ter nascido filho de pai português nos domínios ultramarinos do reino. Podiam, ainda, ser considerados naturais os filhos de um pai estrangeiro que residisse ou tivesse bens em território português por mais de dez anos. O rei poderia, ainda, agraciar com a carta de naturalização quem não fosse natural do reino ou de uma terra. Cf. António Manuel Hespanha, *Op. cit.*, pp. 84-85. António Manuel Hespanha refere que “A distinção entre natural e estrangeiro foi importante para estabelecer a pertença à comunidade jurídica, já que a jurisdição dependia em primeiro lugar, dos estatutos pessoais (...) o natural era regido pelo seu senhor natural, de acordo com o direito do território (...)”. In António Manuel Hespanha, *Op. cit.*, p. 89.

⁷² Idem, *Ibidem*, p. 84.

⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 84.

⁷⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 99-100.

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 99.

⁷⁶ O direito metropolitano com as suas categorias e instituições poder-se-ia estender às comunidades de colonos ultramarinos, com particularidades de acordo com especificidades jurídicas ao nível do direito municipal e judicial. Os municípios estenderam-se às comunidades ultramarinas, a sua autonomia era

“cristãos-novos” e “cristãos-velhos”, “escravos” e “homens livres”⁷⁷, “pagão” e “cristão”, “estrangeiro”⁷⁸ ou “natural”⁷⁹, que evidenciavam um conjunto de categorias jurídicas, com diferentes estatutos, com consequências na organização das sociedades ultramarinas e que promoveram a criação de novas formas de alteridade e hierarquia⁸⁰.

Quando nos debruçamos sobre o conceito de “categoria” rapidamente se conclui que é uma construção subjetiva, que implica ordenar e hierarquizar, e que se enquadra num determinado contexto histórico e social. A diferenciação das populações era feita de acordo com critérios religiosos, étnicos ou outros, com propósitos utilitários⁸¹, que poderiam ser de natureza político-institucional, económico-social, militar, religiosa e simbólica. Cristina Nogueira da Silva defende que as categorias dos censos eram construções sociais e políticas que resultavam da negociação com as autoridades locais⁸². Desta forma, recorrendo a critérios adequados às realidades locais dos diferentes espaços do império, nos cálculos traduziram-se formas de identificação e de hierarquização social baseadas em aspetos físicos, como a cor da pele⁸³, género, proveniência, ocupação, estatuto jurídico e religião. Neste âmbito, apresenta-se a oportunidade de verificar (*à posteriori*) que os grupos marginalizados ou excluídos

formalizada por Carta de Foral, reservada às comunidades mais prestigiadas como fora o caso de Goa, marcada por uma forte presença das elites europeias, mais tarde incluindo elites crioulas. In, Idem, *Ibidem*, pp. 90-91.

⁷⁷ Os libertos, com incapacidades civis e políticas, as mulheres, as crianças, os *miserables persona*, entre outros, eram regidos por uma ordem jurídica especial. Idem, *Ibidem*, p. 87.

⁷⁸ Nos territórios ultramarinos, os estrangeiros eram essencialmente os nativos locais automaticamente excluídos do direito e da jurisdição metropolitana acabavam por seguir o seu próprio direito. Esta situação só foi possível porque foi feita uma negociação com os dirigentes das comunidades consubstanciada através da celebração de tratados nas várias partes do império. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 93- 96.

⁷⁹ Através da conversão dos gentios ao Cristianismo o número de naturais alargou-se. Durante o período de conversão acabariam por beneficiar de um estatuto jurídico misto. Em Goa, a designação de *naturais* (portugueses de origem indiana) era contrária a *descendentes*, uma vez que a primeira punha em evidência a transição que estava a ser operada de uma naturalidade de origem indiana para outra católica e portuguesa. Em Goa, à semelhança do que ocorrera noutras partes do império, foram criadas instituições específicas para apoiar os neófitos (*Pai dos Cristãos, Casa dos Catecúmenos*) na sua integração. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 85-87.

⁸⁰ Cf. Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva (orgs.), *Op. cit.*, pp. 31, 86-87, 96.

⁸¹ Cf. Eugénia Rodrigues e M.P. Cândido, “Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX”, in *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, volume 44, número 3, setembro-dezembro, 2018, pp. 401-408.

⁸² Cf. Cristina Nogueira da Silva, *Op. cit.*

⁸³ De acordo com Eugénia Rodrigues e M.P. Cândido “Ao contrário da historiografia sobre os Impérios Britânicos e Francês, principalmente produzida em inglês e francês, que defende a invenção do conceito de raça como um fenómeno do século XIX, os agentes dos Impérios Espanhol e Português já utilizavam categorias de classificação baseada na cor da pele no século XV (...) Entre outras características culturais e físicas incluía-se a cor atribuída aos indivíduos.” In Eugénia Rodrigues e M. P. Cândido, *Art. cit.*, p. 402.

acabariam por ganhar visibilidade de forma inusitada. Tal como foi referido, quando esta categorização social passava para o registo nos mapas da população, tomava especificidades nas diversas zonas do império.

Dauril Alden defende que os Avisos régios, da segunda metade do século XVIII, ao contrário do que acontecera noutros Impérios como o Espanhol e o Britânico⁸⁴, não solicitavam informações sobre dados raciais, religiosos ou étnicos, apesar dos governadores os incluírem nos seus relatórios, tendo em conta a realidade social em que se enquadravam. A grande preocupação da Coroa seria a de conhecer todos os seus vassalos, segmentados numa estrutura etária, divididos por género, bem como os movimentos da população (nomeadamente nascimentos, mortos e casamentos), que ao longo do tempo foram adquirindo uma forma padronizada⁸⁵. Na pesquisa em curso constatamos que os Avisos régios enviados para o *Estado da Índia*, na primeira metade do século XVIII, solicitavam aos governadores o levantamento de todos os vassalos do rei, especificando-se a segmentação da população por categorias étnico-religiosas. O facto de Goa ser uma sociedade plurirreligiosa, acabou por marcar a forma como os indivíduos foram registados nas tabelas estatísticas.

Os mapas dos habitantes do Império Português, que hoje encontramos dispersos por diversos arquivos demonstram, como já foi referido, o interesse da Coroa em conhecer os seus súbditos. No entanto, uma dúvida permanece, o que é que a Coroa fazia com este conjunto alargado de mapas da população? Dauril Alden, no estudo que realiza sobre a população brasileira entre 1772 e 1782, menciona que é pouco provável que estes censos fossem alvo de uma análise sofisticada uma vez que não existiriam em Portugal técnicos estatísticos preparados para tal função, ao contrário do que acontecera noutros países, como na Suécia⁸⁶. O referido historiador defende que o mais provável é que essas tabelas fossem arquivadas depois de se conhecerem os totais

⁸⁴ Cf. Dauril Alden, *Art. cit.*, pp. 173-205.

⁸⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 173-205.

⁸⁶ Dauril Alden informa que o primeiro sistema de censos modernos apareceu em 1749 quando o governo da Suécia pediu para que os pastores da Igreja lhe submetessem periodicamente relatórios sobre nascimentos, casamentos e mortes dos seus paroquianos de acordo com a idade, género e ocupação. Esta informação seria consolidada e analisada por uma Comissão Tabular central, responsável por um censo nacional periódico que continuou a ser feito até aos dias de hoje. Cf. Dauril Alden, *Art. cit.*, pp. 174-175.

populacionais⁸⁷. Porém, o elevado rigor e pormenor que os mapas apresentavam leva a crer que estes fossem objeto de um estudo cuidado por parte da administração central. Fernando de Sousa, no estudo populacional que realiza referente ao século XVIII, justifica o facto de nos terem chegado tão poucos registos de população da metrópole com a situação destes terem um objetivo e, logo que alcançado, seriam desprezados ou destruídos⁸⁸. Este historiador defende, ainda, que os censos tinham um “carácter necessário e confidencial”⁸⁹, uma vez que o conhecimento da população era fundamental para a administração e gestão do Estado, bem como para a planificação das operações militares. Esta justificação poder-se-á alargar, a nosso ver, às possessões ultramarinas.

O conhecimento do território era inseparável do exercício da soberania. De acordo com Jacques Revel esta ideia antecedeu a utilização do termo *estatística*⁹⁰. O Estado teve um papel fundamental nas operações do conhecimento da população, um investimento que tinha um interesse fiscal e militar. Assim, “muito antes dos debates sobre a queda ou o crescimento da população, o recenseamento dos homens deveria satisfazer as exigências do poder central (...)”⁹¹.

Em França, durante o período de governação do ministro Colbert, foi feito o levantamento exaustivo da população através de mapas estatísticos, geográficos e administrativos com o objetivo de controlar o espaço e a população num projeto marcadamente mercantilista⁹². De acordo com Fenélon, “Não basta saber o passado; é preciso conhecer o presente; sabeis o número de homens que compõem a vossa nação?”⁹³.

A contagem de gentes seguiu ramos divergentes da estatística, com características próprias que se foram afirmando no decurso dos séculos XVII e XVIII. A

⁸⁷ Dauril Alden, *Art. cit.*, p. 183.

⁸⁸ Fernando de Sousa, *A População Portuguesa em finais do século XVIII*, número 1, CEPFAM-Centro de Estudos da População e Família, Porto, 1995, p. 41.

⁸⁹ Fernando de Sousa, *Art. cit.*, p. 43.

⁹⁰ Cf. Jacques Revel, *A invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990.

⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 122.

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 123.

⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 124.

abordagem dos franceses centrou-se nos recenseamentos e nas descrições com fins administrativos; os alemães deram um seguimento mais descritivo e analítico, raramente quantificado; os ingleses focaram-se na aritmética e na análise matemática de dados. Todos os caminhos conjugados dariam origem ao nascimento da estatística como hoje conhecemos, uma ciência que se dedica à recolha, análise e interpretação de dados⁹⁴.

De acordo com Olivier Martin, pensadores como John Graunt (1620-1674), William Petty (1623-1687) e Gregory King (1648-1712), consolidaram a prática de levantamentos populacionais periódicos, proporcionando o conhecimento estatístico de forma sistemática o que contribuiu para o desenvolvimento da relação da administração dos bens públicos com a população de determinado sítio⁹⁵. William Petty, na sua obra *Aritmética política*, pôs em evidência a criação de um método específico para a elaboração das estatísticas⁹⁶, referindo que “o método que emprego não é ainda muito comum pois, em lugar de me servir somente de termos no comparativo e superlativo e de argumentos puramente racionais, adotei o método que consiste em se exprimir em termos de números, pesos e medidas”⁹⁷. A aritmética política foi, também, uma preocupação para os filósofos iluministas, autores da enciclopédia, uma vez que ela forneceria pesquisas úteis para a “arte de governar os povos”⁹⁸. Estes princípios terão influenciado os governantes portugueses, nomeadamente o marquês de Pombal, uma vez que foram desenvolvidos processos administrativos sistemáticos visando um conhecimento mais concreto do reino e dos domínios ultramarinos portugueses, que já tinha sido iniciado durante o período joanino.

O primeiro numeramento da população portuguesa realizou-se entre 1527 e 1532, durante o reinado de D. João III. Este levantamento populacional surgiu com o propósito de ser implementada uma reforma administrativa, mas também com fins

⁹⁴ Cf. Olivier Martin, “Da estatística política à sociologia estatística; desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII- XIX) ”, in *Revista Brasileira de História*, volume 21, número 41, 2001, p. 20.

⁹⁵ Cf. Idem, *Ibidem*.

⁹⁶ Tamás Szmrecsányi, “Da aritmética política à demografia como ciência”, in *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, 16, números 1-2, jan./dez., 1999.

⁹⁷ Cf. Olivier Martin, *Art. cit.*, p. 20.

⁹⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 20.

tributários e militares⁹⁹. No século XVII, em 1636, foi realizado um levantamento da população adulta masculina com fins militares¹⁰⁰, verificando-se que existia uma grande preocupação, por parte dos monarcas, em conhecer os seus súbditos sabendo que era aí que residia a sua força¹⁰¹. Durante o período joanino, a par das corografias regionais, intensificaram-se os levantamentos nacionais. No início de setecentos, a *Corografia* do Padre Carvalho da Costa, com abrangência nacional, indicava o número de vizinhos do reino. A Coroa, em 1720-1721, por intermédio da Real Academia de História, mandou fazer um levantamento populacional no reino e territórios ultramarinos com o objetivo de ser feita uma *História Eclesiástica deste Reino e suas conquistas*¹⁰². Mais tarde, em 1732, realizou-se um recenseamento por dioceses e freguesia, foram incluídos os fogos e a população foi segmentada por género e estrutura etária. Este levantamento foi publicado por Caetano da Lima na “Geographia Histórica” com a designação de *Lista de Fogos, e Almas, que há nas terras de Portugal, comunicada ao Author, para se incorporar nesta Geographia, no anno de 1732 pelo Marquez de Abrantes*¹⁰³.

A partir de meados do século XVIII, durante o reinado de D. José I, assistiu-se a uma mudança no paradigma de elaboração dos censos. A população tornou-se cada vez mais uma das preocupações centrais do Estado, considerada como sendo a principal riqueza das nações, de acordo com a doutrina fisiocrata. Esta passou a ser vista como um instrumento fundamental da política governamental. O marquês de Pombal, influenciado pelo Iluminismo e por princípios de Aritmética Política, desenvolveu mecanismos que lhe permitissem ter informações quantitativas rigorosas sobre as populações que viviam nos territórios do Império Português. Pombal, durante a sua estadia em Londres, entre 1738 e 1744, contactou com os princípios de William Petty, tendo-se verificado a influência da Aritmética Política inglesa nas ações administrativas implementadas durante o reinado de D. José I¹⁰⁴. Nesta segunda metade do século XVIII

⁹⁹ Cf. Maria João Guardado Moreira; Teresa Ferreira Rodrigues, “A quantificação das almas”, in Teresa Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, CEPESE, Porto, Edições Afrontamento, 2008, pp. 139-151.

¹⁰⁰ Cf. Idem, *Ibidem*.

¹⁰¹ Cf. Idem, *Ibidem*.

¹⁰² Cf. Maria João Guardado Moreira; Teresa Ferreira Rodrigues, *Op. cit.*, p.147.

¹⁰³ Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁴ Cf. António César de Almeida Santos, “Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII”, in A. Doré; A. C. A. Santos (dir.) *Temas setecentistas- Governos e populações no Império Português*, Curitiba, UFPR/SCHLA-Fundação Araucária, 2009, pp. 143-152.

foram elaborados diversos levantamentos populacionais com abrangência nacional como os de 1760, 1768, 1776 e 1798¹⁰⁵.

Em Portugal, a época da estatística pré-moderna iniciou-se em 1801 quando se realizou um recenseamento geral da população, por iniciativa de Rodrigo de Sousa Coutinho e José António de Sá. A partir daí a contagem de gentes passou a ser nominativa deixando o fogo de ser a única unidade de medida como acontecera nos levantamentos feitos nos séculos XVII e XVIII, mandados elaborar com propósitos de ordem militar, eclesiásticas, política ou simplesmente corográfica¹⁰⁶.

No decurso do século XIX, a realização de levantamentos populacionais gerais ou parcelares continuou a ser uma preocupação dos monarcas portugueses. Na primeira metade de oitocentos, o censo de 1801-1802, da iniciativa do Estado, mas da responsabilidade da Igreja, foi o primeiro a ser feito de acordo com critérios normalizados. Seguiram-se outros, como os realizados em 1820-23 e 1835-41. Deste período destacam-se Marino Miguel Franzini, por ter organizado os levantamentos populacionais e preparado a base demográfica que deu suporte à formação das Cortes Constituintes, e Adrien Balbi como crítico e estudioso da população portuguesa¹⁰⁷.

Nos territórios ultramarinos, ao longo de setecentos, foram realizados vários cômputos populacionais, daí o interesse em iniciarmos o nosso estudo em 1720, apesar de no século anterior terem sido feitos levantamentos dos habitantes do império.

“No Império Português, os primeiros numeramentos foram realizados nos principais centros urbanos do litoral no final do século XVII, por meio do registo de baptismos, casamentos e funerais executados pelas autoridades eclesiásticas locais, bem como pela elaboração de listagens de homens em idade de recrutamento. Mais tarde, surgiram numeramentos, sob a forma de róis, com o claro propósito de reforçar o controle fiscal e da propriedade. Estes inquéritos estavam confinados a áreas geográficas limitadas, eram produzidos com periodicidade irregular e não estavam organizados segundo um padrão uniforme”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Cf. Paulo Teodoro de Matos, “O Numeramento de Goa de 1720” ... pág. 242-243; José Vicente Serrão, “O quadro Humano”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume 4, 1993, pp. 49-50; Artur Boavida Madeira; José Damião Rodrigues; Maria Luís Rocha Pinto; “A base demográfica”, in Joel Serrão; A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, Lisboa Presença, volume VII, 2001, pp. 385-403.

¹⁰⁶ Cf. Idem, *Ibidem*.

¹⁰⁷ Cf. Maria Luís Rocha Pinto; Teresa Rodrigues, “A evolução da população ao longo do século XIX- uma perspetiva global”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- UNL*, número 6, 1992.

¹⁰⁸ Paulo Teodoro de Matos, “Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso” ... p. 634.

O sistema de estatística regular e padronizado por grupos, género, estrutura etária e movimentos (nascimentos, óbitos e mais tarde casamentos), inaugurado pela portaria de 21 de maio de 1776, foi anterior ao da metrópole. Refira-se que para o arquipélago dos Açores a obrigatoriedade dos cálculos remonta a 1766. Para Pombal, tal como para os seus contemporâneos dos Impérios Britânico, Francês e Espanhol, as razões militares e fiscais eram importantes, numa época em que o Império Português sofria diversos constrangimentos económicos e de natureza militar, como a perda de rendimentos do ouro do Brasil, a concorrência comercial de outras potências europeias e as campanhas militares em Angola, Goa e até no Brasil.

Durante o terceiro quartel do século XVIII, de acordo com Dauril Alden, as potências coloniais ibéricas providenciaram meios para recolher informação demográfica rigorosa nas suas colónias. A rivalidade aí existente, em particular após o Tratado de Madrid em 1750, tornava necessário computar e controlar os vassallos para uma melhor aplicação da fiscalidade régia, de recrutamento militar e até para regular os fluxos migratórios. Acresce a esta situação a tomada de consciência da importância das estatísticas populacionais, muito em voga como foi referido, e de acordo com a mentalidade iluminista dos governos de então¹⁰⁹. A primeira potência a introduzir métodos padrão de censos nas suas colónias foi a Inglaterra. A partir de 1761 o Conselho de Comércio (Board of Trade) ordenou que cada um dos governadores da América enviassem periodicamente informações com a relação do número de «brancos», «negros» e «índios», bem como as razões do crescimento ou decréscimo durante o biênio anterior ao pedido¹¹⁰.

Neste sentido, os países ibéricos agiram quase em simultâneo para obterem uma informação mais detalhada dos habitantes das suas colónias americanas. A “cédula” espanhola de novembro de 1776 pedia a todas as autoridades civis para fornecerem ao Ministro das Índias “padrones” anuais com distinção de classe, estado marital, e castas de todas as pessoas incluindo as crianças. Apesar da burocracia colonial ter sido incapaz de fornecer anualmente tal informação, foi possível fazer pelo menos um censo geral, segundo estas regras, na Nova Espanha, Guatemala, Nova Granada, Peru, Chile e Rio da

¹⁰⁹ Cf. Dauril Alden, *Art. cit.*, p. 176.

¹¹⁰ Cf. Dauril Alden, *Art. cit.*, pp. 176-177.

Prata, nas duas décadas seguintes¹¹¹. Porém, ao contrário da diretiva espanhola, a circular portuguesa não solicitava informes sobre dados raciais ou “castas” nem distinções de género ao nível da idade¹¹². É de admitir que esta classificação, quando registada, ficava ao cuidado das autoridades locais.

Antes de 1776 foram realizados diversos levantamentos populacionais em várias regiões do império, destacando-se os realizados em Cabo Verde (1731), Açores (1747, 1766-1775), Madeira (1722, 1732, 1745 e 1750), Moçambique (1722,1766). A obrigatoriedade dos referidos levantamentos antecedeu 1776 nalguns casos como acontecera para os Açores a partir de 1766¹¹³. Relativamente ao Brasil, destacam-se os mapas populacionais realizados nas décadas de 1750 e 1760 como é o caso dos realizados em Santa Catarina (1753, 1767), Baía (1759), Pernambuco (1762-1763) e São Paulo (1765)¹¹⁴.

No caso específico de Goa, para a primeira metade do século XVIII, destacam-se os numeramentos de 1718, 1720, 1749 e 1753. O “Numeramento de Goa de 1720”, ao constituir uma fonte demográfica de grande alcance, dada a quantidade e riqueza de informação demográfica que reúne, será analisado com particular atenção neste estudo. Tal justifica-se com o facto do referido numeramento se apresentar como uma fonte muito informativa, uma vez que põe em evidência a “ (...) riqueza e a diversidade social da capital do Estado Português da Índia (...) ”¹¹⁵. Permite, após análise detalhada, o conhecimento das gentes, grupos sociais e distribuição no espaço.

Os censos tornaram-se instrumentos burocráticos padronizados, de periodicidade anual, cuja elaboração era da responsabilidade dos governadores das possessões portuguesas, sendo a maioria por determinação régia. O levantamento dos dados era feito pela Igreja e pelo Exército para serem remetidos ao Conselho Ultramarino em Lisboa. Este sistema regular de estatística da população ultramarina inaugurada pela Portaria de 21/05/1776, incluía os habitantes segmentados por grupos religiosos («cristãos» e «gentios»), por género, classes etárias e movimentos

¹¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 177.

¹¹² Idem, *Ibidem*, pp. 178-80.

¹¹³ Paulo Teodoro de Matos, *Art. cit.*, p. 243.

¹¹⁴ Cf. Dauril Alden, *Art. cit.*, pp. 176-177; Maria Luíza Marcílio, *Crescimento demográfico...* pp. 33-35.

¹¹⁵ Paulo Teodoro de Matos, *Art. cit.*, p. 251.

populacionais (nascimentos e óbitos). Esta forma de categorização manteve-se constante até 1796, com periodicidade anual. Os decretos de 1796 e 1797 solicitaram a introdução de mais informações nos mapas, nomeadamente as que dizem respeito a categorias étnico-religiosas e referentes, não só ao número de nascimentos e óbitos como já era feito, mas também de casamentos. Entre 1826 e 1835 a categorização feita nos mapas adequou-se à nova realidade provocada pelo advento do Liberalismo que também se refletiu nos espaços territoriais ultramarinos, terminando na última data referida o recorte temporal do nosso estudo. A partir de 1835 verificou-se uma mudança no paradigma estatístico, acrescentando-se outras categorias, como as relacionadas com questões socioprofissionais.

Quando se traça uma breve comparação na forma como foi feita a categorização da população, de imediato nos apercebemos que a classificação religiosa em Goa, Damão e Diu foi uma constante. Noutras zonas do império a classificação racial assumia uma preocupação, onde a população era dividida em «brancos»; «pretos»; «mulatos» bem como a condição de «escravos»; «homens livres» e «libertos». Assim, nalguns espaços territoriais a menção de grupos não cristãos parecia não ser uma preocupação para os governadores e agentes administrativos.

Destaca-se, a título de exemplo, a categorização utilizada nos mapas da população nalguns espaços do império. No Brasil, a partir de 1770, um grande número de governadores optou por segmentar os indivíduos de acordo com a cor da pele, etnia e condição jurídica: «brancos»; «pardos»; «escravos» e «índios domesticados». Em Angola, entre 1777 e 1778, os indivíduos foram classificados como «livres» ou «escravos» e, entre 1797 e 1835, os mapas registavam para cada presídio o número de habitações, sacerdotes e os habitantes «brancos», «mestiços» e «pretos», a par da segmentação etária, de género, movimentos da população, entrada e saída de habitantes e ocupação. À semelhança de outros espaços do Império Português, também em Moçambique se procedeu a sucessivas alterações na categorização da população, destaca-se a usada em 1782 no “Mapa dos moradores dos Rios de Sena”: «portugueses

reinóis»; «ditos filhos da Índia»; «ditos filhos do país», «naturais de Goa» e «ditos do país»¹¹⁶.

Desta forma, as opções tomadas pelos governadores e agentes administrativos e eclesiásticos no processo de classificação dos indivíduos era distinta, nuns locais a religião era predominante noutros a etnia e condição jurídica sobrepunham-se. Esta situação leva-nos a crer que as categorias acabaram por se apresentar como construções sociais que resultaram da negociação com as autoridades locais e que ganharam especificidade nos diversos espaços do império.

¹¹⁶ Cf. Dauril Alden, *Art. cit.*; Paulo Teodoro de Matos, *Art. cit.*, pp. 638-640; Paulo Teodoro de Matos; J. Vos, “Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico”, in *Diálogos*, volume 17, número 13, 2013, pp. 807-834; Ana Paula Wagner, *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*, Tese de Doutoramento em História, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009, p. 108.

CAPÍTULO 3- GOA: ENQUADRAMENTO SOCIAL

Este capítulo visa fazer uma abordagem à cidade de Goa como centro político, administrativo e religioso do *Estado da Índia*, no recorte temporal do estudo, e analisar as especificidades da sociedade goesa, marcada por um sistema de castas, onde conviveram populações cristãs e não cristãs. Será feita uma explicação sumária das características e particularidades dos grupos sociais para que melhor se compreenda a forma como esta sociedade foi transposta para os mapas da população, mandados elaborar por ordem régia.

A cidade de Goa, conquistada por Afonso de Albuquerque em 1510, tornou-se a capital do *Estado português da Índia*, a partir de 1530. A expressão *Estado da Índia*, generalizada na segunda metade do século XVI, era usada para designar, de acordo com Luís Filipe Thomaz, um “conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou territórios ribeirinhos, do Cabo da Boa Esperança ao Japão”¹¹⁷. A expansão dos portugueses na Ásia ficou marcada pela dispersão geográfica e por uma grande variedade do estatuto político¹¹⁸. Para Luís Filipe Thomaz, o *Estado da Índia* foi “na sua essência uma *rede*, isto é, um sistema de comunicação entre espaços”¹¹⁹. Na sua origem não era mais do que uma rede de rotas marítimas possuindo, apenas como indispensáveis, pontos de apoio em terra que só tinham razão de ser em função dessa rede. A “essência do império era o mar”¹²⁰.

De acordo com A. R. Disney, tal como foi referido, a designação *Estado da Índia*, dada às possessões portuguesas na Ásia marítima e na África Ocidental, aparece desta forma, desde o século XVI, nos documentos titulares de entrega que cada vice-rei recebia, formalmente, quando tomava posse da sua governação. No entanto, também existiam espaços ocupados por portugueses que não eram oficiais, tinham sido estabelecidos informalmente por iniciativa privada. A este propósito, o referido

¹¹⁷ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*, p. 207.

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 207.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 208.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 259.

historiador, distingue o *Estado da Índia* formal da presença informal dos portugueses neste espaço, tendo em conta a existência de sobreposições e laços expressivos. Para Disney o *Estado da Índia* constituía-se num perímetro de fortalezas e com uma extensa rede de comunicações marítimas¹²¹.

Malyn Newitt considera o *Estado da Índia* como sendo uma forma vanguardista de construção de um *Estado*. Este modelo de império comercial e marítimo acabaria por ser adotado, mais tarde, por holandeses, ingleses e franceses. Mas, ao contrário dos portugueses, os referidos Estados europeus não foram movidos por aspirações religiosas, tendo-se organizado em companhias monopolistas, em vez de monopólios da Coroa. Tal como Disney, Newitt defende a existência de um *império informal* a par do *formal*, consequência do comércio privado que ficou fora de controlo das regras e regulamentos do monopólio real. Esta situação acabou originar o aparecimento de diversas povoações e colónias de comerciantes portuguesas no Índico¹²².

Quando se analisa o *Estado da Índia*, Francisco Bethencourt considera que “ (...) é necessário substituir a visão hierárquica do império asiático por uma perspetiva multifacetada e polarizada no espaço e no tempo”¹²³. Este *Estado*, na sua perspetiva, pode ser descrito como uma “*nebulosa de poderes*, cuja hierarquia formal demonstrou uma tremenda fluidez, com níveis de tomada de decisão diferentes e em constante sobreposição”¹²⁴. A negociação foi a *palavra-chave*. Os poderes e instituições tradicionais locais, bem como a relação e envolvimento estabelecidos com os povos locais e intermediários nativos, foram fundamentais para marcar a presença portuguesa neste espaço¹²⁵. De acordo com António Manuel Hespanha, a falta de meios humanos e materiais traduziu-se na descentralização das possessões do *Estado da Índia*, que giravam em torno dos poderes centralizados em Goa e Macau, dois espaços que gozavam de uma grande autonomia em relação à metrópole¹²⁶.

¹²¹ A. R. Disney, *Op. cit.*, p. 147.

¹²² Cf. Malyn Newitt, *Op. cit.*, pp. 94-100.

¹²³ Francisco Bethencourt, “Configurações políticas e poderes locais”, in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dirs.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 231-232.

¹²⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 231-232.

¹²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 231-232.

¹²⁶ António Manuel Hespanha, “Estruturas Político Administrativas do Império Português”, in Joaquim Romero Magalhães (ed.), *Outro Mundo Novo Vimos*, CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 22-25.

Ernestina Carreira defende que o *Estado da Índia* passou por períodos de transformação que o levariam a uma “recomposição num quadro espacial cada vez mais restrito”¹²⁷. Passou-se da extensa rede portuária que ligava o cabo da Boa Esperança à China, que marcou o século XVI até à primeira metade do século XVII, para um domínio orientado para o Índico Ocidental, entre 1663 e 1720. A partir de 1720 e até 1740, o referido *Estado* iniciou um processo de mudança que o levaria a transformar-se numa potência regional voltada para o continente. A designada terceira época da História de Goa por Ernestina Carreira, que se iniciou na década de 20 do século XVIII, teve o seu desfecho entre 1793 e 1820, período de transição para a quarta época, em que se assistiu à redução de uma série de territórios ao estatuto de enclaves territoriais, num subcontinente dominado pela nação britânica¹²⁸.

Durante a primeira metade do século XVIII o subcontinente indiano assistiu a grandes alterações políticas. O Império Mogol desabou frente ao surgimento dos estados sucessores, os quais estabeleceram um novo mapa geopolítico, admitindo progressivamente a França e a Inglaterra, que procuravam afirmar a sua implantação territorial por intermédio das suas Companhias. As alterações geopolíticas e a fragilidade militar a nível continental tiveram um papel crucial na reorientação política do *Estado da Índia* durante o século XVIII¹²⁹.

A Índia portuguesa, tal como foi referido, teve que se confrontar com a presença de outros Estados europeus e com os rivais reis vizinhos, omanitas muçulmanos e maratas hindus. Na primeira metade de setecentos, os mais poderosos inimigos eram os maratas. Num cenário de dispersão geográfica e de carência demográfica, de origem europeia, foi necessário recorrer a constantes adaptações aos contextos locais, bem como constituir esferas de influência junto das elites locais. O conflito com os maratas acabaria por levar à perda da Província do Norte e à conquista de Baçaim, por parte dos inimigos, com consequências nefastas para as rendas do Estado, arruinando Goa¹³⁰.

¹²⁷ Ernestina Carreira, Op. cit., p. 62

¹²⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, Op. cit., p. 62.

¹²⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 62.

¹³⁰ Cf. João Paulo Oliveira Costa (coord.); José Damião Rodrigues; Pedro Aires Oliveira, Op. cit., pp. 255-256.

Em meados do século XVIII, tanto para Luís Filipe Thomaz como para Maria de Jesus dos Mártires Lopes, a História de Goa enceta um período novo em múltiplos aspetos¹³¹. No decurso do referido século, apesar da concorrência dos estrangeiros europeus e asiáticos, o intenso tráfico comercial com a Ásia continuou a prosperar, sendo Goa um importante entreposto dessa rede comercial. É de notar que em meados do referido século, como refere Maria de Jesus dos Mártires Lopes, surgiu uma nova conceção do *Império português do Oriente*, “ (...) tornara-se importante possuir territórios com viabilidade económica, estratégica e política em si mesmos”¹³² e não em função de uma rede de escalas espalhadas pelo Oceano.

“O marquês de Pombal, porventura influenciado pela teoria do pacto colonial, tomou uma orientação geral no sentido de terminar com o «dualismo colonial» e colocar cada província na subordinação direta do governo central. Na verdade, os territórios ultramarinos viviam até aí frequentemente agrupados aos pares, estando um deles dependente do outro. Assim, Angola era subsidiária do Brasil, Moçambique da Índia, e a Guiné de Cabo Verde. Essa situação foi irreversivelmente abolida tendo, a partir de então, cada colónia a sua gestão própria, em todos os domínios”¹³³.

Com a perda da Província do Norte em 1739, a desanexação de Moçambique, em 1752, e posteriormente de Macau, em 1844, a área administrativa com sede em Goa reduziu-se consideravelmente. Porém, Goa acabaria por ver a sua extensão aumentar, uma vez que a área das *Velhas Conquistas* se alargou, consideravelmente, com as *Novas Conquistas*. Assistiu-se a um aumento significativo da área territorial - quase quadruplicando - dando continuidade à dinâmica militar que havia sido promovida durante o reinado de D. João V¹³⁴. Na opinião de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, tal situação acabaria por dar “ao *Estado da Índia* continuidade e viabilidade territorial bem diferente da anterior”¹³⁵, Goa passou a representar uma “peça fundamental e a parte vital do *Estado da Índia*”¹³⁶. Na década de 60, do século XVIII, foram ocupados os distritos de Pondá, Sanguém, Quepém e, no final da década de 1780, os de Perném, Bicholim e Satari, zonas onde o número de cristãos permaneceu pouco elevado¹³⁷. As

¹³¹ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*, p. 20.

¹³² Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, p. 29.

¹³³ Idem, *Ibidem*, p. 29.

¹³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 288.

¹³⁵ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, p. 13.

¹³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 13.

¹³⁷ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*, p. 260.

Novas Conquistas conferiram à cidade de Goa limites naturais que facilitaram a sua defesa e deram-lhe viabilidade, não só do ponto de vista defensivo, mas também económico¹³⁸. A *Velha Goa* fora “abandonada” e Mormugão, próxima do mar e mais abrigada, mostrara-se mais capaz de responder às necessidades de então e o governo transferira-se para Pangim, em 1759.

Durante o período pombalino, os projetos para o *Estado da Índia* passavam por fazer renascer a “glória do nome Portuguez”¹³⁹, regressar aos tempos gloriosos de Afonso de Albuquerque, e refundá-lo. D. José I, numa carta dirigida ao governador e capitão geral do *Estado da Índia*, D. José Pedro da Câmara, que antecede as Instruções que lhe são dirigidas, mostra bem ser essa a sua intenção.

“ [...] A mais significativa prova, que vos podia dar da confiança, (...), he a da eleição, que della fiz em huma conjuntura, na qual não mando socorrer o mesmo Estado no modo ordinario, mas sim restaura-lo, e funda-lo de novo: arrancando as raizes dos vicios que até agora o contaminaram; e plantando nos terrenos, que ellas haviam indicionado, virtudes Christãs, Politicas, e Militares, que façam renascer na Azia a reputação, e a gloria do nome Portuguez. (...) Na vossa chegada a Goa estabelecereis antes de tudo as Tropas de Infanteria, Artilheria, e os Exercicios desta. Successivamente passareis a presidir as Fortalezas. Depois disto formareis o Arsenal da Marinha, e continua reis em executar tudo o mais concernente ao Governo interior, e ao socego publico do Estado. No que tudo espero, que obraceis com o zelo, e acerto, que me promettem as vossas distinctas qualidades. Escripta em Salvaterra de Magos, em dez de Fevereiro de mil setecentos setenta e quatro”¹⁴⁰.

Em termos político-militares, afastando-se a hipótese da reconquista da Província do Norte, a orientação foi a da manutenção do território existente e da conquista de certas praças e domínios contíguos à terra de Goa, a fim de garantir a sua estabilidade e defesa¹⁴¹. Ernestina Carreira refere que os sucessos militares e diplomáticos que ocorreram ao longo do século XVIII fizeram com que o espaço adjacente às províncias de Bardez, Ilhas e Salsete tivesse aumentado significativamente, dando ao *Estado da Índia* uma dimensão de “estado continental”¹⁴². A conjuntura favorável em termos de política internacional deu a Goa uma certa margem de ação. Conseguiu, através da sua neutralidade, desenvolver negociações diplomáticas na costa

¹³⁸ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, p. 13.

¹³⁹ Cf. Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, *Instruções com que El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da Índia o Governador e Capitão General e o Arcebispo Primaz do Oriente, no ano de 1774*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1903.

¹⁴⁰ Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, *Op. cit.*, p. 10.

¹⁴¹ Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*, p. 29.

¹⁴² Cf. Ernestina Carreira, *Op. cit.*, p. 91.

Ocidental do subcontinente indiano, mantendo relações duradouras com outros estados indianos e europeus. Em termos económicos, as evoluções económicas nacionais e, especificamente, o aumento do consumo interno que tornou atrativas as rotas entre o Atlântico e o Índico¹⁴³.

Os vice-reis e governadores da Índia tiveram que tratar dos assuntos diplomáticos com os reis vizinhos de forma cautelosa. Para tal, contavam com o apoio de indivíduos naturais de Goa, hindus e muçulmanos, judeus e parses que tinham ao seu serviço, que desempenharam com bastante eficácia as funções de “Línguas” do Estado e de enviados junto dos reis indianos. Prestavam, desta forma, serviços relevantes na diplomacia portuguesa na Índia¹⁴⁴.

A partir da última década do século XVIII assistiu-se a uma fase de mudança em termos políticos e económicos no subcontinente indiano que se relaciona com um quadro em que concorriam diversas potências europeias. Foi uma fase de transição em que se passou de um espaço de rivalidade entre várias potências europeias e indianas para um espaço de construção do Raj britânico. A guerra europeia alastrou-se ao Índico e Portugal abandonou a sua tradicional neutralidade para se aliar à Inglaterra, em 1793, contra o poderio de Napoleão. A Inglaterra conseguiu, com a capacidade financeira adquirida pela conquista de Bengala, ter capacidade militar para derrubar as maiores potências indianas do século XVIII, o poder marata e o sultanato de Maiçur, e para instaurar uma eficiente infraestrutura político-administrativa para levar avante o seu plano expansionista. O *India Act*, votado no Parlamento britânico, transferiu o poder de decisão da Companhia das Índias Orientais para um *Board of Control*, a quem todas as decisões, incluindo as do governador-geral, teriam de ser submetidas. O expansionismo britânico na Índia esteve muito ligado a dois governadores-gerais, Cornwallis e Wellesley, que mantiveram excelentes relações com o presidente do *Board of Control*, Henry Dundas, o que lhes permitiu ter uma grande autonomia nas suas ações¹⁴⁵.

O expansionismo britânico ameaçava o espaço do *Estado da Índia*. Com a derrota do sultanato de Maiçur em 1792 e a divisão dos seus territórios, o governador da Índia

¹⁴³ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 91.

¹⁴⁴ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, p. 36.

¹⁴⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 117.

portuguesa, Francisco da Cunha e Menezes, preocupava-se com a eventual ocupação do território do antigo reino de Sunda, perto de Goa, por parte dos ingleses ou mesmo dos maratas. Tal acabou por não acontecer, pois o sultão Tipu acabou por continuar a controlar essa região. A ameaça britânica continuava a efetivar-se e, em 1792, ao se apoderarem de Malabar destruíram todas as feitorias europeias, incluído a portuguesa. Assim, os navios vindos de Lisboa para se abastecerem de pimenta tinham de passar pelas alfândegas da Companhia inglesa em Bombaim ou Calcutá e já não por Goa. A partir de 1792 a Índia portuguesa estava cada vez mais reduzida a um pequeno estado regional, e não àquilo que havia cobiçado, o de ser uma potência continental¹⁴⁶.

Em 1793, o poder britânico, depois de dominar Maiçur, expulsou os franceses da Índia e, em 1795, expulsou os holandeses. Depois do sucesso da política expansionista de Cornwallis, Wellesley concluiu o projeto expansionista do primeiro. O objetivo era o de impedir o retorno dos franceses à Índia e fazer da Inglaterra a potência dominante. Em 1798, a França e o sultão Tipur de Maiçur formaram uma aliança, já que Napoleão pretendia criar uma rota marítima entre o mediterrâneo e a Índia. Um dos melhores portos para o desembarque francês não se encontrava nos domínios de Tipu, mas sim sob domínio português. Esse porto era Goa. Portugal tinha assinado uma trégua com a França em 1797, mas Wellesley com o fito de evitar o desembarque francês nesse espaço propôs ao governador Veiga Cabral proteção militar, mas este recusou. Wellesley passou à ofensiva eliminando em 1799 aquilo que restava do poder de Tipu. Após a derrota e morte de Tipu o resto dos seus domínios foram anexados e o exército britânico encontrava-se às portas de Goa¹⁴⁷.

Sob o pretexto de um eminente ataque a Goa por uma frota francesa, Wellesley ordenou a ocupação de Goa, Damão e Diu a 6 de setembro de 1799. O governo de Goa não ofereceu resistência, por um lado por não ter informações oficiais da Coroa e, por outro, por não poder contar com apoio exterior na Índia. Wellesley, sem ter recebido o assentimento de Londres para esta ocupação reportou aos diretores da Companhia que o havia feito por pedido do governador de Goa. O *Board of Control* deu o seu aval à iniciativa de Wellesley de proceder à aquisição dos territórios portugueses. O

¹⁴⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 118.

¹⁴⁷ Cf. Ernestina Carreira, *Op. cit.*, p. 120.

embaixador britânico em Lisboa quis negociar a compra de Diu, ao que o regente D. João se opôs. Ignorando esta recusa, o duque tentou apoderar-se desses territórios pela força e em janeiro de 1802 ordenou a Veiga Cabral que desse o governo militar, político e civil aos britânicos. O governador português recusou, mas mais tarde, em abril de 1802 mandou evacuar Goa. Em maio de 1803, com o recomeço do conflito, Wellesley decidiu anexar os portos do *Estado da Índia* e Goa, Damão e Diu foram ocupados. Durante dez anos, Goa sofreu de uma depressão económica grave. O descontentamento dos militares portugueses e dos habitantes foi grande, enquanto os britânicos procuravam dominar o poder pela força. Ao sucessor de Wellesley, Lorde Minto, não bastava a anexação da Índia portuguesa, pois queria também o domínio dos territórios sob a sua administração. Ainda com o pretexto da ameaça francesa, os britânicos enviaram uma esquadra para Macau, mas a hostilidade da população e das autoridades chinesas fez fracassar a intenção¹⁴⁸.

Com a ameaça francesa anulada no Índico, com a veemente oposição do regente português, com a possibilidade de uma rutura com Portugal poder comprometer as concessões comerciais no Brasil e ainda com o tratado de 1810 a abrir todos os portos portugueses, os britânicos ordenam em 1813 a evacuação de Goa. Em 1818, a Grã-Bretanha dominava quase toda a Índia, e o Estado português da Índia tornou-se num território sob administração portuguesa deixando de ser uma potência continental autónoma. O comércio do ópio com Macau e as ligações com o Rio de Janeiro, a partir de 1814, ainda permitiram um tempo de algum alívio económico. Mas a independência do Brasil em 1822 e o domínio inglês do comércio do ópio ditaram o declínio dos domínios portugueses, cada vez mais dependentes da Índia britânica. A redução dos efetivos militares terrestres, assim como o desaparecimento da frota de guerra foram um reflexo dessa decadência, assim como foi a simbólica transferência da administração civil, comercial e militar da *Velha Goa* para Pangim¹⁴⁹.

Em Goa, à semelhança do que acontecera noutros espaços do império, para além da conquista de terras e bens, procurou-se disseminar a língua e culturas portuguesas,

¹⁴⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 120-121.

¹⁴⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 121-122.

bem como a religião católica. Nos séculos XVI e XVII assistiu-se a uma política de conversão que procurou transferir não só a religião, mas também o modo de vida português para um espaço longínquo.

De acordo com Ângela Barreto Xavier, a forma como conversão e cristianização das populações locais foi executada e apropriada, acabaria por resultar numa “conversão cultural”¹⁵⁰ que teve um grande impacto nos séculos XVI e XVII e que ditou a permanência do poder imperial português. O processo de conversão acabaria também por ser responsável “ (...) pelos equívocos, tensões e oportunidades que caracterizaram a situação colonial, a relação entre a metrópole e aquela colónia cujo estatuto (...) foi ambivalente”¹⁵¹. Para tal, foram mobilizados instrumentos mais violentos como os militares, mas também os mais pacíficos como a assistência e a educação. Neste processo, intervieram agentes do poder político, militar e religioso que, muitas vezes, acabavam por assumir múltiplos papéis na sua ação. Esta combinação de elementos era vista na Época Moderna como algo fundamental para a preservação do império¹⁵².

Todo o processo de dominação teve necessariamente a colaboração das populações locais, através de uma “interação dependente (...) da cultura política concreta, *local*, de todos os envolvidos nessa experiência”¹⁵³, resultando em “modalidades diferentes de hegemonia, mais ou menos negociadas de poder”¹⁵⁴. Muitos acabaram por se ajustar à nova realidade com o objetivo de manterem o seu poder e de verem as suas ambições concretizadas. Ângela Barreto Xavier sustenta que em Goa o encurtamento da distância entre portugueses e população local deveu-se à forma como as elites de origem local deixaram, progressivamente, de se rever no estatuto de colonizados. Para tal, entre outros documentos, o decreto de 2 de abril de 1761 e Instruções pombalinas subsequentes foram cruciais¹⁵⁵.

¹⁵⁰ Expressão usada por Ângela Barreto Xavier que caracteriza como sendo “ (...) a transformação mais ou menos completa, mais ou menos gradual, dos modos de pensar, de fazer e de estar, de conceber o tempo, o presente e a memória, dos membros de uma determinada sociedade”. In Ângela Barreto Xavier, *Op. cit.*, p. 26.

¹⁵¹ Ângela Barreto Xavier, *Op. cit.*, p. 26.

¹⁵² Idem, *Ibidem*, pp. 26-28.

¹⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 25.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 25.

¹⁵⁵ Ângela Barreto Xavier, *Op. cit.*, p. 25.

Pelo decreto de 2 de abril de 1761¹⁵⁶ (e diplomas subsequentes¹⁵⁷) todos os vassallos naturais da Ásia portuguesa, sendo cristãos, passavam a gozar dos mesmos privilégios que os do reino. Ficavam aptos para todas as honras e ofícios e recomendava-se aos vice-reis, ministros e oficiais, que nos concursos se atendessem e se desse preferência aos naturais, desde que fossem competentes. Poderiam ainda optar por apelidos de famílias do reino.

“Ordenando que todos os meus vassallos nascidos na India Oriental, e domínios, que tenho na Asia Portuguesa; sendo Christãos batizados; e não tendo outra inhabilidade de Direito, Gozem das mesmas honras, preeminências, prerrogativas e privilégios, de que gozão os naturais destes Reinos, sem a menor diferença; havendo-os desde logo, não só por habilitados para todas as Honras, Dignidades, Empregos, Postos, Officios, e jurisdições deles; mas recomendando muito seriamente aos Vice-Reis do mesmo Estado, e Ministros, e Officiaes delle, que para as sobreditas Honras, Dignidades, Empregos, Postos, Officios attendão sempre nos concursos com preferência aos naturais das respetivas terras, mostrando-se capazes; (...) Item: Prohibo, que aos naturaes da mesma India, que forem Christãos baptizados, se não conservem contra as suas vontades os Cognomes das Familias, donde houverem sahido, ou dos Officios, e Ministerios deles: Ordenando que todos os sobreditos se conceda o uso dos sobrenomes, e apelidos, de que usão as famílias destes Reinos, como nelles se está praticando sem diferença alguma”¹⁵⁸.

No diploma régio estava patente a ofensa penal para todos os que desrespeitassem ou distinguissem no trato os naturais da Índia.

“Estabeleço que qualquer pessoa de qualquer estado ou condição que seja que desprezar ou distinguir no tracto, ou na civilidade os sobreditos naturaes da Índia, ou seus filhos, ou descendentes; chamando-lhes “Negros ou Mistiços ou applicando-lhes outas semelhantes antonomásias odiosas, e de ludibrio; ou pretendendo com aquelles pretextos inhabilitallos para as Honras, Dignidades, Empregos, Póostos, Officios (...); sendo pessoa que tenha o Fôro de Fidalgo de Minha Casa, perca o Fôro; sendo nobre perderá a sua nobreza, que tiver, ficando reduzido à ordem dos Peões, com a multa de duzentos pardãos, para a parte ofendida, e quatro mezes de prizão debaixo da chave na Cadeia pública (...): Sendo Cavalleiro de qualquer das Ordens Militares, Mando (...) que além das sobreditas penas em todas as partes, que lhe são applicáveis, seja suspenso do uso do Habito, que tiver (...) E sendo Peão será condenado nas mesmas penas pecuniárias, e de prizão, da qual irá degredado para Moçambique por tempo de cinco anos (...)”¹⁵⁹.

¹⁵⁶ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, p. 100 (Este alvará foi amplamente analisado por Maria de Jesus dos Mártires Lopes na referida obra).

¹⁵⁷ De acordo com Russell- Wood, em 1763 esta legislação estendeu-se à África Oriental e em 1764 uma carta régia reforçou o anterior alvará e que também aplicou aos cristãos não portugueses de Macau as mesmas condições de elegibilidade para os cargos públicos. Em relação ao Brasil, a legislação portuguesa respeitante aos que não eram europeus não era uniforme. Entre 1755 e 1758 a legislação destinada a emancipar os ameríndios excluiu escravos negros ou mulatos. A Lei de 6 de junho de 1755 restituía aos índios do Gão- Pará e do Maranhão as suas liberdades pessoais, as propriedades e o direito a comercializarem. Cf. Russell- Wood, “Comunidades Étnicas”... pp. 215 e 221.

¹⁵⁸ “Alvará de 2 de abril de 1761”, in António Delgado Silva, *Collecção de Legislação Portuguesa*, Lisboa, Typographia Maigreense, 1830, pp. 793-193.

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 793-193.

Desta forma, constata-se que houve uma tentativa régia para terminar com as desigualdades e atitudes discriminatórias no sentido de se manter a concórdia social. Porém, a ordem régia acabou por cair no esquecimento das autoridades locais até à sua promulgação definitiva em 1774.

“Dom Pedro da Camara, Governador, e Capitão General do Estado da Índia. Amigo. Eu, ELREI vos envio muito saudar. Não havendo até agora contado, que o Meu Alvará de dous de Abril de mil setecentos e setenta e hum, em que removi entre Meus Vassalos do Estado da Índia as Sediciosas diferenças, que com as denominações de Naturaes, e Reinoes maquinarão os Disseminadores de discórdias, se publicasse, e executasse até agora, como por elle ordenei: Sou servido, que logo mandais registrar, e publicar o sobredito Alvará em todas as Terras dos Meus Domínios por elle declaradas (...)”¹⁶⁰.

Tendo em conta a falta de população europeia residente no *Estado da Índia*, esta produção legislativa acabaria por proporcionar um maior envolvimento dos naturais cristãos na defesa do território, administração régia, civil ou eclesiástica e aproveitamento económico do espaço. Estes normativos evidenciaram a existência de conflitos entre as elites locais e os “reinóis” e determinaram que os cristãos naturais da Índia teriam as mesmas honras, distinções, direitos e privilégios que os nascidos em Portugal¹⁶¹.

Em Goa, a dicotomia *integrar e diferenciar*, manteve um duradouro equilíbrio político social, já que ao mesmo tempo o direito permitia que os colonizados, teoricamente, desde que fossem cristãos, tivessem acesso aos mesmos benefícios que os portugueses, mas nunca poderiam usufruir de todos os direitos, como era o caso dos ofícios de governança. No espírito do Antigo Regime, a condição necessária para manter a ordem imperial, assente na hierarquia e na diferença social, passava por entregar cargos políticos a reinóis¹⁶².

Russell-Wood defende que apesar de terem existido limitações e discriminações, no *Estado da Índia* “ (...) houve cristãos nativos que ocuparam cargos públicos na administração, no ensino, na profissão médica, bem como no clero secular e nas ordens religiosas”¹⁶³, com destaque para os brâmanes. Já no século XVII se assistia

¹⁶⁰ “Carta régia 15 de janeiro de 1774”, in Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, *Op. cit.*, p. 134.

¹⁶¹ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, p. 288.

¹⁶² Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva, *Op. cit.*, pp. 288-291.

¹⁶³ Russell-Wood, *Op. cit.*, p. 215.

à admissão de indianos nascidos localmente por parte de Franciscanos, Dominicanos e do Convento de Santa Mónica. Foram fundadas duas comunidades por iniciativa dos cristãos locais: a comunidade oratoriana, erigida em 1682 por padres brâmanes, composta por naturais cujo conhecimento do concani os tornava ideais para catequistas e pregadores e, em 1750, surgiu uma outra comunidade de inspiração nativa, a Ordem Terceira dos Carmelitas Claustrais, formada por membros da casta chardó. No final do século XVIII, com o aumento da ordenação de naturais, assistiu-se a uma crescente presença destes indivíduos no clero secular e na vida religiosa das comunidades cristãs. Detinham conezias, eram advogados do auditório e vigários¹⁶⁴.

Quanto ao espírito de comunidade em Goa, destaca-se a prevalência das irmandades nessa região e a sua enorme contribuição para as comunidades cristãs do Império Português. Tendo em conta este aspeto, Russell-Wood chama a atenção para dois fatores exclusivos a Goa e outros territórios da Índia portuguesa: em primeiro lugar, numa sociedade onde os convertidos ao Cristianismo podiam ser rejeitados pelos pais, família e comunidade hindu, as confrarias constituíam locais de refúgio e de aceitação; em segundo lugar, a participação nas confrarias cristãs era frequentemente feita de acordo com linhagens de casta¹⁶⁵.

Neste espaço territorial, de acordo com Leopoldo da Rocha¹⁶⁶, existiam irmandades que, quer no critério de admissão dos seus membros ou da restrição de privilégios, eram exclusivistas com base na casta¹⁶⁷. Tal poder-se-á constatar no caso da confraria do Santíssimo e Nossa Senhora da Salvação, da igreja de Benaulim, sendo esta exclusiva dos brâmanes de Benaulim e chardós de Canã. Nesta confraria podiam ser admitidos indivíduos de outras freguesias, mas teriam que ser brâmanes. No caso das irmandades da Igreja de Margão, a irmandade de Nossa Senhora da Conceição obrigava no capítulo do seu antigo compromisso que “o sujeito que houver entrar nesta confraria por seu confrade vogal com opa, deve ser legitimamente brâmane constando ser tal por tradição dos antigos, nascido de legítimo matrimónio, descendente de pais

¹⁶⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 210-215.

¹⁶⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 210-215.

¹⁶⁶ Cf. Leopoldo da Rocha, *Confrarias em Goa (séculos XVI-XX)*, *Conspecto Histórico-Jurídico*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

¹⁶⁷ Leopoldo da Rocha, *Op. cit.*, p. 286.

brâmanes”¹⁶⁸. Na confraria de São Miguel das Almas “não poderão ser admitidos por irmãos confrades desta confraria senão os indivíduos das três castas seguintes como são sudros, chardós, curumbins, não sendo estes da profissão boiás”¹⁶⁹, no entanto, “poderão (...) ser admitidos como irmãos devotos os mais, com total exclusão dos mulatos, moiros, judeus e outros semelhantes que forem reprovados em direito, assim como sempre se praticou”¹⁷⁰.

Leopoldo da Rocha refere que em Salsete os exclusivismos foram mais radicais do que em Bardez e Ilhas¹⁷¹. Mas, a partir de 1759, em Salsete denotou-se alguma diferença devido, provavelmente, às Instruções dadas aos governadores durante o tempo de D. José I, em que se referia que as divisões entre naturais e reinóis e, entre brâmanes e chardós, eram grandes impedimentos para o progresso da religião e bem comum do *Estado da Índia*, tendo os governadores a incumbência de acabar com essas divisões. Outra tentativa de cessar essas divisões aconteceu no tempo de José Ferreira Pestana, através da portaria de 30 de setembro de 1844. O governador, considerando que as confrarias eram associações de indivíduos cujo fim devia ser a beneficência e adoração da divindade, ordenou que se retirassem dos estatutos os artigos que davam proeminência e exclusividade a alguma casta. A ordem de José Ferreira Pestana foi declarada sem efeito pela Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 15 de janeiro de 1845. Os estatutos anteriormente abolidos foram mantidos, justificando-se a referida situação com o motivo de tal representar uma mudança perigosa, tendo em conta o facto de estarem instituídos desde há muito tempo, e por não constituírem perigo para a causa pública¹⁷².

A sociedade goesa, herdeira de uma estrutura social ancestral que coexistiu com novos elementos sociais, constituiu-se nesta mescla de realidades sociais diferentes e paradoxais. Uma sociedade complexa, fruto da grande heterogeneidade étnica, religiosa e profissional que a formava, cuja distinção era religiosa. A particularidade desta

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 286.

¹⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 286.

¹⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 286.

¹⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 287.

¹⁷² Idem, *Ibidem*, pp. 288-289.

sociedade decorre de vários fatores que contribuíram para a formação de uma diversidade de tipos humanos com estatutos e traços particulares. A estrutura herdada do passado foi enriquecida com novos elementos resultantes da expansão e difusão do Cristianismo¹⁷³. Porém, quando se analisam a estrutura e as instituições sociais torna-se visível o legado hindu de forma bastante evidente. De acordo com Bragança Pereira, referindo-se às castas hindus, a sociedade goesa era “um agregado social endogâmico, animado do espírito de hierarquia, e de isolamento, regulado por normas consuetudinárias consagradas pela religião hindu”¹⁷⁴.

A sociedade goesa, estratificada em castas, tinha um sistema com um forte peso na mentalidade e conduta dos goeses. A virtude de um indivíduo regia-se pelo grau de cumprimento das obrigações da sua casta, podendo perder esta referência caso procedesse de forma contrária. Desta forma, Maria de Jesus dos Lopes Mártires refere que “um indivíduo pertence a uma determinada casta pelo nascimento está impedido de se casar fora dela por motivos de ordem religiosa. As castas agrupam-se ou isolam-se por motivos ligados à «pureza» ou à profissão, mas é o elemento religioso que imprime um carácter sagrado à endogamia, à hierarquia e ao isolamento das castas”¹⁷⁵. A casta é assim definida pela endogamia, pela alimentação, pela ocupação profissional, reforçada pelo zelo religioso. A hierarquia marca a relação entre as castas tendo em conta o grau de pureza ritual, no vértice os Brâmanes, na base os Intocáveis¹⁷⁶.

De acordo com Louis Dumont, casta é muito mais do que um *grupo* no sentido comum, é um *estado de espírito*, uma vez que são aceites e interiorizados princípios relacionados com a hierarquia e com a pureza por parte dos indivíduos que a compõem, numa lógica de oposições¹⁷⁷. A antropóloga Rosa Maria Perez, com base nos estudos que realizou, na atualidade, na aldeia do Gujarate, questiona a lógica de Dumont de estratificação linear, uma vez que considera que a casta não é estável, constante ou

¹⁷³ Russell-Wood, *Op. cit.*, pp. 210-211

¹⁷⁴ Bragança Pereira, “O sistema de castas”, in *O Oriente Português*, volume XVII, números 1-4, Nova Goa, 1920, p. 4.

¹⁷⁵ Maria de Jesus dos Mártires Lopes; Paulo Teodoro de Matos, “Goa: Simbiose Luso-Oriental” ...p. 16.

¹⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p.16.

¹⁷⁷ Louis Dumont, *Homo Hierarchicus. O Sistema das Castas e as suas Implicações*. São Paulo, Edusp, 1992; Rosa Maria Perez, *Reis e Intocáveis. Um Estudo do Sistema de Castas no Noroeste da Índia*, Oeiras, Celta, 1994, p. 5.

inabalável a outras estruturas sociais¹⁷⁸. Cláudia Pereira considera que o conceito de hierarquia, apesar de limitativo e ambíguo, será o que se adequa à versão do modelo de organização social da casta que, para si, “ (...) não pode ser dissociado da análise da natureza da casta na sua existência em termos de relações sociais, rituais e políticas”¹⁷⁹. A referida antropóloga defende que “a casta é, também ela, permeável a construções históricas diversas, para as quais contribuíram a influência de interesses políticos, sociais e religiosos específicos e, por isso, várias têm sido as categorizações em torno dela”¹⁸⁰. Na sua perspetiva, o desafio atual passará por apreender o carácter tradicional, permanente e unitário da casta e relacioná-lo com a constante mudança, modernidade e diversidade interna, tal como propõe Christopher Fuller nos seus estudos¹⁸¹.

A sociedade goesa era constituída por uma grande variedade de categorias sociais e o sistema de castas encontrava-se na base das distinções, tanto para não cristãos como para cristãos, apesar de, no último caso referido, ter perdido o âmago religioso e ritual. A referida estrutura persistiu e agregou a vida social, cultural e quotidiana da população, mesmo nas comunidades cristãs¹⁸². Nestas comunidades, as castas tornaram-se simplesmente camadas sociais endogâmicas e tiveram tendência a reagruparem-se em conformidade com os *varnas* clássicos sendo esquecida a subdivisão em *jatis*¹⁸³, mantendo-se apenas nas castas baixas que preservava um claro carácter profissional¹⁸⁴. Tal situação leva-nos a constatar que a presença dos colonizadores europeus e a conversão religiosa provocou alterações, não só ao nível social e religioso, mas também na forma como os grupos passaram a ser identificados. Assistiu-se, desta

¹⁷⁸ Rosa Perez, “Preface to the English Edition”. In, Rosa Maria Perez, *Kings and Untouchables. A Study of the Caste System in Western India*, Nova Deli, Chronicle Books, 2004, p. xixvi.

¹⁷⁹ Cláudia Pereira, *Casta, tribo e conversão: os Gaudde de Goa*, Lisboa, ISCTE-IUL, 2009, Tese de doutoramento. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/7433> (Consultada em 12 -12- 2019), p. 38.

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 45.

¹⁸¹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 45.

¹⁸² Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista...*, p. 99.

¹⁸³ De acordo com Maria de Jesus dos Mártires Lopes, “Uma casta está segmentada em várias subcastas (*jati*) e em muitos casos dividida em clãs; portanto a casta pode ser formada por uma união de grupos diferentes. De qualquer modo, julga-se que a distribuição dos *jati* pelos *varnas* ou estamentos previstos nos antigos textos normativos de essência religiosa é arbitrária e mesmo, bastas vezes, flutuante. As genealogias que ostentam diferentes as diferentes castas parecem, em boa parte, forjadas tardiamente, de modo a lhes garantir a legitimidade e um determinado estatuto, de sorte que se torna assaz difícil fazer-lhe a crítica e discernir o que contém de verdade. Como é óbvio, a permeabilidade social e as possibilidades de mudança são nulas, ou quase nulas”. In Maria de Jesus dos Mártires Lopes; Paulo Teodoro de Matos, “Goa: Simbiose Luso-Oriental”...p. 16..

¹⁸⁴ Cf. Russell-Wood, *Op. cit.*, pp. 210-211; Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*, p. 274.

forma, a uma transformação que nos leva a olhar para o sistema de castas como um processo dinâmico.

Apenas em Goa e nas comunidades goesas no mundo existem grupos sociais cristãos estratificados em castas. Bragança Pereira considera que a permanência do sistema de casta está relacionada com a forma como foi feita a conversão ao Cristianismo. Em Goa, ao contrário de Damão e Diu, a conversão foi coletiva e não individual, o que permitiu que a estrutura de castas não se desarticulasse¹⁸⁵. Luís Filipe Thomaz corrobora esta opinião, referindo que “a prática inicial das conversões em massa, que deixou intacta a organização social, está na origem da manutenção das castas”¹⁸⁶. Maria de Jesus dos Mártires Lopes afirma que esta originalidade relaciona-se com a missão portuguesa, nomeadamente quando esta se alargou e procurou chegar às castas superiores para quem o nivelamento com os marginais era uma forma de rebaixamento social¹⁸⁷. Refira-se que a imagem da sociedade portuguesa de então, dividida em ordens e fortemente estratificada, embora muito distinta, facilitava a compreensão deste sistema e proporcionava um modelo para a sua cristianização. Tal situação evidencia a forte acomodação religiosa existente em todo o império, criando singularidades em concordância com as vivências ancestrais dos naturais.

Maria de Jesus dos Mártires Lopes considera que quando se analisa esta sociedade, apesar de ter raízes na Índia Antiga, não se lhe podem aplicar os modelos teóricos transmitidos pelo olhar dos *Dharmashastras* hindus¹⁸⁸, confundindo-se as castas hindus de Goa, com as de outras regiões do Hindustão e, muito menos, com as castas cristãs. Apesar da presença europeia, esta análise também não poderá ser feita segundo o modelo da estrutura social do Antigo Regime europeu, uma vez que as categorias sociais de Antigo Regime, não foram pura e simplesmente decalcadas neste espaço colonial¹⁸⁹.

Uma das originalidades da sociedade goesa radicava na coexistência de vários credos religiosos e, apesar de tal nem sempre ter sido pacífico, o certo é que se assistiu

¹⁸⁵ Cf. Bragança Pereira, *Op. cit.*, p. 41.

¹⁸⁶ Luís Filipe Tomaz, *Op. cit.*, p. 273.

¹⁸⁷ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista...* pág.99.

¹⁸⁸ *Dharmashastra* - um dos códigos de direito hindu, organizado por juristas de autoridade, com indicações sobre a vida política, civil, social, doméstica e religiosa. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 340.

¹⁸⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 76.

a um importante proselitismo religioso. Goa transformar-se-ia na capital de um *Império Cristão* onde conviviam cristãos, hindus e, em menor número, muçulmanos. O convívio de naturais, africanos e asiáticos de várias proveniências deram origem a uma mescla de culturas, gentes e crenças, situação que explica a grande heterogeneidade e diversidade cultural e religiosa deste espaço.

Em relação à vida religiosa, esta sociedade plurirreligiosa teve que dialogar entre si. Russell-Wood defende que, no *Estado da Índia*, existiu um maior diálogo, troca de ideias e compreensão mútua entre missionários cristãos e os representantes das religiões anfitriãs, do que noutros espaços como África e Brasil¹⁹⁰. As questões específicas respeitantes às práticas religiosas cristãs e não cristãs eram regulamentadas por Constituições. Pese, embora, momentos de intolerância como foi o caso das autoridades não consentirem a realização pública de cerimónias gentílicas, só podendo ser realizadas em privado. Os gentílicos estavam proibidos de celebrarem, por exemplo, o Entrudo e os casamentos com música e dança em tempo de Quaresma. Os artesãos cristãos estavam proibidos de fabricar ídolos e de participarem na construção de pagodes¹⁹¹. No entanto, as cerimónias cristãs refletiam os costumes locais e, no processo de evangelização, os missionários tiveram que recorrer a processos adequados para alcançarem o seu fim. Toda a ação estaria sob a atenta vigilância da Inquisição.

De acordo com António Manuel Hespanha, a complexa hierarquia social de Goa sofreu alterações ao longo dos tempos e os grupos foram assumindo outras funções sociais.

“Inicialmente a grelha de distinção que prevalecia era a que classificava as pessoas em castiços, ou portugueses sem «mistura», vindos do reino (*reinóis*) ou nascidos na Índia (*descendentes*); mestiços, produto do cruzamento de portugueses europeus com naturais; cristãos *naturais*, gentios e mouros. Mais tarde, a classificação simplifica-se: *reinóis*, *descendentes*, *naturais* e *corumbis* (sudras e sem casta), entre os cristãos; e hindus (ou *gentios*) e muçulmanos. O tempo foi alterando as hierarquias e os papéis sociais desses grupos. O movimento mais interessante é o da progressiva ascensão dos naturais cristãos, (...) acompanhada da perda de poder dos descendentes (...)”¹⁹².

¹⁹⁰ Cf. Russell-Wood, *Op. cit.*, p. 216.

¹⁹¹ Cf. Maria de Jesus dos Lopes Mártires, *Op. cit.*

¹⁹² António Manuel Hespanha, *Filhos da Terra...*, pp. 110-111.

Esta sociedade, pautada pela heterogeneidade, era composta por diversos grupos sociais, entre outros, destacam-se, por exemplo: os naturais, subdivididos em dois grandes grupos sócio- religiosos, hindus e cristãos, e uma minoria de muçulmanos; reinóis, católicos; luso-descendentes; estrangeiros, maioritariamente protestantes; e escravos de várias proveniências (africanos, chineses, timorenses e de outras zonas da Índia)¹⁹³.

Em Goa, entre as castas hindus existentes, contam-se os brâmanes (sacerdotal), os maratas (militares), os vanis (comerciantes), os sonares (ourives), os cansares (caldeireiros) os gaudde (agricultores); além destas existiam as castas de intocáveis: mahares (farazes) e os chamares (curtidores) que não podiam ter contacto com os restantes. Este sistema impedia o indivíduo pertencente a uma determinada casta pelo nascimento de casar fora dela por razões de natureza religiosa¹⁹⁴.

Na sociedade goesa, os hindus desempenharam um importante papel no comércio, no artesanato, nomeadamente na ourivesaria, prestavam serviços ao Estado como “Línguas”, na defesa de terras como sipais e como capitães de sipais, dada a dificuldade de recrutamento no reino. Era um grupo economicamente dominante cujos membros atuavam, frequentemente, como delegados de cobrança de impostos. Apesar de se ter verificado alguma abertura relativamente ao facto de estes ocuparem cargos públicos, o certo é que só os cristãos ocupavam os de maior responsabilidade política. Esta situação remonta ao início da conquista, uma vez que se pretendia aliciar os hindus à conversão ao Cristianismo, aplicando-se desta forma uma política discriminatória em termos religiosos, no acesso aos cargos públicos. Na segunda metade de setecentos, alguns hindus eram agraciados com mercês, o que evidencia o reconhecimento das tarefas desempenhadas, apesar da sua condição religiosa. Muitas vezes era pedida a concessão do rendimento de aldeia, que era recusado, por tal ser um rendimento fundamental para as receitas do Estado, e poderia constituir um perigo para a soberania portuguesa nas *Novas Conquistas*, já que a maioria dos que aí habitavam eram gentios¹⁹⁵.

¹⁹³ Maria de Jesus dos Mártires Lopes; Paulo Teodoro de Matos, “Goa: Simbiose Luso-Oriental”...p. 37.

¹⁹⁴ Cf. Maria de Jesus dos Lopes Mártires, *Goa setecentista*., p. 106.

¹⁹⁴ Cf. Idem, *Goa Setecentista...*, pp. 106-113.

¹⁹⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 106-113.

Figura 2- “Mulher Gentia” ¹⁹⁶



Figura 3- “Gentio Bramine”¹⁹⁷



O sistema de castas prevalecia entre os cristãos nativos, apesar de esvaziado do seu conteúdo religioso, sua principal base justificativa, já que se tinham modificado as condições que haviam determinado o seu estabelecimento. Tal situação pareceria, à partida, pouco provável uma vez que o gentio, ao se converter, teria que deixar o lugar que ocupava na hierarquia social ¹⁹⁸.

As castas cristãs, de acordo com Maria de Jesus dos Mártires Lopes, agrupam-se em quatro divisões: brâmanes; chardós; sudras e castas inferiores. Os primeiros, graças ao seu estatuto socioeconómico e ao seu nível cultural acabariam por ter várias regalias. Os descendentes e os brâmanes foram os que mais beneficiaram da política de promoção de naturais cristãos: ocupavam altos cargos em instituições como o Tribunal da Relação, Tribunal da Inquisição e Junta da Fazenda; tinham uma forte presença junto das populações e, nas instituições religiosas, a abertura de certas ordens religiosas às vocações indianas favoreceu quase exclusivamente os brâmanes cristãos. Os chardós continuaram a ser uma casta que tem suscitado dúvidas relativamente à sua origem e à sua designação¹⁹⁹. O certo é que nas *Velhas Conquistas*, de acordo com Luís Filipe

¹⁹⁶ Manuel da Cunha Maldonado, Joaquim António Roncon, “Usos e costumes”, 1846, in *Arquivo Histórico Ultramarino*, LR 387.

¹⁹⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁹⁸ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista*, p.99.

¹⁹⁹ Cf. Bragança Pereira, “Os ranes, os quetris, os oixos, os chardós e os brâmanes de Goa”, In *O Oriente Português*, volume 16, números 7- 8, 1919.

Thomaz, a referida casta era considerada como sendo uma superior²⁰⁰. Note-se que em 1750 foi fundada, em Chimbél, a Congregação da Ordem Terceira das Carmelitas Descalças aberta à casta chardó, e foi requerida a criação de um seminário da Ordem Carmelita nessa localidade em 1751.

Os sudras eram a casta a que pertencia a maioria da população de Goa que aí se terá fixado após os curumbins. Esta estava dividida em várias subcastas como os gaudde (aldeões), os vargeiros (que cultivavam terras), os balagateiros (cristãos que comercializavam para além dos gates) os pescadores e os artífices. Os curumbins, maioritariamente trabalhadores agrícolas, eram considerados como um dos grupos mais característicos de Goa pelo seu arcaísmo cultural, com costumes e cultura próprios. Converteram-se ao Cristianismo em tempos longínquos e apresentavam muitos pontos em comum com os gaudde hindus²⁰¹. As castas inferiores, designados pelos europeus por párias, ocupavam-se de atividades desprezadas como esfoladores de animais, curtidores e funções domésticas²⁰².

Figura 4- “Carpinteiro”²⁰³



²⁰⁰ Cf. Luís Filipe Thomaz, *Op. cit.*, p. 274.

²⁰¹ Cf. Maria de Jesus dos Lopes Mártires; Paulo Teodoro de Matos; *Goa: A Simbiose Luso- Oriental...*, p. 40.

²⁰² Cf. Maria de Jesus dos Lopes Mártires, *Goa Setecentista...*, pp. 75- 130.

²⁰³ Manuel da Cunha Maldonado, Joaquim António Roncon, *Op. cit.*

Os luso-descendentes assumiam-se como uma comunidade constituída por indivíduos e famílias de reinóis que se estabeleceram em Goa e onde se cruzaram com outras da mesma etnia ou com indivíduos locais. Desde o início da presença portuguesa, as autoridades fomentaram a miscigenação através dos casamentos mistos, já que as mulheres portuguesas neste espaço territorial eram escassas. Os *casados*, constituíam uma importante comunidade, possuíam um sentimento de pertença à cultura portuguesa, mas haviam casado com mulheres nativas. Os objetivos desta política prendiam-se com a necessidade de aumentar o número de população fixa nos estabelecimentos locais, reforçar o sentimento de fidelidade ao reino e facilitar a aculturação e a conversão ao Cristianismo. Este processo continuava a verificar-se no século XVIII e, apesar de ser um processo masculino, também acontecia a situação de mulheres europeias casarem com autóctones. No entanto, as dificuldades ao nível da integração na casta dos naturais acabaria por ganhar características específicas de uma nova casta. Estes luso-descendentes formavam uma poderosa comunidade étnica, casavam entre si e partilhavam dos mesmos interesses. Defendiam os interesses militares dos portugueses, exerciam uma grande influência política e ocupavam cargos na administração. Destacaram-se na vida social, cultural e literária. A Coroa agraciava-os com títulos nobiliárquicos²⁰⁴.

Os reinóis eram outro grupo, que se estabeleceu de forma transitória neste espaço territorial. Este pequeno grupo era constituído por representantes e agentes da Coroa. A sua estadia durava o tempo da sua missão de serviço, a defesa e o governo estavam associados a este grupo, o que lhes valia uma condição sociopolítica muito vantajosa. Entre 1750 e 1770, com as *Novas Conquistas* tiveram a oportunidade de serviço e prestígio. Rumar à Índia significava um reforço do estatuto socioeconómico com reflexos de prestígio no reino²⁰⁵.

Os muçulmanos, comunidade bastante reduzida, prestavam serviço militar como comandantes de Sipais nas *Novas Conquistas* e dedicavam-se a atividades comerciais,

²⁰⁴ Cf. Maria de Jesus dos Lopes Mártires, *Goa Setecentista...*, pp. 75-130.

²⁰⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 75- 130.

²⁰⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 75- 130.

mantendo negócios em Moçambique. Alguns foram agentes diplomáticos. Tal como os hindus, os *mouros* pagavam um imposto de capitação designado *xendy*²⁰⁶.

“Dom Pedro Miguel de Almeida, e Portugae Marques de Castelo Novo, Conde de Assumar dos Conselhos de Estado e guerra de ElRey meu S^{nor} Veador de sua caza real, mestre de campo, General dos seus exércitos, Director general de cavalaria do Reyno V Rey e capital general da India. Por quanto tenho ordenado que o vedor geral da Fazenda cometa ao feitor de S^{Mge} nesta cidade de Goa e aos recebedores em Salcete, e Bardes cada hum nos seus destrictos a cobrança da penção do sendy do anno acabado em sete de julho da presente hera de 1746 e para que facilmente consigam a dita cobrança conforme as adiçoens das listas que na Fazenda geral se lhe hão entregar. E (...) por bem e mando que todos os gentios e mouros moradores nestas ilhas de Goa e suas Adjacentes, e nas províncias de Salcete e Bardes desde a publicação deste bando ate ao ultimo dia do mês de Setembro concorão a pagar os de Goa na Feitoria desta cidade e os de Salcete e Bardes nas Recebedorias das mesmas terras cada hum a quatia que deve conforme a sua adição nas listas desta cobraça sem ser obrigado a mais custas ou despeza alguma, mas todo aquelle que no dito termo até ao ultimo dia do mês de setembro não pagar a sua adição na referida forma, a pagara dobrada (...) e se em mais quise dias que vem a ser ate quinze de outubro a não pagar voluntariamente em dobro será preso na casa da pólvora (...).

26 de Agosto de 1746”²⁰⁷.

A sociedade goesa contava de forma minoritária com estrangeiros e escravos de diversas proveniências. De entre os estrangeiros que podiam ser europeus ou asiáticos, destacam-se os arménios e os parses que se dedicavam ao comércio e os últimos às relações diplomáticas com reinos vizinhos. Alguns acabaram por se converter ao Cristianismo. Os europeus formavam uma comunidade constituída por franceses, genoveses, castelhanos e norte europeus, nomeadamente ingleses, ocupavam-se na atividade comercial e no exército. Os escravos, oriundos de Macau e da Costa Oriental Africana integravam os estratos inferiores. Anualmente, vinham de Macau muitas mulheres e raparigas chinesas para servirem em Goa²⁰⁸.

No *Estado da Índia*, o número de escravos quando comparados com os que partiam para a América portuguesa, eram em número muito inferior. José Capela justifica esta situação com o facto de ser possível aceder a mão-de-obra barata, “ (...) na Ásia mantiveram-se até ao século XIX graus diversos de submissão, servidão, escravatura e vassalagem estreitamente imbricados, que dispensavam os escravos

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 75- 130.

²⁰⁷ BPE-CXV/ 1:38 fls. 428-430.

²⁰⁸ Maria de Jesus dos Lopes Mártires; Paulo Teodoro de Matos, *Goa: A Simbiose Luso-Oriental...*, pp. 66-68.

africanos”²⁰⁹. José Capela menciona que os escravos que vinham da costa Oriental Africana, logo que chegavam a Goa, Damão e Diu eram reexportados para outros locais, nomeadamente para Macau e Timor²¹⁰.

Em Goa, esta variedade étnica e religiosa criava focos de tensão em grande medida por causa do sistema de castas. Existiam normas sociais que provocavam problemas ao nível do relacionamento: as questões relacionadas com o casamento, determinadas por considerações de casta; o acesso exclusivista a determinadas confrarias, limitada a uma casta específica; e as nomeações para os cargos públicos, apesar de só se poderem candidatar cristãos, quem escolhia teria que ter em conta a casta dos candidatos. Outros focos de conflito estavam relacionados com fatores de ordem económica, bem como com a situação de se ser cristão ou não cristão²¹¹.

Em 1787 ocorreu na aldeia de Aldená, em Bardez, uma tentativa de rebelião que ficou conhecida como “Conjuração dos Pintos”. Esta conspiração demonstra o descontentamento dos naturais da Índia relativamente à sua posição social e política no Império Português. Entre os 56 conjurados estavam membros do clero secular, naturais e da casta brâmanes, militares, oficiais, soldados, um minorista e um estudante. Os líderes do golpe, os padres Caetano Francisco do Couto e José António Gonçalves, contaram com apoiantes nas *Novas Conquistas*, cujo mentor era o padre Caetano Vitorino de Faria. A conspiração foi desmantelada com a denúncia do Governador do *Estado da Índia*, Francisco da Cunha e Meneses. De entre os conspiradores encontravam-se os Pintos de Candolim que são descritos pelo governador como grandes opositores a “tudo que chamam brancos”. Tal como havia acontecido, à época, aos colonos norte-americanos, os naturais da Índia evidenciaram uma tomada de consciência da situação desfavorável em que viviam. Se estes foram ou não influenciados pelos acontecimentos contemporâneos nomeadamente, pela Revolução Americana ou não, é uma questão que subsiste²¹².

²⁰⁹ Cf. José Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.

²¹⁰ Cf. Idem, *Ibidem*.

²¹¹ Cf. Maria de Jesus dos Lopes Mártires, *Goa Setecentista...*, pp. 75- 130.

²¹² Cf. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *A conjuração em 1787 em Goa, e varias cousas desse tempo*, Memória Histórica, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875; Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, pp. 293-308.

Tal como está presente nas tabelas estatísticas mandadas elaborar por ordem régia, a religião marcava a forma como eram categorizados os indivíduos, sendo esta uma forma usada para os distinguir nas *Velhas Conquistas*. Os cristãos predominavam numericamente sobre os gentios, tendo existido, ao longo do recorte temporal do presente estudo²¹³. Refira-se que, quando se analisam as tabelas estatísticas, rapidamente se concluiu que ficou registada uma visão “simplista” desta sociedade extremamente complexa, marcada por um sistema de castas ancestral, mas que porventura não interessou às autoridades locais registar, tendo em conta o propósito e a finalidade dos referidos mapas.

²¹³ Cf. Russell-Wood, *Op. cit.*, p. 216.

CAPÍTULO 4- CATEGORIZAÇÃO SOCIAL EM GOA A PARTIR DOS “MAPAS” DA POPULAÇÃO

4.1. Os primeiros numeramentos (1720-1753)

Os primeiros mapas da população do *Estado da Índia*, mandados realizar por D. João V, surgem com uma periodicidade irregular e com diferentes critérios de produção, o que dificulta a análise demográfica para a primeira metade do século XVIII. No entanto, apresentam-se como fontes de grande alcance que nos permitem ficar a conhecer a diversidade social, étnica e religiosa que marcava a sociedade goesa de então. De acordo com Paulo Teodoro de Matos, com os dados populacionais, “ (...) o Estado obtinha a informação empírica necessária à sustentação das suas políticas ultramarinas, submetendo-os a um conjunto de operações estatísticas segundo os princípios e modelos de análise vigentes na época”²¹⁴.

Quando se analisa a correspondência régia constata-se a preocupação da Coroa em conhecer toda a população do *Estado da Índia*, considerando que tal será “ (...) conveniente a meu serviço e bom governo desse Estado saber se quantos Vassallos tenho nelle (...) ”²¹⁵. Numa carta escrita em 26 de Agosto de 1723, o monarca acusa a receção dos mapas da cidade de Macau enviados pelo vice-rei e solicita que estes deveriam repetir-se, em cada monção, não só para a referida cidade, mas também para todas as praças “sojeitas a este governo”²¹⁶ no sentido de se ficar a saber se “(...) há mayor aumento assim nos moradores como ademinuição deles (...)”²¹⁷. O governador, na resposta a esta carta, assume o compromisso de pedir uma relação anual a Macau e a Moçambique tal como tem feito para as restantes Praças. Tal situação demonstra que

²¹⁴ Cf. Paulo Teodoro de Matos; Paulo Silveira e Sousa, “A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820”, in *Memórias-Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano*, Colombia Universidad del Norte Barranquilla, número 25, janeiro-abril, 2015, pp. 94-95.

²¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), Conselho Ultramarino (doravante CU), Índia, Caixa 111.

²¹⁶ AHU, CU, Índia, Caixa 120.

²¹⁷ Na resposta a esta carta consta a seguinte informação: “Terei o cuidado de ordenar que de Macao e Moçambique seme remeta todos os annos hua relação da gente que ouver nellas das mais praças as tenho mandado vir com toda abreviade, e quando cheguem a tempo hirão incluzas (...)”. AHU, CU, Índia, Caixa 120.

a Coroa solicitava aos vice-reis e governadores o envio de dados regulares sobre a população e a sua distribuição territorial, considerados fundamentais para a administração e defesa do território. No império, as administrações seculares e eclesiásticas partilhavam responsabilidades no levantamento e compilação dos dados populacionais requeridos pela Coroa. Era um processo muito burocrático e moroso que passava por várias etapas e por várias entidades até à execução final que, no caso da Índia portuguesa, ficava a cargo dos governadores ou vice-reis.

A Igreja e o Corpo Militar eram fundamentais neste procedimento, como já foi referido, pois tinham um quadro hierárquico com pessoal habilitado capaz de chegar a todos os moradores. A organização do império em unidades administrativo-religiosas, as paróquias, facilitava a contagem de gentes uma vez que parte dela já constava nos róis de confessados²¹⁸. Ao que tudo indica, o levantamento dos gentios e mouros terá sido feito pelos párocos como se encontra referido no numeramento de 1720²¹⁹. Como os gentios e os mouros estavam obrigados ao pagamento do imposto de capitação designado por *Xendy ou Sendy*, o tanador- mor tinha na sua posse listas com vista à sua cobrança²²⁰, podendo levantar-se a hipótese de estas também servirem de base para a contagem dos não cristãos, complementando os inquéritos feitos pelos párocos.

Os mapas de 1718, 1720, 1722²²¹, 1749 e 1753 realizados no *Estado da Índia*²²², exibiam contagens gerais dos habitantes, por freguesias, segmentados em categorias étnico-religiosas. Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Teodoro de Matos afirmam que as listas da população confeccionadas para os anos de 1718 e de 1722 estão

²¹⁸ Cf. Maria Luiza Marcílio, *Op. cit.*, p. 33; Paulo Teodoro de Matos, Paulo Silveira e Sousa, *Art. cit.*, p. 75; Dauril Alden, *Art. cit.*, p. 185.

²¹⁹ Cf. Paulo Teodoro de Matos, “O numeramento de Goa de 1720”, in *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume VIII, 2007, pp. 305 e 307.

²²⁰ Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Teodoro de Matos, *Op. cit.*, p. 66.

²²¹ Na Biblioteca Pública de Évora (doravante BPE) encontra-se um mapa da população referente ao ano de 1722 que toma a designação de “Lista do Povo Catholico das freg.^{as} da Cid.^e de Goa, suas Ilhas, Salcete e Bardes” com data de 28 de dezembro de 1722, onde consta a informação que se transcreve: “O L.^{do} Raphael Lourenço Duraens Escrivão da Camara do Arcebispo de Goa. Certefico que provendo o Livro dos Registos dos Rois da Camara Ecclesiastica, por ordem do (...) S.^{nor} Arcebispo Primaz Dom Ignacio de Santa Thereza, achar os Registos das Igrejas do dito Arcebispado o numero do povo Catholico entre homens e mulheres e Escravos por todos 181:565: a saber 58 430 na Igrejas da cidade de Goa e suas Ilhas até Angediva; 71 017 nas Igrejas de Salcete, 52 118 nas Igrejas de Bardez, salvo erro das contas e melhor juízo: o que certifico e no dito livro me reporto. Goa, 28 de dezembro de 1722. O L.^{do} Raphael Lourenço Duraens”. In BPE, CV 2-6, fl. 182.

²²² Tudo nos leva a crer que estes são apenas alguns de muitos numeramentos que terão sido realizados na primeira metade do século XVIII.

incompletas, uma vez que a primeira é parcelar para as províncias de Bardez e Salsete e com quantitativos reduzidos²²³, e na segunda, apesar de expor valores plausíveis, apenas constam dados alusivos à população cristã. Esta situação parece indicar que a contagem dos gentios seguiria em listas anexas, ou acabaria por não ser levada a cabo.

Relativamente ao numeramento de 1718 que iremos analisar, foi solicitado diretamente por D. João V, através da ordem de 22 de março de 1718. Neste diploma é ordenado ao vice-rei do *Estado da Índia* que seja feito um levantamento de todos os vassallos d'el Rei, nomeadamente de portugueses, naturais e gentios.

“D. João Por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquém e dalém Mar em África, Snr da Guiné (...) Faço Sabervos Dom Luis de Meneses Conde da Ericeira V.Rey e capitão general do Estado da Índia q.^e por ser conveniente a meu serviço e bom governo desse Estado saberse quantos Vassallos tenho nelle assim Portugueses como Naturaes da terra e gentios e as partes em que vivem vos encarrego muito procureis fazer este exame valendovos para isso do Arcebispo Primas e dos mais Bispos e governadores de Bispados e de tudo o q.^e achareis neste particular medareis conta com toda a distinção e clareza. (...)”

Lx.^a Occidental a vinte e dous de março de 1718 (...)”²²⁴.

Esta lista apresenta a discriminação dos habitantes de Goa e Ilhas Adjacentes, Salsete e Bardez, por freguesias, tendo sido enviada pelas autoridades de Goa ao monarca, no dia 10 de janeiro de 1719.

“Remeto a V. Mag.^e o resumo das listas que havia mandado tirar dos Parochos dos Portugueses, Canarins e Cafres que vivião nos districtos das suas freguesias e pella da Matricula geral será presente a V. Mag.^e os que actualmente estão empregados em seu Leal Serviço²²⁵. O Arcebispo Primas não teria notícia mais que dos Clérigos, e essa se colhe das mesmas listas dos Parochos, razão porque me não informei delle²²⁶. A dos gentios não terá a clareza das mais. Ao Norte mandey fazer a mesma diligencia, e nos Bispados Ultramarinos se executará tãobem para na monção seguinte se remeter na forma que V. Mag.^e he servido mandarme.

(...) Goa, 10 de Janeiro de 1719”²²⁷.

As listas deste numeramento tomaram a designação de «Lista dos Portugueses, Clerigos, naturaes e cafres que tem as freguezias de Goa e suas Ilhas Adjacentes»²²⁸.

²²³ Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Teodoro de Matos, *Op. cit.*, p. 18.

²²⁴ AHU, CU, Índia, Caixa 111, documento 44.

²²⁵ Verifica-se uma regularidade no envio de listas com “ (...) as pessoas que occupão as capitánias das fortalezas e dos fortes deste Estado e os serviços que cada hum deles tem feito. (...) Goa, 10 de Dezembro de 1719”. In AHU, CU, Índia, Caixa 111.

²²⁶ Verifica-se uma regularidade no envio de listas com “ (...) os sogeitos que actualmente são Prellados das Relligiões deste Estados. (...) Goa, 10 de Dezembro de 1719”. In AHU, CU, Índia, Caixa 111.

²²⁷ AHU, CU, Índia, Caixa 111, documento 5.

²²⁸ Esta designação para Goa e Ilhas Adjacentes e Bardez e de «Lista da gente branca, clerigos, naturaes e cafres que tem as freguezias de Goa e suas Ilhas Adjacentes» para Salsete.

Relativamente ao número total de habitantes, Goa e suas Ilhas Adjacentes apresentam 20 826, Salsete 25 311 e Bardez 19 817, totalizando os 65 954 efetivos. Em todos os territórios o critério de produção seguiu as categorias étnico-religiosos: «brancos/portugueses»; «clérigos»; «naturais»; «cafres», apesar deste último grupo não ter sido solicitado pelo monarca.

Quadro 1- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1718)²²⁹

GRUPOS	NÚMEROS ABSOLUTOS				PERCENTAGEM				DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL		
	Ilhas*	Salsete	Bardez	Total	Ilhas*	Salsete	Bardez	Total	Ilhas*	Salsete	Bardez
Portugueses	298	76	172	546	1,4	0,3	0,9	0,8	54,6	13,9	31,5
Clérigos	207	348	107	662	1	1,4	0,5	1,0	31,3	52,6	16,2
Naturais	18865	24675	19292	62832	90,6	97,5	97,4	95,2	30,0	39,3	30,7
Cafres	1456	212	246	1914	7,0	0,8	1,2	2,9	76,1	11,1	12,9
TOTAL	20826**	25311	19817	65954	100,0	100,0	100,0	100,0	31,6	38,4	30,0

Legenda:

* Referente a Goa e Ilhas Adjacentes (o mesmo nos quadros que se seguem).

**Procedemos à correção do valor, uma vez que no original a soma é de 21 272 habitantes.

Da análise dos dados conclui-se que a categoria dos «naturais», que eram cristãos, predominava em todas as províncias analisadas, constituindo 95,2% da população total, seguida dos «cafres», que seriam escravos de origem africana, com 2,9% da população total. As categorias menos representativas são a dos «clérigos» com 1% e a dos «portugueses/brancos», constituindo 0,8% da população total. Nos dados disponíveis não constam os gentios. No entanto, a sua contagem foi enviada, apesar de pouco exata, como refere o vice-rei na supracitada carta que endereçou ao monarca com os dados recolhidos. Desta forma, tudo leva a crer que estas listas fariam parte de um levantamento populacional mais amplo, ainda que incompleto. Na lista que se analisa não consta a estrutura etária da população nem a segmentação por género, já que esta informação não fora pedida na ordem régia.

Tendo em conta o número reduzido de habitantes apresentado no numeramento de 1718, Paulo Teodoro de Matos defende que os supracitados dados

²²⁹ AHU, Monções do Reino (doravante MR), livro 93.

apenas dizem respeito ao género masculino, tal como comprova a resposta que o monarca enviou ao vice-rei em 16. 02. 1720²³⁰, onde chamava à atenção para o facto de só terem sido registados os homens, ficando omissos os rapazes e as raparigas de ambos os sexos. Nessa carta, D. João V solicitou às autoridades locais o envio de uma relação precisa do número de habitantes do território de Goa e, posteriormente, exigiu que a recolha de dados se estendesse a outros territórios do *Estado da Índia*. Na carta em que é acusada a receção do mapa da população de 1720, o monarca informava que o arcebispo iria receber Instruções no sentido de serem anexadas paróquias despovoadas, com a finalidade de ser feito um ordenamento territorial em termos eclesiástico, e que deveriam ser limitadas as ordenações aos clérigos naturais, dado o número excessivo de clérigos²³¹. Estas informações comprovam que os dados enviados eram analisados de forma exigente e que tinham como propósito a gestão territorial e dos recursos humanos do império.

O numeramento de 1720²³² surge, como foi referido, na sequência do envio do mapa de 1718, considerado incompleto pelo monarca. Tomou a designação formal de *Lista de toda a gente que tem esta Cidade e ilha de Goa com todas as outras adjacentes e assim brancos, reynos e filhos da Índia, como também naturaes da terra, christãos livres e escravos, mouros e gentios, não entrando gente obrigada ao serviço de Sua Magestade que Deos goarde*. Os indivíduos foram contados e hierarquizados de acordo com a sua *calidade*²³³. Este cômputo terá sido realizado em novembro e dezembro de 1720, pelas datas que constam no documento referente a Bardez, já que nos que dizem respeito a Salsete, Goa e ilhas adjacentes não se encontram datadas. No numeramento de 1720, a população foi discriminada por paróquias e aldeias, no caso de Salsete, e categorizada por género, idade, proveniência, estatuto jurídico e religião, tal como fora solicitado pelo monarca²³⁴. O levantamento de dados foi feito pelos vigários das

²³⁰ Cf. Paulo Teodoro de Matos, *Art. cit.*, p. 244.

²³¹ *Idem*, *Ibidem*, p. 244.

²³² O numeramento que se analisa foi transcrito do original, que se encontra no Arquivo Histórico de Goa e na Filmoteca Ultramarina Portuguesa, por Paulo Teodoro de Matos. Da sua autoria é o Estudo onde conta a análise e a publicação da fonte. Será este que servirá de base ao estudo. Cf. *Ibidem*, pp. 241-324. Ver anexo III- Excerto do “Numeramento de 1720”, p. 107.

²³³ O conceito “calidade” que será sinónimo de qualidade remete para a utilização de categorias usadas para identificar e ordenar os vassallos d’el Rei.

²³⁴ Na *lista de toda a gente que tem esta freguesia do Senhor Salvador do Mundo cita nesta aldeia de Sirula, terras de Bardes (...)* Frei Manuel se Santo Andre refere fez, de acordo com ordens superiores, o

freguesias tendo sido usados os róis de confessados como fontes de informação. No caso dos não cristãos, alguns párocos informavam que eles próprios se tinham deslocado à casa dos gentios e mouros para os contabilizar²³⁵. Posteriormente, estes dados seriam compilados na Câmara Eclesiástica da Arquidiocese de Goa²³⁶. O critério de produção seguiu as categorias étnico-religiosas de acordo com a importância religiosa e hierarquia social: «eclesiásticos» brancos/ reinóis e naturais (ordenados de acordo com a hierarquia religiosa); «população branca»; «naturais» (cristãos); «Chins e outros estrangeiros»; «escravos»; «mestiços»; «gentios» (hindus) e «mouros».

Quadro 2- Estrutura hierárquica do Numeramento de 1720 seguida pelas entidades locais, de acordo com a “calidade das peças”²³⁷.

1.º «Eclesiásticos»	2.º «População branca»	3.º «Naturais» / «Chins»	
Dignidades Cónegos Meios cónegos Quaternários Capelães Subchante Cura Clérigos brancos em que entram alguns reinóis Clérigos naturais em que entram os vigários das freguesias Diáconos naturais da terra em que entra um branco Subdiáconos naturais Menoristas brancos Menoristas naturais Colegiais da Santa Fé Estudantes	Homens brancos filhos do Reino Homens brancos filhos da Índia Mulheres brancas Rapazes brancos Raparigas brancas Inocentes brancos machos Inocentes brancos fêmeas	Homens cristãos naturais da terra Mulheres cristãs naturais Rapazes cristãos naturais Raparigas cristãs naturais Inocentes machos cristãos Inocentes fêmeas cristãs Chins Chinas	
4.º «Escravos»; «Mestiços»; «Servos»; «Moças de Servir»	5.º «Gentios» e seus dependentes	6.º «Mouros» e seus dependentes	7.º
Escravos cafres, timores, bengalas e de outras castas Escravas cristãs Chinas Mulatos rapazes captivos Escravas Mulatas Mulatos Mossas de Servir Meninos escravos Meninas escravas Servos Servas	Homens gentios Mulheres gentias Meninos gentios Meninas gentias Servos gentios Serveiras gentias Escravos	Homens Mulheres Meninos Meninas Crianças Escravos Servos Servas	Guzerates Mulheres Arménio

levantamento “ (...) toda a gente moradora na dita freguesia chistam e infiel [...portu]guezes, natúraes, homens e molheres, meninos e meninas, e escravos de hum e de outro sexo por ordem do Excelentíssimo Senhor Francisco Jozeph de (Sampayo) vice rey e capitão geral deste Estado da Índia por sua [Magedade que Deos] guarde (...)”. Esta lista destaca-se das restantes por apresentar os homens e mulheres portugueses, naturais e gentios casados, solteiros e viúvos. Cf. Paulo Teodoro de Matos, “O Numeramento de Goa”..., pp. 320 e 269.

²³⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 305 e 307.

²³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 246.

²³⁷ O Quadro 2 foi elaborado a partir da informação que consta no estudo de Paulo Teodoro de Matos sobre o numeramento de 1720. Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 253-320.

No numeramento de 1720 verifica-se um reduzido número de «população branca» e pouca diferença percentual entre o número de habitantes do género feminino e do masculino que se justifica com o facto de não ter sido incluída nesta contagem “a gente obrigada ao serviço de sua Magestade”²³⁸. Nalgumas listas do referido numeramento as entidades tiveram o cuidado de informar que não foram registados «gentios» ou «mouros», por motivo de não existirem moradores não-cristãos nessas freguesias. Para além da religião e da etnia, um dos critérios usados para diferenciar e hierarquizar a população foi a cor da pele, ficando por esclarecer se este critério era apenas mais um, entre outros, ou se estava associado ao de raça²³⁹. De destacar que o referido registo não era solicitado nas ordens régias, apesar de ter sido usado pelos párocos na categorização da população, como forma de distinção, traduzindo a maneira como estes percecionavam a sociedade. Os «escravos» foram arrolados de acordo com a sua origem étnica («cafres», «china», «bengala», «malabar», «timorenses»), detentores (cristãos, hindus ou muçulmanos), a cor (destacam-se nos registos os «mulatos») e condição jurídica («cativos»). A população flutuante aqui apresentada era constituída por «brancos», «chins», «escravos» e «mestiços»²⁴⁰.

Quando se analisa a população goesa do ponto de vista religioso verificamos que a maioria, 91%, era católica. Os gentios, de credo hindu, constituíam 8,8% da população total e os muçulmanos 0,3%. Em termos de origem étnica, a categoria dos «naturais» predominava em todas as províncias analisadas, constituindo 87,5% da população total. Os «gentios» constituíam 8,8% da população total. A «população branca» era residual, 0,7%, tal como os «mouros», 0,3%. Os «escravos», de várias proveniências, representavam 2,6% da população total.

Goa e Ilhas adjacentes concentram o maior número de habitantes de todas as categorias, à exceção dos «mouros» que se concentram em maior número na província de Bardez. Os «brancos da Índia» e «chins» habitavam exclusivamente em Goa e Ilhas Adjacentes. Em Bardez não constam «mestiços» nas listas. A população que residia nas

²³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 253.

²³⁹ Ver a este propósito o artigo de Eugénia Rodrigues e M. P. Cândido, *Art. cit.*, pp. 401-408.

²⁴⁰ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Op. cit.*, pp. 90-94.

fortalezas, nos conventos²⁴¹ e mosteiros, bem como a estrangeira não era registada nos censos. Da análise dos dados que constam no documento conclui-se que apesar do número de «naturais» ser superior ao dos «brancos», os cargos religiosos mais importantes pertenciam exclusivamente aos segundos, o que põe em evidência a desigualdade social no acesso aos referidos cargos com base na proveniência.

Quadro 3- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1720)²⁴²

GRUPOS	NÚMEROS ABSOLUTOS				PERCENTAGEM				DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL		
	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez
Branços	735	210	232	1177	1,0	0,3	0,4	0,6	62,4	17,8	19,3
Branços da Índia	233			233	0,3	0,0	0,0	0,1	100	0,0	0,0
Chins	90			90	0,1	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0
Escravos	4198	611	659	5468	6,0	0,8	1,0	2,6	76,8	11,2	12,1
Gentios	8450	2627	7244	18321	12,0	3,6	11,2	8,8	46,1	14,3	39,5
Mestiços	15	59		74	0,0	0,1	0,0	0,0	20,3	79,7	0,0
Mouros	38	144	455	637	0,1	0,2	0,7	0,3	6,0	22,6	71,4
Naturais	56554	69750	55958	182262	80,4	95,0	86,7	87,5	31,0	38,3	30,7
TOTAL	70313	73403	64548	208264	100,0	100,0	100,0	100,0	33,8	35,2	31,0

O sistema de castas que marcava a sociedade goesa foi pontualmente transferido para o numeramento de 1720. Esta situação apenas aparece destacada na categoria dos «homens e mulheres naturais da terra» onde se encontram incluídos os “bragmanes” e “Sudros” na lista da *Igreja de Sam João Evangelista da Aldeia de Neura desta Ilha de Goa*²⁴³ e de “charodos”; “oleyros”; “curumbins”; “rendeiros” e “farazes” na lista da *Igreja de São João de Sahagum da aldeã de Corlym desta ilha de Goa*²⁴⁴. Este facto indicia que em Corlim o sistema de castas prevalecia entre os cristãos nativos, continuando-se a verificar uma hierarquia social, mesmo quando a religião passava a ser outra. A forma como as categorias sociais foram registadas nos mapas permite-nos concluir que, apesar de se ter verificado uma construção baseada em referências

²⁴¹ Na *Lista da Freguezia da Sé Primaçal*, aparece, de forma excecional, a referência a mulheres que se encontram recolhidas nos Recolhimentos de Nossa Senhora da Serra e de Santa Maria Magdanella (71 mulheres).

²⁴² Fonte extraída de Paulo Teodoro de Matos, “O Numeramento de Goa de 1720” ..., p. 250

²⁴³ Paulo Teodoro de Matos, *Art. cit.*, p. 262.

²⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 259.

européias, houve uma adequação à realidade local e, no caso acima referido, foram tomadas em consideração as categorias usadas pelos próprios colonizados.

A população foi segmentada por género e estrutura etária em todas as categorias, apesar do intervalo das idades só aparecer pontualmente e sem seguir um padrão²⁴⁵. Para diferenciar a população por idades e género foram usados os seguintes critérios: «homem», «mulher»; «rapaz», «rapariga»; «menino», «menina»; «inocentes fêmea ou macho». A última denominação foi usada exclusivamente para a população cristã. Nalgumas listas do numeramento de 1720 consta, como era habitual os párocos fazerem nos seus registos, a segmentação dos indivíduos em menores de confissão, dos 0 aos 7 anos (inocentes), e menores de comunhão, dos 7 aos 12 anos para as raparigas e dos 7 aos 14 anos para os rapazes, não se registando, desta forma, inovação na classificação etária usada.

Podemos concluir que este cômputo seguiu as ordens régias e a estrutura usada na construção das listas foi semelhante em todas as províncias. Porém, de acordo com a especificidade das paróquias e com a interpretação que cada pároco fez das ordens superiores, as listas acabaram por incluir uma diversidade social que conferem uma grande riqueza ao numeramento de 1720. Destaca-se a hierarquização dos indivíduos em eclesiásticos/ seculares, proveniência, religião, estatuto jurídico e cor da pele, como se pode verificar nos dados que se encontram no Quadro 2, “Estrutura hierárquica do Numeramento de 1720 seguida pelas entidades locais, de acordo com a *calidade das peças*”, acima exposto.

Em janeiro de 1750, o marquês de Alorna enviou ao rei um conjunto de tabelas estatísticas referentes ao ano de 1749, onde se inclui o «Mapa de todos os habitantes»

²⁴⁵ Os critérios para definir os intervalos de idade para cada categoria ficou à consideração dos párocos. Apresentam-se a título de exemplo as seguintes listas:

- Na lista de todas as pessoas (...) que residem na freguesia de Madre Deus de Pomburpa cita na província de Bardes (...) Frei Joam da Conceição registou que os “rapazes” incluem desde os recém-nascidos até aos 14 anos, inclusive; as “meninas” incluem desde as recém-nascidas até aos 12 anos, inclusive; nesta lista não é usada a designação “raparigas” nem “inocentes”, in *Idem, Ibidem*, p. 307.

- Na lista da Igreja de Santa Maria Magdanella da Aldea de Siridão desta Ilha de Goa os “homens” e “mulheres” incluem os maiores de 7 anos; os “meninos” e as “meninas” de sete anos para baixo o mesmo; não contempla a designação “Inocentes”, in *Idem, Ibidem*, p. 266.

- Na lista da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da villa de Pangim desta ilha de Goa, os “meninos” e “meninas” filhos de «portugueses» incluem os menores de 10 anos; na categoria «naturais» os meninos incluem dos 7 aos 14; e faz-se a distinção entre meninas em dois setores dos sete para baixo e dos dez para baixo, não contempla a designação “Inocentes”, in *Idem, Ibidem*, p. 270.

de Goa e sua Adjacentes, de Salsete e de Bardez, por freguesia, e um *Rezume de todos os habitantes das Ilhas de Goa, Salsete, Bardés, Dio, Damão, e Angediva, assim Ecclesiasticos como Seculares de todas as Nasções até o ultimo de Dezembro de 1749*²⁴⁶.

Na carta que acompanhava os levantamentos populacionais poder-se-á verificar que o rei terá apenas pedido informação sobre as tropas, lista que toma a designação de *Mapa De toda a gente, que paga o Estado na Ilha de Goa e suas Adjacentes, no qual senão comprehendem as guarnições de Angediva, Mangalór, Damão, Dio e Mossambique até (rasurado) de janeiro de 1750*. No entanto, nessa mesma carta, o vice-rei informa que tomou a liberdade de incluir outras tabelas, nomeadamente relativas aos habitantes, como já foi referido, e ao *Estado prezente dos Religiosos dos Conventos de Goa de donde sahem para as suas Missoens respectives até hoje 20 de Dezembro de 1749*.

“Remeto a V.Ex.^a o Mappa das Tropas numero 1, e entendo ser conveniente que de quando em quando tenha S. Mag.^e noticia plena dos habitantes deste dominio para cujo effeito mandei tirar Listas de todas as aldeas para se formarem os Mappas, pelos quaes se vê individualmente os habitantes das Ilhas de Goa e suas Provincias de Salsete e Bardés numeros 2, 3 e 4 e do Mappa N.º 5 consta o Rezume de todas ellas, como tambem dos habitantes de Dio, Damão e Angediva, e não cabe no tempo virem as listas de Mossambique, Rios de Senna e Macao e por isso não vão incluidos nelle.

Separadamente mandei formar o Mappa N.º 6 pelo qual consta o estado prezente de todas as Religioens e do numero dos Religiozos, que andão occupados em todas as Missoens da Azia.

Nas Listas de Goa, e das duas Provincias será brevemente muito Mayor o numero de Eccleziasticos porque para as tẽmporas de Fevereiro tem o Arcebispo Primás convocado os ordinandos por hum edital seu.

(...) Goa, 7 de Janeiro de 1750”²⁴⁷.

Nas tabelas estatísticas, o critério de produção continuou a seguir, à semelhança dos numeramentos anteriores, as categorias étnico-religiosas: os «eclesiásticos»; «homens brancos»; «naturais da terra»; «gentios»; «mouros»; «escravos negros»; «timores, chinas e bengalas». A população foi segmentada por género e estrutura etária. As designações usadas em todas as categorias, à exceção da dos «eclesiásticos», eram:

²⁴⁶ Ver anexo IV- Mapa com o “Resumo dos habitantes de Goa Salsete Bardez, Diu, Damão e Angediva (1749)” p. 108.

²⁴⁷ AHU, CU, Códice 449, fl. 114.

«macho»; «fêmea»; «menino»; «menina». A proveniência dos escravos não aparece especificada.

Numa categoria à parte foram registados os habitantes originários de Timor, Bengala e China²⁴⁸, situação que já tinha ocorrido no numeramento de 1720 e que persistiu até 1753. Estes indivíduos eram transportados de Macau, que se tornou uma placa giratória para o seu transporte, para Goa. A maioria desta população era do género feminino, estava destinada a servir em Goa, e deveria vir remetida numa lista para o Pai dos Cristãos com a indicação do tempo da sua servidão. Com frequência as mulheres que eram enviadas para Goa não traziam essa indicação, o que levava a que ficassem perpetuamente cativas. Apesar disso, pela análise dos mapas constata-se que este grupo minoritário não aparece categorizado como «escravo», provavelmente devido às proibições régias, como a lei de fevereiro de 1624, de escravização de chineses. No entanto, tal situação nunca obistou a existência destes escravos orientais. Mas, em termos legais, estas proibições impediam que oficialmente estes indivíduos pudessem aparecer categorizados como tal nos cálculos populacionais enviados para Lisboa²⁴⁹.

Do ponto de vista religioso continuou-se a verificar que cerca de 91% da população registada nesta tabela estatística era católica. Os «gentios», de credo hindu, e os «mouros» devotos do Islamismo, constituíam 8,5% e 0,1% da população total, respetivamente. Quando se faz a comparação da distribuição territorial dos grupos étnico- religiosos, sem incluir a área geográfica de cada província, constatamos que a «população branca», «gentios», «escravos negros» e «timores, chinas, bengalas» se encontram maioritariamente e exclusivamente, na última categoria apresentada, nas Ilhas de Goa e suas Adjacentes. Os «eclesiásticos» e «naturais» aparecem em maior número em Salsete e os «mouros» em Bardez. Os «escravos», de origem africana, constituíam 2% da população total. Relativamente ao número de habitantes, quando se estabelece a comparação com os mapas de 1720 e o de 1749 a população diminuiu em todas as províncias, em especial nas Ilhas de Goa e suas adjacentes. Esta quebra

²⁴⁸ Nesta categoria predomina o género feminino com um número total 289 mulheres. Foram contabilizados 62 homens, 10 meninos e 7 meninas.

²⁴⁹ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes: Paulo Teodoro de Matos, *Goa: Simbiose Luso-Oriental...* pp. 67-68; Arlindo Manuel Caldeira, *Os escravos em Portugal- das origens ao século XX*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2017, pp. 51-57.

populacional estará relacionada com os conflitos em que o *Estado da Índia* esteve envolvido na primeira metade do século XVIII²⁵⁰ bem como as condições insalubres da cidade de Goa que contribuía para o aumento da taxa de mortalidade.

Quadro 4- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1749)²⁵¹.

GRUPOS	NÚMEROS ABSOLUTOS				PERCENTAGEM				DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL		
	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez
Eclesiásticos*	465	489	287	1241	0,8	0,7	0,5	0,7	37,5	39,4	23,1
Homens Brancos	1156	237	351	1744	2,1	0,4	0,6	1,0	66,3	13,6	20,1
Naturais	43358	62069	54 186	159613	77,7	95,1	88,8	87,6	27,2	38,9	33,9
Gentios	8149	1621	5650	15420	14,6	2,5	9,3	8,5	52,8	10,5	36,6
Mouros	11	45	147	203	0,0	0,1	0,2	0,1	5,4	22,2	72,4
Escravos Negros	2318	803	433	3554	4,2	1,2	0,7	2,0	65,2	22,6	12,2
Timores, Chinas Bengalas	368	0	0	368	0,7	0,0	0,0	0,2	100	0,0	0,0
TOTAL	55825	65264	61054	182143	100,0	100,0	100,0	100,0	30,6	35,8	33,5

Legenda:

*Os Eclesiásticos incluem Clérigos de Missa, de Evangelho e de Epístola e Menoristas.

O mapa da população de 1753 apresenta o mesmo critério de produção que foi seguido no de 1749, com as seguintes categorias étnico-religiosas: os «eclesiásticos»; «homens brancos»; «naturais da terra»; «gentios»; «mouros»; «escravos negros»; «timores, chinas e bengalas». A população estava dividida por género e estrutura etária (maiores e menores). As designações usadas em todas as categorias, à exceção da dos «eclesiásticos», eram: «homem»; «mulher»; «menino» e «menina». A proveniência dos escravos que representavam 2% da população, não era especificada; no entanto parece-nos plausível que sejam de origem africana. Numa categoria à parte estão registados os habitantes originários da Timor, China e Bengala²⁵². Do ponto de vista religioso, a esmagadora maioria dos habitantes continuava a ser cristã, cerca de 92%, as populações

²⁵⁰ Ver a este respeito as informações que constam no capítulo 3 deste trabalho.

²⁵¹ AHU, CU, Códice 449, fl. 115v; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos, maço 68.

²⁵² Nesta categoria, à semelhança do numeramento de 1749, continuou a predominar o género feminino com um número total 226 mulheres, seguido de 66 homens, 23 meninos e 19 meninas nas Ilhas de Goa e Adjacentes. O mesmo aconteceu em Salsete, onde foram contabilizados 8 mulheres, 1 homem, e 1 menino em Salsete; e em Bardez onde foram registadas 36 mulheres, 15 homens, 12 meninos e 32 meninas em Bardez.

hindu e muçulmana tinham a representação de 7,8% e 0,1%, respetivamente, no ano de 1753.

Quadro 5- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1753)²⁵³

GRUPOS	NÚMEROS ABSOLUTOS				PERCENTAGEM				DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL		
	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez	Total	Ilhas	Salsete	Bardez
Eclesiásticos*	408	466	253	1127	0,7	0,6	0,3	0,5	36,2	41,3	22,4
Branços	1149	144	578	1871	2,0	0,2	0,8	1,0	61,4	7,7	30,9
Naturais da terra	45131	69088	68287	182506	77,7	95,1	89,9	88,3	24,7	37,9	37,4
Gentios	8265	1973	5937	16175	14,2	2,7	7,8	7,8	51,1	12,2	36,7
Mouros	23	42	213	278	0,0	0,1	0,3	0,1	8,3	15,1	76,6
Escravos Negros	2760	896	554	4210	4,8	1,2	0,7	2,0	65,6	21,3	13,2
Timores, Chinas, Bengalas	334	10	95	439	0,6	0,0	0,1	0,2	76,1	2,3	21,6
TOTAL	58070	72619	75917	206606	100,0	100,0	100,0	100,0	28,1	35,1	36,7

Legenda:

*Os Eclesiásticos incluem Presbíteros, Diáconos, Subdiáconos e Menoristas.

A análise da distribuição territorial dos grupos étnico- religiosos, sem ter em conta a área geográfica de cada província, permite demonstrar que a «população branca», «gentios», «escravos negros» e «timores, chinas, bengalas» se encontravam maioritariamente nas Ilhas de Goa e suas Adjacentes. Os «eclesiásticos» e «naturais» aparecem em maior número em Salsete e os «mouros» em Bardez. Através da comparação entre os numeramentos de 1720 (208 264 habitantes), 1749 (182 143 habitantes) e de 1753 (206 606 habitantes), verifica-se que se assistiu a um aumento da população no território de Goa sem, contudo, atingir os valores de 1720.

De acordo com as Instruções que o governador do *Estado da Índia* deu ao seu sucessor o conde de Alva, em 1754, poder-se-á apurar que durante a sua governação foi feito um esforço para o povoamento de aldeias, atraindo moradores de zonas limítrofes, que terá contribuído para o aumento não só da população, mas também das rendas do Estado. O seu sucessor foi aconselhado a intentar ações para povoar todas as “Aldeias das terras que o Estado tem conquistado, para que se aumentarão consideravelmente

²⁵³ Dados extraídos dos mapas da população das Ilhas; Salsete e Bardez. In AHG, MR, livro 125B, fls. 627-630.

as Rendas Reais”²⁵⁴. Esta situação dá conta do processo de povoamento de aldeias no território de Goa, levado a cabo pelo referido governador, com fins económicos.

Quadro 6- Número total de habitantes por categoria social e étnico-religiosa (1720-1753)

CATEGORIAS	1720	1749	1753
Eclesiásticos	—	1241	1127
Branços	1 410*	1 744	1 871
Naturais da terra	182 262	159 613	182 506
Gentios	18 321	15 420	16 175
Mouros	637	203	278
Escravos Negros	5 468	3 554	4 210
Timores, Chinas Bengalas	90**	368	439

Legenda:

*Inclui as categorias «Branços» e «Branços da Índia». ** O número refere-se apenas aos Chinas.

Os primeiros numeramentos mandados elaborar por ordem real apresentam semelhanças entre si em termos de categorização social. O critério seguido foi sobretudo o religioso. Contavam nos mapas as seguintes categorias: «eclesiásticos»; «brancos»; «naturais»; «gentios»; «mouros»; «escravos negros» e «timores, chinas, bengalas». Quando se comparam os dados que constam nos mapas de 1720, 1749 e 1753 verifica-se que houve uma redução do número de habitantes incluídos nas categorias «eclesiásticos», «gentios», «mouros» e «escravos negros» e um aumento do número de habitantes nas categorias «brancos», «naturais da terra» e «timores, chinas, bengalas». Nos referidos mapas, para diferenciar a população por idades e género foram usados os seguintes critérios: «inocentes fêmea ou macho»; «homem» «mulher»; «rapaz» «rapariga»; «menino» «menina»; simplificando-se a partir de 1749, tendo-se recorrido à designação: «homem», «mulher»; «rapaz», «rapariga»; «menino», «menina».

Conclui-se que durante o período em análise, a diferenciação da população foi feita de acordo com critérios étnico-religiosos, aspeto físico (cor), género e estatuto jurídico com uma finalidade utilitária de natureza político-institucional, económico-social, militar, religiosa e simbólica. A forma de identificação e hierarquização adequou-se à realidade local, neste caso a Goa, ganhando relevo a questão religiosa.

²⁵⁴ 3.º Marquês de Tavora, “Instruções que o Ill.º e Ex.º Sr. Marquez de Tavora deixou ao Ill.º e Ex.º Sr. Conde de Alva, que lhe veyo succeder no Governo da India. Pangim, 7 de Novembro de 1754”, fl. 11, Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), in <http://purl.pt/26376> (consultado em 18-02-2020).

4.2. A normalização da estatística (1776-1825)

Ao longo da segunda metade do século XVIII foram promovidas medidas para o desenvolvimento da agricultura e da indústria nos domínios portugueses considerando-se que este seria o caminho para os revitalizar. No *Estado da Índia*, para o fomento da agricultura foi criada a Intendência Geral da Agricultura e para o desenvolvimento do setor industrial promoveu-se a criação de manufaturas, como foi o caso da Real Fábrica das Sedas e dos Panos, a fábrica da Cordoaria no Arsenal Régio, a do linho, do cânhamo e do algodão, entre outras. Para proteger as manufaturas da concorrência e incentivar o aumento da produção, foram aplicadas medidas protecionistas como foi o caso da isenção de direitos alfandegários. Como o comércio se encontrava em franca decadência, foi considerado fundamental para a prosperidade do *Estado da Índia*. Desta forma, foram aplicadas medidas para o desenvolver que passavam por defendê-lo do ataque dos piratas e por medidas protecionistas relacionadas com a concessão de privilégios aos moradores de Goa. No sentido de promover os domínios coloniais, durante o tempo do marquês de Pombal foi retomado o programa mercantilista levado a cabo pelo conde de Ericeira, durante o reinado de D. João V²⁵⁵.

Durante a governação do marquês de Pombal a contagem da população ganhou um particular interesse, uma vez que se considerava que a riqueza de uma nação passava pelo seu número de habitantes. A nova organização política das colónias que decorreu durante a administração pombalina exigiu aos governadores ultramarinos o envio de estatísticas anuais onde se incluíram as tabelas demográficas²⁵⁶. Os habitantes passaram a ser consideradas como instrumentos fundamentais para a gestão do sistema colonial. Desta forma, a contagem dos habitantes passou a ser feita de forma mais regular, sistemática e rigorosa, à semelhança do que aconteceu na metrópole²⁵⁷.

²⁵⁵ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista ...* pp. 57-72.

²⁵⁶ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes e Paulo Teodoro de Matos, *Op. cit.*, pp. 18-19.

²⁵⁷ No final do século XVIII a contagem da população foi feita com maior rigor. Fernando de Sousa refere que em Portugal o fogo, unidade de contagem, dá lugar à quantificação de pessoas ou habitantes; as estimativas dão lugar ao cálculo; a população deixa de ter um interesse eclesiástico, militar e fiscal passando a ter importância para o desenvolvimento económico do Reino. Destaca-se o censo realizado para Portugal foi o caso do numeramento realizado para Portugal em 1797, por ordem de Pina Manique. In Fernando de Sousa, *Art. cit.*, p. 43.

O período em análise neste subcapítulo corresponde à fase proto- estatística dos levantamentos populacionais. Entre 1776 e 1825 as tabelas estatísticas incluíam informações sobre a estrutura etária da população, divisão por género, movimentos populacionais e composição étnico- religiosa. Os levantamentos populacionais seguiram as ordens régias de 21 de maio de 1776 e de 14 de setembro de 1796, tendo-se estendido a todas as partes do Império Português, de forma normalizada²⁵⁸.

A portaria de 21 de maio de 1776 solicitava aos governadores o envio anual de mapas populacionais à Secretaria dos Negócios Ultramarinos de acordo com um modelo padronizado para o numeramento dos habitantes e movimentos da população, como consta na ordem enviada para Goa.

“Sua Magestade tem incumbido aos Governadores e Capitaens Generaes dos seus Domínios Ultramarinos de lhe mandarem todos os annos hua relação do Numero de Habitantes comprehendidos nos destrito dos seus differentes Governos servindo-se para este effeito do beneficio dos parochos e mandando-os auxiliar pelos seus Ministros de Justiça que he o meyo de se poderem conseguir estas Relações em mayor promptidão e facilidade. Ecomo a cooperação de V. Ex.^a tambem he de contribuir muito ao dito fim. Hé o mesmo Senhor servido, que vendo V. Ex.^a a copia incluza que seremete a cada hum dos sobre ditos Governadores do methodo com que se devem formar as referidas relações de todas as Providencias e aplique todos os meynos que lhe parecerem mais próprios de acordo com os referidas Governadores para que ellas se façao com a devida clareza, exactidão com que devem chegar à Real Prezença de ElRey Nosso Senhor. (...)”

21 de Mayo de 1776”²⁵⁹.

A padronização dos mapas solicitada apenas se refletia na periodicidade, que deveria ser anual, classes etárias e movimentos da população, nomeadamente nascimentos e óbitos. A citada ordem régia não referia os grupos sociais a incluir nas

²⁵⁸ Ana Paula Wagner informa que “A ordem constante no *Aviso* de 1776, referente ao levantamento do número de habitantes, foi remetida para outras localidades que compunham o Império Português. Dos Açores, os primeiros dados foram enviados ao reino a partir de 1777. Em São Tomé e Príncipe também existem alusões ao conteúdo do *Aviso* de 1776. Em relação à documentação de Angola, a ordem em questão é igualmente mencionada, com envio de relações de habitantes para os anos de 1777, 1778 e 1781”, in Ana Paula Wagner, *População no Império Português...*, pp. 6-11 e, especificamente para Moçambique, “Em 21 de maio de 1776, Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, expediu uma ordem para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel. Pereira do Lago (...)”, in Ana Paula Wagner, *Op. cit.*, p. 176. A mesma ordem foi enviada no mesmo ano pelo governador ao Bispo de Pernambuco onde conta que “Sua Magestade tem incumbido aos governadores e capitães dos seus domínios ultramarinos de lhe mandarem todos os annos hua relação do Numero de Habitantes (...)” verificando-se mais uma vez a intenção do monarca em pedir de forma uniformizada e com uma periodicidade regular dados sobre a população do império. In AHU, CU, Códice 583, fl. 173.

²⁵⁹ AHU, MR, Livro 157 A (1776-1777), fl. 162.

tabelas ao contrário do que sucedera noutros reinos europeus, como foi o caso da cédula espanhola de 10 de novembro de 1776, como já foi referido no capítulo 2 deste trabalho. Desta forma, de acordo com as especificidades sociais dos diferentes espaços do império, os governadores incluíam as informações que se adequavam à realidade local. No Brasil, por exemplo, os governadores incluíram informação acerca da *raça*: «brancos», «pardos ou mulatos», «pretos ou negros» e «índios domesticados» e, nalgumas capitanias, incluíram informações sobre a condição civil dos habitantes (livres, escravos ou libertos)²⁶⁰. No caso de Goa, a opção foi segmentar a população em «cristãos» e «gentios».

Como a metrópole tinha uma grande escassez demográfica, tornou-se fundamental recorrer à população local para a defesa e desenvolvimento dos territórios. Esta situação encontra-se claramente exposta numa *Instrução*²⁶¹, expedida pela Coroa para o governador e capitão general dos Reinos e Estados de Angola, em 1772, que nos transmite a indicação de quais eram as intenções da Coroa no processo de levantamento populacional e que, por analogia, a poderemos estender a outras partes do império e, especificamente, a Goa. De acordo com a referida *Instrução*, pedia-se que fossem feitos anualmente mapas dos habitantes do referido território para se saber quais eram os indivíduos que estavam aptos para o trabalho nas minas e fábricas de ferro. Dada a importância que a agricultura tinha na época, chamava-se a particular atenção para que não faltasse gente no trabalho agrícola²⁶². É salientada a importância das colónias constituírem corpos militares para a sua defesa, constando nas tabelas a classe dos que “ (...) forem capazes de pegar em armas que são os que tiverem de 15 anos para cima e de cinquenta para baixo”²⁶³.

De acordo com a ordem régia de 1776²⁶⁴ enviada para o *Estado da Índia*, podemos verificar que os mapas da população construídos a partir dela, demonstram que foi utilizado um modelo comum para a recolha de informações, como já foi referido.

²⁶⁰ Paulo Teodoro de Matos; Paulo Silveira Sousa, *Art. cit.*, p. 92.

²⁶¹ AHU, CU, Códice 472.

²⁶² AHU, Angola, Códice 472, fls. 50-52.

²⁶³ AHU, Angola, Códice 472, fl. 52

²⁶⁴ AHU, MR, Livro 157 A (1776-1777), fl. 162.

A correspondência remetida ao rei pelas entidades oficiais faz referência à dita ordem²⁶⁵ e a estrutura das tabelas estatísticas enviados do referido *Estado* obedece ao que havia sido, de igual modo, estipulado para outras zonas do império, nomeadamente para o Brasil. As tabelas deveriam conter a divisão da população por género, grupos etários e o envio de dados sobre o número de nascimentos e de óbitos respeitantes ano do levantamento, à semelhança do que já havia sido solicitado para a elaboração de outras listas anteriores, durante a década de 1770²⁶⁶ para o Brasil. Durante o período pombalino assistiu-se a uma racionalização da grelha estatística classificatória. Ao Estado apenas interessava que fosse feito um levantamento padronizado do número de habitantes dos domínios ultramarinos enquadrados em segmentos etários, por género e por indicação dos movimentos populacionais.

Os governadores ultramarinos segmentaram a população por categorias sociais, à exceção dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, adequando-as à realidade de cada espaço do império. No caso de Goa, optaram pela segmentação religiosa «cristãos» e «gentios»²⁶⁷, como já foi referido. As grelhas classificatórias deixaram de incluir registos

²⁶⁵ No Mapa da população de Salsete consta a seguinte informação “Mapa dos Habitantes da Província de Salcete, feito por Francisco Xavier Ribeiro Juiz de Fora da dita Província, em execução das Ordens de S. Magestade, que lhe foram dirigidas pelo Ilmo. E Ex.^{mo} Senhor Governador e Capitão General do Estado da Índia Dividem-se os ditos habitantes em dez Classes na primeira se indicam as Crianças do género masculino até 7 anos completos de idade, na segunda se apontam os moços de idade de 7 até 15 anos, na terceira se declaram os homens da idade de 15 até 60 anos, na quarta se compreendem os velhos da idade de 60 até 90 anos, na quinta se contêm os da idade de 90 anos para cima, na sexta se descrevem as crianças do sexo feminino até a idade de 7 anos completos, na sétima se relatam as moças da idade de 7 até 14 anos, na oitava se numeram as Mulheres da idade de 14 até 40 anos, na nona se demonstram as adultas, e Velhas da idade de 40 até 90 anos, e na décima se mencionam as da idade de 90 anos para cima: Depois das referidas Classes em diferentes Colunas se faz a soma total dos sobre ditos habitantes, declara-se quantos deles são homens, e quantas mulheres, quantos cristãos, e quantos Gentios, quantos foram os Nascimentos, e quantas as mortes acontecidas no ano passado e presente”. In AHU, CU, Índia, Caixa 328.

²⁶⁶ A ordem de 17 de julho de 1774 solicitava o envio de uma relação do número de habitantes da capitania de Pernambuco subdivididos em 10 classes: da 1.^a à 8.^a Classes divididos estrutura etária e género; a 9.^a e a 10.^a com o número de nascimentos e óbitos referentes ao ano do levantamento. Nesta ordem chama-se a particular atenção para o levantamento do número de crianças até aos sete anos integrados na 1.^a classe e na 5.^a classe, devendo os Párocos e os Curas serem advertidos para os incluírem nas listas, uma vez que nem sempre faziam esse levantamento com exatidão. In AHU, CU, Códice 583, fols.163-165. A diferença relativamente à ordem de 21 de maio de 1776 prende-se com a idade definida para as mulheres na sétima e oitava classe onde, nesta ordem régia se aponta os 40 anos e na anterior os 50 anos. In AHU, CU, Códice 583, fls. 171-172.

²⁶⁷ Ver anexo V, “Excerto do “Mapa dos habitantes de Goa e as Suas Ilhas (1776)”, p. 109.

étnicos ou de cor da pele. De acordo com a supracitada ordem, a população deveria ser segmentada em 10 classes²⁶⁸, da forma como se apresenta no quadro 7.

Quadro 7- Segmentação da população por género e idade²⁶⁹

Primeira classe	Crianças do sexo masculino, até aos sete anos completos.
Segunda classe	Rapazes entre os 7 e os 15 anos.
Terceira classe	Homens entre os 15 e os 60 anos.
Quarta classe	Idosos com mais de 60 anos, especificando-se os que tivessem mais de 90 anos.
Quinta classe	Crianças do sexo feminino, até aos sete anos completos.
Sexta classe	Raparigas entre os 7 e os 14 anos.
Sétima classe	Mulheres entre os 14 e os 40 anos.
Oitava classe	Idosas com mais de 40 anos, devendo particularizar-se os que tivessem mais de 90 anos.
Nona classe	Todos os nascimentos do ano da contagem populacional.
Décima classe	Todos os óbitos que tivessem ocorrido no ano da contagem populacional.

A estrutura etária da população solicitada prendia-se com questões de natureza religiosa, já que a *idade da razão* para os católicos se atingiria aos sete anos, período em que as crianças entravam na fase da iniciação aos sacramentos da comunhão e da penitência. A *classe* das mulheres dos catorze aos quarenta muito possivelmente relacionava-se com o critério de reprodução humana, já que correspondia ao período fecundo da mulher. A classe dos homens dos quinze aos sessenta anos derivava do critério militar e, como é evidente, do critério económico, permitindo o conhecimento das forças produtivas de que o Estado dispunha²⁷⁰.

Além dos objetivos já expostos existia um propósito de gestão de recursos alimentares. Estes mapas serviam para gerir o balanço entre os recursos produzidos e as necessidades da população, dividida por classes etárias e de género. Este balanço permitia indicar se a produção era suficiente para o sustento da população ou se era deficitário, levando a que fosse necessário suprir essa falta. Era uma verdadeira operação de previsão anual de necessidades baseada em estatísticas populacionais²⁷¹.

²⁶⁸ Ver anexo VI- Excerto do “Resumo Geral do Número dos habitantes que existem nas Aldeias das Ilhas de Goa, e suas adjacentes (1776)”, p. 110.

²⁶⁹ AHU, CU, Códice 583, fls. 171-172.

²⁷⁰ Cf. Maria Luiza Marcílio, *Op. cit.*, p. 38.

²⁷¹ AHU, CU, Índia, Caixa 346.

Os movimentos da população constituíam informações importantes indicando o aumento ou diminuição do crescimento natural dos súbditos da Coroa. Ao contrário do que sucedera nas ordens emanadas durante a primeira metade do século XVIII, na de 1776 não foi solicitada uma categorização específica, apesar de nos mapas alusivos a Goa e Ilhas adjacentes, bem como de Bardez e Salsete, a categorização religiosa continuar a ser utilizada²⁷².

Como já foi referido anteriormente no capítulo 3, desde o decreto de 1761 que o Estado josefino não fazia distinções entre os cristãos da Índia, tendo esta questão sido reforçada com a *Instrução* de 1774²⁷³ perante as entidades locais. Fazendo uma acusação direta aos jesuítas responsabilizava-os de fazer divisões entre cristãos criando a desarmonia. No sentido de terminar com esta situação pretendia “ (...) desterrar do espírito de todos os seus súbditos aquellas distincções, e as divisões, que elas estão causando” ²⁷⁴. E vai mais longe ao referir que para os cargos públicos não se deveria olhar para a origem étnica porque “ (...) além de serem todos igualmente Vassallos de Sua Magestade, assim he conforme ao Direito Divino, Natural, e das Gentes (...)”²⁷⁵.

Dentro do espírito da referida política pombalina houve um reflexo nas ordens régias enviadas para as entidades locais fazerem o levantamento populacional dos habitantes do império, muito especificamente na citada ordem de 1776. Desta forma, as únicas categorias que aparecem registadas são a dos «cristãos» e «gentios», contabilizando-se o número total de habitantes de cada uma das categorias, bem como o número de nascimentos e de falecimentos. O levantamento do número de

²⁷² O mesmo terá acontecido noutras partes do império, no Brasil, por exemplo, os governadores incluíram nos mapas distinções dos habitantes por cor da pele, etnia, situação jurídica, entre outras. Os habitantes são muitas vezes distinguidos da seguinte forma: “brancos”, “pardos” (mestiços), “escravos” e “índios domesticados” Cf. Dauril Alden, *Art. cit.*, pp. 173-205;

Cf. “Rezumo de todos os Habitantes da Comarca de Vila Rica que compreende esta vila e a cidade de Mariana e seus termos, extraído das tábuas de população que deram os párocos das freguesias; com distinção de sexo, e idades, mortos, e nascidos, tudo pertencente”, 1776, AHU, ACL, CU, 011, Caixa 112, disponível em <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/> (consultado em 26-02-2020). Verifica-se, ainda, que alguns mapas incluem o número de “famílias e fogos”. Para além do número de nascimentos e óbitos, incluem o número de casamentos. Cf. “Mapa de toda a Povoação da Capitania do Mato Grosso, e Cuiabá formado sobre as memórias que relativamente fez extrair o Governador, e Capitão General da mesma Capitania Luís d’Albuquerque de Melo Pereira, e Cáceres para o ano de 1776”, 1776, AHU, ACL, CU, 010, Caixa 19, disponível em <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/> (consultado em 26-02-2020).

²⁷³ Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, *Op. cit.*.

²⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 52.

²⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 52.

«eclesiásticos», «naturais», «mouros», «escravos», «chins, timores e bengalas» não aparece nestas tabelas de forma separada, ao contrário do que acontecera nos primeiros numeramentos do século XVIII, assistindo-se a uma simplificação das categorias apresentadas. Esta situação dificulta o estudo do cômputo de determinadas categorias sociais uma vez que não aparecem discriminadas.

O levantamento dos dados continuou a ser feito pelos “párocos das freguesias” e “Ministros respectivos de justiça”, tal como se verifica na carta que acompanha os mapas dos habitantes do ano 1776, enviados ao Rei.

“Em consequência da ordem de Sua majestade que V.Ex.^a me participou, tenho a honra de lhe oferecer com estas os Mapas dos habitantes destas ilhas de Goa e das Províncias de Salsete e Bardez como o Rezumo geral que as acompanha tendo feito observar nesta importante deligencia toda a exactidão pelos párocos das freguesias, pelos Ministros respectivos de justiça.

Goa, 3 de maio de 1777”²⁷⁶.

Do ponto de vista religioso, em 1776, a esmagadora maioria da população continuava a ser cristã tanto nas Ilhas de Goa e suas Adjacentes como em Salsete, 83,9 % e 97%, respetivamente. A percentagem de gentios é maior nas Ilhas (16%) do que em Salsete (3%). Quando se comparam os dados de 1753 com os de 1776 verifica-se que houve um aumento do número de gentios tanto nas Ilhas de Goa como em Salsete. O número total de habitantes das três províncias também aumentou, sendo neste censo em análise de 210 919.

Quadro 8- Grupos religiosos no território de Goa (1776)²⁷⁷

GRUPOS	NÚMEROS ABSOLUTOS				PERCENTAGEM		
	Ilhas*	Salsete	Bardez**	Total	Ilhas*	Salsete	Bardez
Cristãos	41 132	80 033	—	—	83,9	97,0	—
Gentios	7 896	2 446	—	—	16,1	3,0	—
TOTAL	49 028	82 479	79 412	210 919	100,0	100,0	—

Legenda:

*Aldeias das Ilhas de Goa e suas Adjacentes.

** No Mapa da População de Bardez, o número de nascimentos de cristãos e gentios é contabilizado na totalidade e não separadamente para cada categoria. Desta forma, dada a impossibilidade de incluir o número de nascimentos nas categorias, optamos por integrá-los no número total de habitantes desta província.

²⁷⁶ AHU, CU, Índia, Caixa 328.

²⁷⁷ Dados extraídos dos mapas da População: Ilhas: AHU, CU, Índia, Caixa 345; Salsete: AHU, CU, Índia, Caixa 345; Bardez: AHU, CU, Índia, Caixa 328 (Os valores que se apresentam referem-se às somas corrigidas com base nos dados apresentados nos mapas da população).

Quadro 9- Grupos religiosos no território de Goa (1780)²⁷⁸

GRUPOS	NÚMEROS ABSOLUTOS				PERCENTAGEM		
	Ilhas*	Salsete**	Bardez	Total	Ilhas*	Salsete	Bardez
Cristãos	36 644	_____	70 610	_____	79,5	_____	89,5
Gentios	9 440	_____	8 297	_____	20,5	_____	10,5
TOTAL	46 084	81 697	78 907	206 688	100,0	_____	100,0

Legenda:

* Aldeias das Ilhas de Goa e suas Adjacentes

** No Mapa da População de Salsete o número de nascimentos de cristãos e gentios é contabilizado na totalidade e não separadamente para cada categoria. Desta forma, dada a impossibilidade de incluir o número de nascimentos nas categorias, optamos por integrá-los no número total de habitantes desta província.

Quando se estabelece a comparação entre os dados dos mapas de 1776 e de 1780 verifica-se de imediato que o número de habitantes reduziu de forma significativa neste território. Em 1780, os cristãos continuaram a constituir a maioria da população, no entanto, o número de gentios aumentou de forma considerável nas Ilhas de Goa e em Bardez.

Ao longo do século XVIII, verificou-se uma significativa diminuição da população no território de Goa, não tendo a capital do *Estado da Índia*, sido exceção. No sentido de colmatar esta situação os monarcas apresentaram medidas a serem cumpridas pelos governadores locais para reedificar a cidade de Goa²⁷⁹. Em 1778, Goa era descrita como

²⁷⁸ Dados extraídos dos mapas da população das Ilhas; Salsete e Bardez. In AHU, CU, Índia, Caixa 356 (Os valores que se apresentam referem-se às somas corrigidas com base nos dados apresentados nos mapas da população).

²⁷⁹ Na instrução dada ao governador D. Frederico Guilherme de Sousa Holstein a reedificação da cidade de Goa deverá fazer parte das suas ações governativas. Nesta missiva são apresentados os obstáculos, os meios e as soluções para o efeito. Os problemas da cidade estavam muito relacionados com as condições insalubres que apresentava devido às doenças que se propagavam no interior dos seus muros e que constituíam obstáculos à boa execução dos planos. Considerava-se que as “moléstias graves, e perigosas” eram causadas pelo “ (...) ar infeccionado, e vapores corruptos; das águas estagnadas dos poços; à falta de limpeza das ruas; ao empate dos ventos por conta das muitas Palmeiras, as aguas da chuva paradas e sem correnteza e ao ar dettido nas concavidades, e ruínas de Goa (...) ”. In AHU, CU, Códice 516, fl. 141v. Para além destas, são ainda apontadas como causas das doenças que se propagam na cidade a forma como se enterravam a defuntos, referindo-se que existia o “ (...) mau costume de se enterrarem os mortos nas Igrejas e muito a flor da terra dellas se exhallão os vapores corruptos e (...) o ar infeccionado que se respira causando febres (...) ”, in *Ibidem*, fl. 141v. Nesta *Instrução* são apresentadas soluções para colmatar os referidos obstáculos que passavam pela promoção de medidas promotoras da saúde pública, destaca-se a título de exemplo a limpeza das ruas, o corte de palmeiras para a circulação do vento e a construção de cemitérios com muros altos, evitando-se desta forma o enterramento dos corpos nos templos. Procurou-se, ao contrário do que havia sido feito durante o tempo do marquês de Pombal em que todos os fidalgos, Oficiais de justiça ou da fazenda, que tivessem emprego público pudesse ter o domicílio fora dos muros

uma cidade em ruínas, com poucos recursos económicos, apontando-se como solução o incremento comercial para se conseguir reverter esta situação.

“A Ilha de Gôa se acha com a sua Capital transformada em hum monte de ruinas, os seus habitantes reduzidos a mayor pobreza e o seu precario, e insignificante Commercio interior e externo, os contractos, e os debéis rendimentos do Estado consignado tudo entre as mãos dos gentios que vivem entre Nós: Não há em Goa huma embarcação de dous metros (...); e toda a sua exportação consiste em cocos (...) que vão trocar por Arroz aos portos vizinhos de Goa”²⁸⁰.

A forma como a população do império foi categorizada alterou-se com as ordens reais de 1796 e 1797 relativamente ao Aviso de 1776. De acordo com Maria Luiza Marcílio, a ordem régia de 21 de outubro de 1797 enviada para o Brasil introduziu importantes mudanças no processo de recenseamento das populações. As novas orientações enquadravam-se numa política mercantilista mais dinâmica e na necessidade de racionalizar o aparelho administrativo colonial. Tal passava por aumentar a população e desenvolver a agricultura e comércio coloniais. A ordem expedida a diversos governadores ultramarinos solicitava o envio anual de oito mapas estatísticos, referentes à população; ocupação dos habitantes e tabelas económicas (importações; exportações; preços; movimentos de navios). Desta forma, os dados demográficos eram complementados com dados económicos. Os objetivos, durante este período, passaram a ser mais económicos e de política populacional do que militares²⁸¹. Para o *Estado da Índia*, nomeadamente referente a Goa, não nos foi possível localizar mapas que seguissem o registo acima exposto. No entanto, tudo leva a crer que o solicitado também terá sido dirigido aos governadores do referido *Estado* tal como acontecera no Brasil, Angola e arquipélago dos Açores.

No caso específico de Goa, de acordo com as tabelas analisadas, a partir de 1797 verificou-se uma alteração no modo como os habitantes passaram a ser categorizados, em termos sociais, relativamente ao período imediatamente anterior. A população continuou a ser segmentada em classes idênticas às anteriormente estabelecidas, divididos por género, estrutura etária (que continuava a seguir os mesmos intervalos) e

da cidade sofrendo represálias, a orientação agora seguida deveria ser a do exemplo e não da punição, passando o governador e o prelado a residir nesse espaço. In *Ibidem*, fls. 140-143.

²⁸⁰ AHU, CU, Códice 516, fl. 132v.

²⁸¹ Cf. Maria Luiza Marcílio, *Op. cit.*, p. 38.

movimentos populacionais, acrescentando-se aos segmentos referentes aos nascimentos e óbitos, uma décima primeira classe, destinada ao registo do número de casamentos.

As entidades civis e eclesiásticas continuaram a ser mobilizadas para fazerem o levantamento dos dados feitos por freguesia. A partir de 1797 em cada “classe” eram discriminadas categorias com elementos étnico-religiosos e onde o registo da cor da pele se apresentava como elemento de distinção das populações de origem europeia e africana. Durante este período, os habitantes foram registados da seguinte forma: «cristãos brancos»; «ditos naturais do país»; «negros»; «pardos» e «gentios e mouros».

Nas novas categorias inseridas na tabela estatística 1797 não consta a categoria de «escravos», no entanto, tudo leva a crer que a categoria de «negros» corresponde, em princípio, à anterior categoria de «escravos». Na realidade o estatuto jurídico de escravo não havia desaparecido do Antigo Regime português ou do seu império colonial. A condição de escravo não se apagava com a sua inclusão no espaço territorial do império ou na sua conversão ao Cristianismo²⁸². Verifica-se que a partir da tabela estatística de 1797 foi incluída a categoria de «pardo», a que corresponde um estatuto jurídico ambíguo, já que eram indivíduos com ascendência africana e não africana. Desta forma, será também possível que alguns indivíduos categorizados como «pardos» pudessem ser escravos em termos de estatuto jurídico²⁸³. Aqui a questão central passa pela razão do desaparecimento da categoria «escravo», que havia sido usada nos numeramentos de 1720, 1749 e 1753. A partir do período pombalino, já visível no alvará em forma de lei de 19 de setembro de 1761, em que se restringia a escravidão em Portugal, e nas razões económicas de pendor mercantilista por ele invocadas²⁸⁴, assistiu-se a um relativizar dessa categoria em relação à importância da centralização do poder régio que se propunha mudar privilégios sociais a favor da própria Coroa. Assim, o estatuto jurídico do escravo estava nas mãos da administração régia e não nas mãos dos

²⁸² Hebe Maria Mattos, “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica”, in João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, capítulo 4, 2001, p. 153.

²⁸³ Maria de Jesus dos Mártires Lopes; Paulo Teodoro de Matos, *Op. cit.*, pp. 29-30.

²⁸⁴ Cf. Arlindo Manuel Caldeira, *Op. cit.*, p. 416.

senhores dos cativos²⁸⁵. Esta nova forma de racionalidade fazia diminuir a importância da categoria de escravo, agora sujeita à discricionariedade do Estado que podia reverter esse estatuto, em relação à importância de contabilizar a população, tendo em conta a vertente de desenvolvimento económico²⁸⁶.

Quadro 10- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1797)²⁸⁷

GRUPOS	NÚMEROS ABSOLUTOS				PERCENTAGEM				DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL		
	Ilhas*	Salsete	Bardez	Total	Ilhas*	Salsete	Bardez	Total	Ilhas*	Salsete	Bardez
Cristãos Brancos	523	58	413	994	1,4	0,1	0,6	0,6	52,6	5,8	41,5
Ditos naturais do país	28343	69197	60610	158150	76,8	96,4	90,9	90,2	17,9	43,8	38,3
Negros	1302	507	604	2413	3,5	0,7	0,9	1,4	54,0	21,0	25,0
Pardos	274	99	147	520	0,7	0,1	0,2	0,3	52,7	19,0	28,3
Gentios e Mouros	6454	1912	4905	13271	17,5	2,7	7,4	7,6	48,6	14,4	37,0
TOTAL	36896	71773	66679	175348	100,0	100,0	100,0	100,0	21,0	40,9	38,0

Legenda:

*Aldeias das Ilhas de Goa e suas Adjacentes.

Do ponto de vista religioso, pelos dados divulgados, cerca de 92% da população no território de Goa era cristã (nesta percentagem incluem-se os escravos, contando-se que fossem cristãos, já que os gentios e mouros aparecem na mesma categoria, o que indica que tivessem sido agrupados por não serem cristãos). Os «gentios e mouros» que pela primeira vez, durante o século XVIII, aparecem agrupados, o que impede a sua distinção em termos de número, constituíam 7,6% da população. A maioria da população era constituída, maioritariamente, por «naturais do país» 90,2%, seguida por «gentios e mouros» e, minoritariamente, por «negros» 1,4%, «pardos» 0,3% e «cristãos brancos» 0,6%.

Quando se traça a comparação da distribuição territorial dos grupos étnico-religiosos que foram registados, sem ter em conta a área geográfica de cada província, constatamos que os «cristãos brancos», os «negros», os «pardos» e os «gentios e

²⁸⁵ Cf. Hebe Maria Mattos, *Op. cit.*, p. 156.

²⁸⁶ Cf. Maria Luiza Marcílio, p. 39.

²⁸⁷ Dados extraídos dos mapas da população das Ilhas; Salsete e Bardez. In AHU, CU, Índia, Caixa 398 (Os valores que se apresentam referem-se às somas corrigidas, com base nos dados apresentados nos mapas da população).

mouros» se encontram em maior número nas Ilhas de Goa e suas Adjacentes e os «Ditos naturais do país» em Salsete. Em 1797 verificou-se uma redução do número de habitantes relativamente ao ano de 1780, em todo o território de Goa, destacando-se Salsete e Goa e Ilhas Adjacentes que perderam um número significativo de habitantes.

Relativamente ao processo de categorização patente nos mapas de 1797 e subsequentes²⁸⁸, o número de categorias em que a população era segmentada aumentou, como já referimos anteriormente. Esta situação leva-nos a equacionar o facto de terem existido razões políticas emanadas da administração central como reflexo do desconsiderar das influências do pombalismo e da sua política de não distinguir as populações cristãs do império, vistas à luz do Direito Natural como súbditos do Rei. Apesar de não ter havido de início um corte total, em termos de políticas da administração central entre o fim do reinado de D. José e o início do reinado de D. Maria I, a não ser algumas substituições como ao de Secretário de Estado, na verdade foram-se erradicando, gradualmente, as influências pombalinas nas políticas régias²⁸⁹.

Na documentação coeva transparece a existência de um incómodo entre a administração local e as práticas das comunidades não cristãs, que, aliás, denotam um crescimento populacional em Goa e Ilhas Adjacentes. Esta situação é bem visível nas Instruções dadas em 1778 ao governador e capitão geral da Índia, D. Frederico Guilherme de Sousa Holstein²⁹⁰. Na resposta deste último está bem patente a proibição das festividades e rituais públicos que as comunidades hindus celebravam, nomeadamente as festas de casamento que deveriam ser feitas à porta fechada e sob vigilância do Santo Ofício, proibindo-se inclusive a entrada de cristãos nas referidas festividades. Na missiva é referida, por diversas vezes, que se deveria fazer retornar os costumes às regras anteriores a 1774, considerando que estas últimas eram as culpadas

²⁸⁸ Ver anexo VII - “Mapa dos Habitantes das Aldeias da Província de Bardez do ano de 1800 feita por ordem do Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Governador, e Capitão General das Índias com as divisões determinadas”, p. 111.

²⁸⁹ Durante o reinado de D. Maria I as secretarias de Estado continuaram a ser os centros de decisão política. Dois dos ministros em exercício continuaram no seu cargo como foi o caso de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar até 1795 e Aires de Sá e Melo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra desde 1775. Asseguraram a continuidade da política interna e externa. Em relação a Goa, as reformas de Pombal foram anuladas. Os extintos Tribunais do Santo Ofício e da Relação em Goa no ano de 1774, foram recuperado em 1778. In João Paulo Oliveira e Costa (coord.), João Damião Rodrigues, Pedro Aires de Oliveira, *Op. cit.*, pp. 296-299.

²⁹⁰ AHU, CU, Códice 516, fls. 131-145v.

pelas presumíveis liberdades de que gozavam essas comunidades, queurgia restringir²⁹¹.

“Em execução da Ordem da Rainha Nossa Sn.^{ra} participada por V. Ex. ^a na instrução dada para o governo deste Estado da Índia tenho prohibido aos gentios as festividades publicas dos seus entrudos (...) como também as publicas cerimoniaes dos seus cazamentos e fiz reduzir tudo ao estilo que se praticava antes do anno de 1774 negando expressamente apublicidade dos ditos cazamentos, e festividades em multiplicados requerimentos, que me fizerão os mesmos gentios, e permitindo lhe so, como era estilo antes do dito anno de 1774, de se fazerem os cazamentos nas cazas dos mesmos gentios à portas fechadas com assistencia do Naique do Santo Officio, para se evitar a entrada de Christãos, e a sua perversão. (...)”

Goa, 1º de Janeiro de 1780”²⁹².

Apesar das reformas e da legislação publicada durante a governação pombalina, no sentido de acabar com as diferenças entre cristãos e que foram bem recebidas pelas elites naturais, os instrumentos tradicionais de construção jurídica e política do estatuto dos indivíduos não desapareceram. Durante o governo do Bispo Frei Manuel de Santa Catarina (1784-1812) assistiu-se a uma discriminação étnica e social no acesso às ordens religiosas ou a ofícios, tendo-se favorecido o seu acesso aos clérigos de origem europeia em detrimento dos ditos naturais. Verificou-se uma dissonância entre estas medidas e a crescente importância que o clero natural, numeroso e bem preparado, tinha na sociedade goesa²⁹³.

A sociedade goesa marcada pela coexistência de múltiplas identidades étnicas e estatutárias baseava o acesso a determinados cargos na origem e no sangue, apesar da forte mestiçagem cultural e biológica existente. A limitação dos naturais no acesso a determinados cargos religiosos e militares baseavam-se nos referidos critérios²⁹⁴.

²⁹¹ AHU, CU, Códice 516, fl. 138v.

²⁹² AHU, CU, Índia, Caixa 352.

²⁹³ Nas últimas décadas do século XVIII “o clero goês conseguiu obter um poder considerável devido às numerosas ligações familiares dentro e fora do território do *Estado da Índia*, ao apoio da Propaganda Fide, à frequência dos colégios e universidades na Europa.” Cf. Francisco Bethencourt, *Op. cit.*, p. 261.

²⁹⁴ Cf. João Paulo Oliveira e Costa (coord.), João Damião Rodrigues, Pedro Aires de Oliveira, *Op. cit.*, pp. 304-305.

4.3. As transformações do liberalismo (1826- 1835)

A primeira metade do século XIX português esteve dominada pelo abalo causado pela Revolução Liberal de 1820, e a questão do império não esteve salvaguardada deste impacto. No *Estado da Índia*, a agitação política tinha antecedentes económicos que se relacionavam com as novas condições do sistema internacional marcadas pela hegemonia britânica. A concorrência dos têxteis ingleses refletiu-se no comércio entre Goa e Moçambique, que perdeu importância, assim como o tráfico de ópio que ligava Macau a Damão que sofreu com as mudanças provocadas pelo conflito entre a China e a Grã-Bretanha, que culminou na “Guerra do Ópio”. Desta forma, as possessões portuguesas na Ásia perderam o estatuto de grandes entrepostos marítimos e relativizaram-se face aos grandes sistemas internacionais dominados pelos britânicos. Estes aspetos são fundamentais para se entender o reflexo que tiveram nas estruturas políticas e sociais dos territórios ultramarinos²⁹⁵.

Em Goa, a redução de fluxos comerciais teve um impacto social e político visível na posição da elite luso-descendente, provocando a perda da sua influência em termos de domínio e de posição social e política, tendo a predominância desta elite sido posta abertamente em causa pela própria Revolução de 1820. Já na centúria anterior, este grupo minoritário da população goesa tinha assistido a um decréscimo significativo dos seus rendimentos quando Goa perdeu a Província do Norte em 1739. A ameaça da quebra do seu predomínio político foi sentida em 1787 com a «Conjuração dos Pintos», tendo acabado por ser posto em causa com a Revolução Liberal que deu protagonismo às elites nativas cristianizadas de Goa, que conseguiram então eleger dois dos três representantes para as Cortes de Lisboa. Esta mudança causou sérios conflitos entre estes dois grupos que se defrontaram numa série de golpes e contragolpes que levariam à deposição de um vice-rei em 1821. Este conflito, aparentemente apaziguado, reacendeu-se após a definitiva implantação do Liberalismo em 1834 com a nomeação de Bernardo Peres da Silva, natural cristão, para governador (perfeito) do *Estado da*

²⁹⁵ Cf. Valentim Alexandre, “As periferias e a implosão do Império”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume IV, 1998, pp. 49-50.

Índia. Perante esta nomeação, oficiais “miguelistas” aliaram-se aos luso-descendentes, tendo conseguido depor o dito governador ou prefeito²⁹⁶.

O *Estado da Índia*, marcado pela conjuntura de guerra civil na metrópole, assistiu a rivalidades acesas entre luso-descendentes e naturais cristãos, apoiadas pelas mesmas fações que se defrontavam em Portugal continental, acabou por sofrer com um desvanecimento do poder central, que os sucessivos governadores tiveram dificuldade em gerir²⁹⁷. Esta situação foi agravada pelo constante clima de agitação na própria metrópole, que se repercutiu por todas as colónias.

Durante este período, as Constituições liberais não referiam o carácter colonial das possessões ultramarinas, ficando incluídas no “Reino de Portugal e dos Algarves”, tendo-lhes sido atribuído mais tarde a designação de «províncias», com os respetivos «distritos», mas sem beneficiarem de disposições especiais. Tal situação, por omissão, estendeu o direito de cidadania e a integração jurídica a todos povos do ultramar²⁹⁸. Apesar deste idealismo político, a incerteza relativamente a quem nos territórios ultramarinos tinha um mínimo de valores (culturais, nacionais, “civilizacionais”) tidos como fundamento de pertença à nação, resultou numa indefinição quanto à sua posição relativamente à cidadania portuguesa. De acordo com a Constituição uns podiam ser cidadãos, outros eram à partida excluídos. Foram de imediato afastadas as populações não livres e as não católicas²⁹⁹. Esta exclusão, de acordo com Cristina Nogueira da Silva, “ (...) foi, em primeiro lugar uma consequência lógica da ideia cultural de Nação. Não obstante, o problema que se colocou, em relação a elas, não foi só um problema de cultura, de uma possível diversidade cultural incompatível com a nacionalidade portuguesa. Foi, mais uma vez, o problema «civilizacional» ”³⁰⁰.

A ideia de civilização europeia estava subjacente na ideia de nacionalidade, tendo os deputados constituintes discutido a nacionalidade numa base civilizacional, que pudesse unir portugueses europeus e portugueses ultramarinos pela identidade de costumes, de língua ou de religião. A tensão surgiu quando se discutiu o estatuto de

²⁹⁶ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 49-50.

²⁹⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 49-50.

²⁹⁸ Maria Manuela Lucas, “Organização do Império”, in *História de Portugal, o Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Circulo de Leitores, volume 5, 1993, p. 294.

²⁹⁹ Cf. Cristina Nogueira da Silva, *Constitucionalismo e Império...* p. 239.

³⁰⁰ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 239.

populações, que na diversidade cultural, étnica e religiosa dos espaços ultramarinos, não se integravam no conceito de portugueses, apesar de muitas vezes até terem assimilado formas culturais portuguesas. Os deputados partilhavam, fruto do contexto político e filosófico da época, uma visão negativa acerca da diversidade cultural desses territórios ultramarinos o que, por essa razão, levou à exclusão de grande parte dessas populações do direito de cidadania. Estiveram, assim, afastados dos debates parlamentares as populações diversas do Império Português, mesmo as referências às elites nativas cristianizadas da Índia, com hábitos culturais portugueses, foram nulas. O facto de terem sido eleitos dois deputados naturais cristãos para as Cortes vintistas, como atrás foi referido, deveu-se mais às mudanças políticas do Liberalismo que permitiram que pudessem ser cidadãos ativos aqueles que detivessem poder económico para tal. Por esta razão, a reunião de condições censitárias permitiu que, sobretudo na Índia, fossem eleitos durante todo o século XIX deputados para o parlamento na metrópole, o que, como já referimos, gerou um conflito com os luso-descendentes pela concorrência por cargos políticos³⁰¹.

O Liberalismo, com os seus ideais políticos e debates em torno da aplicação universal do princípio da cidadania, não conseguiu alterar a realidade de uma sociedade colonial muito dividida. Os censos refletem essa sociedade diversa recorrendo a uma nova conceptualização baseada nas ideias de civilização discutidas pelos deputados. Desta forma, entre 1826 e 1835, as tabelas estatísticas apresentam categorias sociais baseadas na nacionalidade, na religião e no estatuto jurídico, da seguinte forma: «europeus» subdivididos em “portugueses” e “descendentes dos ditos”; «naturais» subdivididos em “cristãos”, “gentios” e “mouros”; «negros» subdivididos em “negros” e “pardos” onde se inclui a sua condição jurídica de “livres” ou “cativos”. No que respeita à segmentação por género e idade, as tabelas continuam a dividir a população em classes segmentadas por género e divisão etária, à semelhança do que era feito desde 1776. Mantendo-se nesta segmentação as categorias utilizadas em 1797: «cristãos brancos»; «ditos naturais do país», «negros», «pardos», «gentios» e «mouros». Também os movimentos da população, casamentos, óbitos e nascimentos, alusivos ao ano do levantamento, continuaram a ser registados nos mapas.

³⁰¹ Cf. Cristina Nogueira da Silva, *Op. cit.*, pp. 160-165.

Quadro 11- As categorias sociais nos mapas da população em Goa (1718-1830)³⁰²

1718	1720	1749	1753	1776/80	1797	1828/30
Portugueses Clérigos Naturais Cafres	Eclesiásticos Branco Branco da Índia Naturais Chins Escravos Gentios Mestiços Mouros	Eclesiásticos Homens Branco Naturais Gentios Mouros Escravos Negros Timores, Chinas e Bengalas	Eclesiásticos Branco Naturais da Terra Gentios Mouros Escravos Negros Timores, Chinas e Bengalas	Cristãos Gentios	Cristãos branco Ditos naturais do país Negros Pardos Gentios e Mouros	Cristãos branco Ditos naturais do país Negros Pardos Gentios Mouros *** Europeus: - Portugueses - Descendentes dos ditos Naturais: - Cristãos - Gentios - Mouros Negros: - Negros Cativos/Livres - Pardos Cativos/ Livres

Neste subcapítulo optamos por analisar os censos dos anos de 1828³⁰³ e 1830, de Goa e Ilhas Adjacentes e de Bardez³⁰⁴. Os mapas da população da cronologia em estudo apresentam diversas novidades que se prendem com o agrupamento das populações com base na sua naturalidade e estatuto jurídico. No entanto, a segmentação com base na religião continuou a estar presentes na distinção das populações. De referir que, de forma inédita, foi feita uma especificação na categoria «naturais» onde foram incluídos os habitantes cristãos, gentios (hindus) e mouros. As novidades introduzidas nos referidos mapas leva-nos a crer que se relacionam com as questões referentes à inclusão ou exclusão dos direitos de cidadania, como acima foi

³⁰² Quadro elaborado com base nos mapas da população citados e analisados no capítulo 4.

³⁰³ Ver anexo VIII- “Mapa da População das Ilhas de Goa e suas Adjacentes do ano 1828”, p. 112.

³⁰⁴ Ficaram excluídos da análise os mapas referentes a Bardez (1828 e de 1830) por não termos tido acesso aos dados.

referido, permitindo localizar as populações que no ultramar tinham “um mínimo de valores culturais/ nacionais/ “civilizacionais” e que eram tidos como fundamento antropológico e jurídico de pertença à Nação”³⁰⁵. Estas novas categorias pretendiam estar de acordo com as novas alterações político-administrativas impostas pelo Liberalismo e devem muito aos princípios emanados pela Constituição de 1822.

Logo na primeira proposta apresentada nas Cortes constituintes de 1821/22 a favor da representação política do ultramar se referiu a ligação entre portugueses europeus e ultramarinos, em termos de origem, língua e religião. Falava-se aqui de uma comunidade “natural” quase de forma orgânica. Vista desta forma esta comunidade excluía aqueles que não partilhassem do mesmo património histórico e genético. Encontrar-se-á, porventura, a explicação para a existência da categoria «europeus» com a subdivisão entre «portugueses» e «descendentes dos ditos», nesta comunidade “natural” que incluía portugueses e portugueses ultramarinos e que tanta discussão gerou entre os deputados constituintes. A questão colocava-se no facto de que portugueses e luso-descendentes não serem as únicas populações ultramarinas, já que o império era muito heterogéneo, e mesmo entre esses descendentes essa heterogeneidade existia³⁰⁶. Basta referir que muitos dos ditos indivíduos teriam uma origem mista entre portugueses e elementos locais ou nativos. Sabemos que na Constituição de 1822 ficou consagrada o princípio do *ius sanguinis* na aquisição da cidadania, assim, em termos jurídicos eram portugueses aqueles que eram filhos de pai português³⁰⁷. Esta terá sido na eventualmente, a razão para a categoria de “Europeus”, mas fica por explicar o porquê de uma subdivisão. Aqui não é despendiêda a constante concorrência por direitos políticos e, consequentemente, por cargos na administração ultramarina entre os portugueses e as elites nativas, algumas delas luso-descendentes.

Nas discussões dos deputados constituintes sobre o acesso à cidadania portuguesa com todos os direitos políticos consagrados, muitas vezes, se secundarizaram as populações luso-descendentes da Ásia, assim como a de África³⁰⁸. Porventura, estará aqui implícita uma divisão entre aqueles que teriam todos os direitos

³⁰⁵ Cf. Cristina Nogueira da Silva, *Op. cit.*, p. 239.

³⁰⁶ Cf. Cristina Nogueira da Silva, *Op. cit.*, pp. 161-163.

³⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 169.

³⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 163.

de cidadania, os «portugueses» e aqueles, «descendentes dos ditos», que não teriam reunidos todos esses direitos face a dúvidas sobre o seu estatuto. Cristina Nogueira da Silva coloca em perspectiva as muitas interrogações pendentes sobre a nacionalidade/cidadania das populações descendentes de portugueses que habitavam a parte não europeia do império, dúvidas essas que se refletiram na pouca relevância dada à representação territorial dessas populações³⁰⁹. Seriam estes «descendentes dos ditos» as famílias da elite mestiça luso-indiana cujo poder foi crescente em termos de acesso gradual à cidadania e aos cargos públicos, incluindo os de representantes nas Cortes portuguesas? No caso da categoria «Naturais» podemos assumir que o princípio seria o do estatuto religioso da população nascida em Goa, que não tivesse acesso a quaisquer direitos de cidadania dados por *ius sanguinis*.

O critério da religião foi sempre importante na categorização feita em Goa. A convivência religiosa era tradição no Império Português de Antigo Regime, mas a separação entre cristãos e não cristãos era fundamental, pois, até com o Pombalismo o acesso a cargos públicos era feito para favorecer os nativos já cristãos³¹⁰. Essa questão não deixou de ter relevância com a Constituição de 1822. Se houve uma verdadeira discussão entre os deputados constituintes sobre a liberdade ou a uniformidade religiosa, aquilo que ficou no texto da Constituição foi que a religião da nação portuguesa era a religião católica³¹¹. Foi e continuou a ser importante a divisão entre aqueles que eram cristãos, católicos, e aqueles que não eram. Poder-se-á mesmo referir que este pensamento que ligava a cidadania ao catolicismo levava mesmo a que aqueles que professassem outra religião, dificilmente poderiam aspirar a serem portugueses. Já foi anteriormente referido que aqueles que poderiam ter acesso a uma cidadania plena seriam os que constavam na categoria «europeus», mas esta categoria de «naturais» seria uma continuidade do tipo de levantamento baseado em critérios religiosos, que sempre foi feito. Dava-se aqui uma indicação de quem, eventualmente, poderia fazer parte da comunidade de portugueses, os «cristãos» e aqueles que estavam excluídos dela, os «gentios» e os «mouros».

³⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 169.

³¹⁰ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 181.

³¹¹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 183-184.

Na categoria «negros» distinguem-se entre «negros» e «pardos», que fossem “cativos” ou “livres”. Presumivelmente «negros» e «pardos» estão inseridos na mesma categoria pela sua origem étnica comum africana. “Pardos” eram indivíduos mestiços, quase sempre resultantes de um relacionamento entre indivíduos africanos (“negros”) com indivíduos de outra etnia. Genericamente estes indivíduos, como os «negros» eram escravos³¹². Também dependente de princípios políticos e jurídicos, muito arreigados neste início do século XIX pela consolidação do regime liberal, a noção de livre estava ligada intimamente à questão de cidadania. Assim, apenas podia ser português aquele que fosse livre. Esta situação estava, naturalmente, vedada aos escravos. Parece residir aqui a explicação para esta separação entre “cativos” e “livres” à luz desta nova Constituição de 1822 e para a importância do registo dos escravos como “cativos”, não os confundindo aqui com uma categoria de «negros», como, eventualmente, se fez anteriormente nos mapas da população.

Do ponto de vista religioso a população continua maioritariamente a professar o Cristianismo nos anos e nas províncias em análise. Contudo, verificamos que nas Ilhas de Goa e Adjacentes continuou a ocorrer um aumento da população hindu (20,6% em 1828 e, 28,4%, em 1830) e bem como Bardez (12,1% em 1828 e, 14,1%, em 1830). No entanto, a população cristã tinha uma expressão maioritária, com destaque para os categorizados como «naturais» cristãos que tinham um peso significativo nesta sociedade (Goa e Ilhas Adjacentes 74% em 1828 e, 66,6%, em 1830; Bardez 87% em 1828 e, 85%, em 1830). Nos dois anos em análise a população muçulmana era residual tanto em Goa e Ilhas Adjacentes como em Bardez. Apesar dos dados não nos permitirem extrair o número de habitantes das três províncias, uma vez que não tivemos acesso aos dados de Salsete, podemos concluir que a população de Goa e ilhas adjacentes continuou a diminuir.

³¹² Cf. Timothy Walker, “Abolishing the Slave Trade in Portuguese India: Documentary Evidence of Popular and Official Resistance to Crown Policy, 1842-1860”, in *Slavery and Abolition*, London, Frank Cass Publications, volume 3, 2004, p. 66.

Quadro 12- Grupos étnico-religiosos no território das Ilhas de Goa e Adjacentes e Bardez (1828)³¹³

			NÚMEROS ABSOLUTOS		PERCENTAGEM	
GRUPOS			Ilhas	Bardez	Ilhas	Bardez
Europeus	Portugueses		366	43	1,0	0.1
	Descendentes dos ditos		592	260	1,6	0,3
Naturais	Cristãos		27442	69116	74,0	87,0
	Gentios		7634	9653	20,6	12,1
	Mouros		50	10	0,1	0,0
Negros	Negros	Cativos	687	316	1,9	0,4
		Livres	51	14	0,1	0,0
	Pardos	Cativos	204	27	0,6	0,0
		Livres	47	31	0,1	0,0
TOTAL			37073	79470	100,0	100,0

Quadro 13- Grupos étnico-religiosos no território das Ilhas de Goa e Adjacentes e Bardez (1830)³¹⁴

			NÚMEROS ABSOLUTOS		PERCENTAGEM	
GRUPOS			Ilhas	Bardez	Ilhas	Bardez
Europeus	Portugueses		55	14	0,1	0,0
	Descendentes dos ditos		794	345	2,1	0,4
Naturais	Cristãos		25565	72893	66,6	85,0
	Gentios		10919	12108	28,4	14,1
	Mouros		178	11	0,5	0,0
Negros	Negros	Cativos	508	247	1,3	0,3
		Livres	64	21	0,2	0,0
	Pardos	Cativos	239	31	0,6	0,0
		Livres	88	38	0,2	0,0
TOTAL			38410	85708	100,0	100,0

³¹³ Mapas da População das Ilhas de Goa e suas Adjacentes e da Província de Bardez. In AHU, CU, Índia, Caixa 478.

³¹⁴ Mapa da População das Ilhas de Goa e suas Adjacentes e de Bardez do ano de 1830. In AHU, CU, Índia, Caixa 485.

Tal como se pode verificar no Quadro 12, “Grupos étnico-religiosos no território das Ilhas de Goa e Adjacentes e Bardez (1828) ” e, no Quadro 13, “Grupos étnico-religiosos no território das Ilhas de Goa e Adjacentes e Bardez (1830) ”, tanto os designados «europeus» e «negros» continuam a ter uma expressão reduzida relativamente à restante população, sendo em maior número em Goa e Ilhas e Adjacentes. Através da contagem dos habitantes registada nas tabelas podemos concluir que os habitantes “cativos” se encontravam em maior número no segmento designado por «negros» do que no de «pardos». Continuou-se a verificar uma percentagem reduzida de «negros» e «pardos» no território de Goa tal como sucedeu durante o século XVIII.

A partir de 1835, fim do recorte temporal do presente estudo, foram levadas a cabo reformas relativamente à estatística demográfica. Os censos, à semelhança do que acontecera na metrópole, passavam a incluir informações sobre grupos etários, relações laborais e profissionais de acordo com o decreto de 20.10.1835.

CONCLUSÃO

Organizar um censo sem lidar com a categorização parece ser impossível. Desta forma, as características dos indivíduos, as variáveis consideradas importantes em cada período de tempo, assim como as categorias escolhidas como essenciais devem sempre fazer parte de uma análise rigorosa. Foi isso que se tentou fazer ao longo deste trabalho, que agora pretendemos concluir.

No recorte espaço-temporal desta pesquisa deparámo-nos com um avultado número de mapas estatísticos produzidos pelas entidades locais, civis e eclesiásticas, por determinação régia, seguindo um processo altamente burocrático, com a finalidade de serem remetidos ao Conselho Ultramarino, em Lisboa. Verificou-se que entre 1720 e 1753 os numeramentos disponíveis para Goa apresentam-se de forma irregular e pouco uniformizados. Neste período, tivemos acesso às contagens referentes aos anos de 1718, 1720, 1749 e 1753, existindo uma lacuna entre 1753 e 1776. As referidas situações relatadas levantam problemas ao nível da análise demográfica, nomeadamente no que se refere ao estudo da evolução da população e dos seus movimentos, principalmente nos primeiros três quartéis do século XVIII. Entre 1776 e 1835 os levantamentos aparecem de forma regular, com uma periodicidade anual e padronizada. O constrangimento referente à inconstância dos critérios de produção acaba por constituir uma oportunidade na medida em que deixa transparecer a forma como a administração portuguesa “imaginou” a população de Goa e que hierarquias sociais estabeleceu, quando diferenciava os quantitativos populacionais, nos diferentes períodos.

Com esta investigação concluiu-se que o critério religioso foi predominante ao longo do período em análise. Esta forma de categorização social- religiosa foi utilizada não só em Goa, mas também noutros territórios do *Estado da Índia*³¹⁵, ao contrário do que sucedera no Brasil e em Angola, onde o estatuto racial e jurídico ganharam protagonismo no registo das populações. A distinção religiosa não se afigurava importante nestes territórios cuja população era, nomeadamente no Brasil, predominantemente cristã. Os mapas estatísticos elaborados nas diversas partes do

³¹⁵ Cf. Diogo Paiva, *The population of Daman and Dio (1785 – 1820)*, Anais de História de Além-Mar, volume XVI, 2015, pp. 151-180.

império deveriam ser enviados para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

A prática da conversão religiosa no *Estado da Índia*, bem como o envolvimento da Igreja no processo de levantamento dos dados foram determinantes na forma como a população foi categorizada. Da análise dos mapas populacionais conclui-se que, para além das questões fiscais (cobrança de impostos), migratórias, militares (defesa do território) e económicas (recursos humanos disponíveis para o desenvolvimento dos diversos setores de atividade), as questões de natureza simbólica e religiosa também tiveram a sua importância, daí a proeminência deste tipo de categorização patente nos censos. Este retrato dá a indicação das categorias religiosas e a sua evolução neste espaço. Assim, através da análise dos valores que constam nos mapas, a composição religiosa da população das Ilhas de Goa, Bardez e Salsete era maioritariamente cristã, a comunidade hindu, apesar das práticas de conversão e dos períodos de intolerância religiosa, manteve-se com relativa expressão.

A sociedade goesa encerrava uma multiplicidade de categorias sócio- religiosas, sócio- profissionais e étnicas, onde a estratificação social incluiu não só referências europeias, mas também indianas. Esta simbiose gerou novas identidades que só, em parte, transpareceram na categorização étnico-religiosa presente nos mapas, de acordo com a visão de quem categorizava. Os «naturais» cristãos, por exemplo, foram sempre classificados numa categoria à parte, com a exceção do período entre 1776 e 1796. Desta forma, ficou bem marcada a sua origem que se refletiu no acesso a cargos políticos e religiosos, bem como na sua participação social, muitas vezes, geradores de conflitos.

Nas tabelas estatísticas aqui tratadas, a complexa sociedade goesa, marcada por castas e subcastas, que perpassavam os grupos sócio- religiosos e que constituíam elementos de hierarquização social, não se refletiu na categorização criada pelas entidades locais para segmentar a população. Apenas se apresentam pequenos apontamentos desta situação no numeramento de 1720 e referente à população cristã. Pode-se daqui inferir que não interessou às entidades locais fazer este tipo de registo, tendo em conta o propósito dos mapas, apesar de ter persistido uma organização social em castas que estruturava a vida social, económica e cultural dos indivíduos, mesmo dos cristãos.

Nos levantamentos levados a cabo entre 1720-1753, o critério étnico e estatuto jurídico também serviu para diferenciar os vassalos, tendo-se recorrido, muitas vezes, à cor da pele para identificar e segmentar a população: «homens brancos»; «naturais»; «escravos negros» ou «mestiços» / «cafres»; «timores, chins e bengalas». O número de cristãos «naturais» constituía a maioria da população nas três províncias. Este grupo ocupava cargos na administração e na vida eclesiástica, serviam de “Línguas” e ingressavam nas fileiras do exército. Ao longo do século XVIII, apesar de terem existido múltiplos conflitos, os «naturais» foram ganhando protagonismo especialmente após as medidas sociais do tempo do marquês de Pombal³¹⁶.

Os «homens brancos», «escravos negros», «timorenses, chineses, bengalas» eram grupos minoritários e poder-se-ão designar como população flutuante³¹⁷. O quantitativo populacional destes grupos foi sempre diminuto, concentrando-se nas Ilhas de Goa, capital do *Estado da Índia*, sendo residual ou inexistente em Salsete e Bardez. Quanto às minorias categorizadas com a designação de «timores, chins e bengalas» e de «escravos negros» desapareceram dos registos populacionais após 1753. Os primeiros tinham uma expressão numérica extremamente reduzida, eram maioritariamente do género feminino, habitavam nas Ilhas de Goa e só em 1753 encontramos registo desta minoria em Bardez. Não nos foi possível concluir sobre o estatuto jurídico e ocupação profissional deste grupo. No entanto, acreditamos que aqui estivessem incluídos indivíduos escravos que se dedicariam às atividades domésticas. Os segundos ganharam outras designações tendo-lhes sido associada a condição jurídica na classificação utilizada. Assim, após 1797, passando a ser categorizados como «negros» e «pardos» em 1797 e, em 1828 e 1830 de «negros» subdivididos em “negros” e “pardos” onde se inclui a sua condição jurídica de “livres” ou “cativos”. Da análise dos dados populacionais conclui-se que a sociedade goesa recorria pouco à escravatura, tendo em conta o reduzido número de habitantes nesta condição, verificando-se um decréscimo entre 1720 e 1830.

Relativamente aos europeus, os «reinóis» deslocavam-se para Goa, cumpriam uma comissão de serviço, normalmente de seis anos, que poderia ser renovada,

³¹⁶ Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes; Paulo Teodoro de Matos, *Op. cit.*, pp.37-70.

³¹⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, pp.15-70.

regressando depois à metrópole. Ocupavam, normalmente, cargos políticos, administrativos ou militares³¹⁸. Parece plausível que neste número estivessem incluídos os luso-descendentes, pelo facto de no numeramento de 1720 se distinguirem «Homens brancos filhos do Reino» de «Homens brancos filhos da Índia». Estes últimos aparecem unicamente registados em Goa e Ilhas adjacentes, com uma percentagem reduzida de 0,3% relativamente à população total desta província. Dada a sua reduzida expressão é natural que posteriormente fossem incluídos na categoria dos «portugueses brancos». Estes luso-descendentes aguardam um estudo aprofundado sobre a sua origem social e forma de relacionamento na comunidade local. Este grupo incluía habitantes do reino, que se estabeleceram na Índia, que contraíram casamentos com outros reinóis ou com indivíduos da comunidade local, bem como os seus descendentes. Estabeleceram-se, essencialmente, em Goa e na Província do Norte³¹⁹. Nos mapas de 1828 e 1830 voltaram-se a distinguir os europeus em «portugueses» e «descendentes dos ditos», embora ambos mantenham a reduzida expressão numérica. Todavia será importante recordar que a lista com os efetivos militares foi sempre enviada à parte, bem como a lista com os religiosos, nomeadamente os que se encontravam nos conventos e em missões, podendo por esta razão não estar incluídos no cômputo final.

A partir de 1776 assistiu-se a uma mudança na elaboração dos mapas populacionais. A distinção étnica não foi contemplada nos censos, situação que se justifica com as determinações políticas do marquês de Pombal, presentes no decreto de 1761 e reforçadas com a Instrução de 1774, já citados. Durante este período os registos apenas incluíam a categoria religiosa de «cristão» e «gentio» e por determinação das autoridades locais. Nos mapas elaborados após 1796 assistiu-se a um retorno à categorização étnico- religiosa anterior a 1776, com as devidas adaptações, e a uma continuidade relativamente à estrutura etária e dos movimentos populacionais após a referida data. As categorias usadas eram: «cristãos brancos»; «ditos naturais do país»; «negros»; «pardos»; «gentios e mouros». Ao contrário do que sucedeu nos mapas de 1753 e anteriores, deixaram de ser especificados os «eclesiásticos», «timores, chinás

³¹⁸ Cf. Idem, *Ibidem*, pp.37-70.

³¹⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp.37-70.

e bengalas» e a população hindu e muçulmana passou a ser incluída na mesma categoria. Quando se estabelece uma comparação dos referidos mapas com os realizados noutras partes do império, no mesmo recorte temporal, constata-se que incluíam dados referentes a questões de natureza socioeconómica. Porventura terá sucedido o mesmo em Goa.

O Liberalismo, com os seus ideais políticos e debates em torno da aplicação universal do princípio da cidadania, não conseguiu alterar a realidade de uma sociedade colonial muito dividida³²⁰. Os censos refletem essa sociedade diversa e dividida recorrendo a uma nova conceptualização baseada nas ideias de civilização discutidas pelos deputados. Na organização das grelhas continuaram a ser usadas as categorias étnico-religiosas usadas nos mapas a partir de 1796, bem como a mesma segmentação por género, estrutura etária e movimentos da população. No entanto, foram introduzidas novidades, em termos de categorização, referentes à naturalidade e estatuto jurídico dos habitantes, tendo sido introduzidas as seguintes categorias: «Europeus» (“portugueses” e “descendentes dos ditos”); «Naturais» (“cristãos”, “gentios” e “mouros”) e «Negros» (“negros” e “pardos” subdivididos em “cativos” e “livres”). Esta nova forma de categorização leva-nos a crer que se relaciona com as questões referentes à inclusão ou exclusão dos direitos de cidadania permitindo localizar as populações que no ultramar cumpriam os designados, por Cristina Nogueira da Silva, requisitos “civilizacionais” de pertença à Nação³²¹. As novidades introduzidas em termos de categorização dos habitantes, patentes nas tabelas estatísticas de 1828 e 1830, devem muito da sua origem às questões políticas e jurídicas de nacionalidade amplamente discutidas pelos deputados constituintes. De referir que nos mapas analisados nunca foram registados os estrangeiros, oriundos de outros reinos europeus, que residiam em Goa.

Em termos de categorização aquilo a que se assistiu foi a uma certa continuidade em termos de critérios utilizados, nomeadamente o critério religioso. No entanto, verificaram-se alguns momentos de mudança, mas não de verdadeira rutura. Em 1776 existiu uma simplificação das categorias, a introdução de uma segmentação etária

³²⁰ Cf. Cristina Nogueira da Silva, *Op. cit.*.

³²¹ Cf. Idem, *Ibidem*.

padronizada e os movimentos da população, não deixando, porém, de haver uma continuidade na utilização do critério religioso. Em 1797 retornou-se aos critérios étnico-religiosos utilizados antes de 1776, no entanto, houve uma continuidade na segmentação etária e no registo dos movimentos da população introduzidos em 1776. Mesmo com o Liberalismo, momento de grande rutura política e constitucional do Estado português, existiu uma continuidade em termos de critério religioso da categorização, apesar da introdução de critérios referentes à naturalidade e estatuto jurídico.

Apesar das mudanças que foram acontecendo ao longo do tempo em análise poder-se-á concluir que não se verificou uma rutura na forma como a população de Goa foi categorizada, mas sim uma continuidade tendo em conta que o critério religioso foi sempre o predominante mesmo nos momentos em que se verificaram alterações muito significativas decorrentes das ordens régias de 1776, de 1797 e até com as mudanças que ocorreram nos mapas após 1828 e o advento do Liberalismo. A partir de 1835 foram implementadas reformas significativas na estatística demográfica e, tal como sucedera na metrópole, passavam a incluir informações sobre grupos etários, relações laborais e profissionais de acordo com o decreto de 20.10.1835.

Relativamente às fontes deparamo-nos com algumas dificuldades relativamente à sua análise, uma vez que são de natureza oficial e, por isso mesmo, são bastante parciais. Outra dificuldade está mais relacionada com o processo de pesquisa, pelo facto das fontes estarem dispersas por vários arquivos e, também, por faltarem coletâneas impressas que permitam um rápido acesso às mesmas. Na verdade, o alargamento da pesquisa em mais arquivos teria contribuído para o enriquecimento do estudo, que nos propusemos desenvolver, situação que foi impossível tendo em conta o tempo limitado que tivemos para o realizar.

Apesar de todos os obstáculos, como refere José Mattoso na sua obra *Escrita da História*: “A dificuldade da tarefa estimula muitas vezes a perspicácia da busca. O trabalho histórico transforma-se então em desporto, numa autêntica aventura exploratória, quando não numa tarefa de detetive”³²².

³²² José Mattoso, *A escrita da História*, Rio de Mouro, Círculo de leitores, volume 10, 2002, p.19.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU- CU- Índia, Caixas: 19; 111; 112; 120; 328; 345; 346; 352; 356; 398; 435; 478; 485.

AHU-Angola- Códice 472.

AHU-CU-Códices: 424; 449; 516; 583.

AHU- Monções do Reino- Livro 157 A (1776-1777).

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

ANTT, Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos, maço 68.

Arquivo Histórico de Goa (AHG)

HAG-MR- Livro 86; HAG-MR- Livro 93; AHG-MR-125B.

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

BPE- CV 2-6 a); BPE- CXV/ 1:38.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

3.º Marquês de Távora, “ Instruções que o Ill.o e Ex.º Sr. Marquez de Távora deixou ao Ill.º e Ex.º Sr. Conde de Alva, que lhe veyo succeder no Governo da India”, Pangim, 7 de Novembro de 1754, disponível em BNP, <http://purl.pt/26376> (consultado em 18-02-2020).

Mapas estatísticos da população de Goa (1720-1830)

Os mapas estatísticos encontram-se disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Histórico de Goa e, no *site*, <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt>.

1718	AHU-MR-Livro 93
1720	AHG-MR- Livro 86 fls. 10-56.
1749	AHU-CU-449; ANTT-MJNE-Maço 68
1753	AHG-MR-Livro 125B, fls. 627-630.
1776	AHU-CU-Índia-Caixas 345 e 328
1780	AHU-CU-Índia-Caixas 356
1797	AHU-CU-Índia-Caixas 398
1828	AHU-CU-Índia-Caixas 478
1830	AHU-CU-Índia-Caixas 485

BIBLIOGRAFIA

A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique (Introdução de Joaquim Veríssimo Serrão), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970.

ALDEN, Dauril, "The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study", in *The Hispanic American Historical Review*, volume XLIII, número 2, 1963.

ALEXANDRE, Valentim, "As periferias e a implosão do Império", in BETHENCOURT; Francisco; CHAUDHURI Kirti (dir.) *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume IV, 1998.

AMORIM, Maria Norberta; MATOS, Paulo Teodoro de, "Historical Demography in Portugal-1950-2012", in *A Global History of Historical Demography*, Antoinette Fauve-Chamoux, Ioan Bolovan & Sølvi Sogner (eds.), Bern, Peter Lang, 2016.

ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas- Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, Lisboa, 1991.

BARBUDA, Claudio Lagrange Monteiro de, *Instruções com que El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da Índia o Governador e Capitão General e o Arcebispo Primaz do Oriente, no ano de 1774*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1903.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coords.), *História da expansão portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

_____, "Prefácio", in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coords.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume I, 1998.

_____, "Configurações políticas e poderes locais", in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (coords.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010.

_____, "O Estado da Índia", in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume III, 1998.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010.

BICALHO; Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), *Modos de Governar, Ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005.

BORDALO, Francisco Maria, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas no Ultramar- O Estado da Índia, Série II*, Livro 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

BOTELHO, T., “A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais”, in *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume XVI, 2015.

BOURDELAIS, Patrice, “The French Population Censuses and the uses during the 17th, 18th and 19th centuries”, in *The History of the Family*, 9, 2004.

BOXER, Charles, *O Império Marítimo português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 2001.

_____, *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1977.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Os escravos em Portugal- das origens ao século XX*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2017.

Collecção das leis, decretos, e alvaras que comprehende o feliz reinado del rei fidelissimo D. José I – Tomo I (1750-1760), Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797.

CAPELA, José, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.

CORDELL, Dennis D.; ITTMANN, Karl; MADDOX, Gregory H., *Counting Subjects- Demography and Empire*, Ohio University Press, 2010.

CARREIRA, António, «O primeiro “Censo” de população da capitania das Ilhas de Cabo Verde (1731)», in *Revista História Económica e Social*, número 19, Janeiro-Abril, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

CARREIRA, Ernestina, “Aspetos políticos”, in LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.), *O Império Oriental (1608-1802)*, Tomo I, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, volume V, 2006.

COSTA, João Paulo Oliveira (dir.); *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume XVI, 2015.

COSTA, João Paulo Oliveira (coord.); RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos livros, 2017.

CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores.

COUTINHO, Miguel Pereira, *Goa no tempo do Marquês de Alorna (1744-1750) - uma sociedade em transformação*, Dissertação de Mestrado em História da Expansão, UNL-FCSH, Lisboa, 2008.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R., “Espaço e Dinâmica Populacional em Luanda no Século XVIII”, in *Revista de História Económica e Social*, volume 14, 1984.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R., *A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844*, Topoi, Rio de Janeiro, volume 3, número 4, jan./ jun. 2002.

DIAS, Pedro, “A Índia- as cidades e a arquitetura”, in *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 -1822) O espaço do Índico*, Navarra, Círculo de Leitores, 1998.

DUMONT, Louis, *Homo Hierarchicus, O Sistema das Castas e as suas Implicações*, São Paulo, Edusp, 1992.

DISNEY, A. R., *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, volume II, 2009.

FOUCAULT Michel, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto, *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2001.

HESPANHA, António Manuel, “Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar”, in *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, número 7, 2018.

_____, “Estruturas Político Administrativas do Império Português”, in MAGALHÃES, Joaquim Romero (ed.), *Outro Mundo Novo Vimos*, Lisboa, CNCDP, 2001.

_____, “Fazer um império com palavras”, in XAVIER, Ângela Barreto; SILVA, Cristina Nogueira da (orgs.), *O governo dos outros: poder e diferença no Império Português*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

_____, *Filhos da Terra, Identidades mestiças nos confins do Império*, Tinta da China, Lisboa, 2019.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina, “Os poderes num Império oceânico”, in MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume 4, 1993.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, 2.ª edição, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica, 1999.

_____ (coord.), “O Império Oriental (1608-1802) ”, Tomos I e II, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, volume V, 2006.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Teodoro de, “Goa: a Simbiose Luso Oriental”, in LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.), *O Império Oriental (1608-1802)*, Tomo II, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, volume V, 2006.

LUCAS, Maria Manuela, “Organização do Império”, in MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, volume 5, 1993.

MADEIRA, Artur Boavida, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Lisboa, Patrimonia, 1999.

MALDONADO, Manuel da Cunha, RONCON, Joaquim António, *Usos e costumes*, 1846, in Arquivo Histórico Ultramarino, LR 387.

MADEIRA, Artur Boavida; RODRIGUES, José Damião; PINTO, Maria Luís Rocha “A base demográfica”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, volume VII, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza, *A cidade de S. Paulo- Povoamento e População (1750-1850)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

_____, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*, Editora Hucitec, São Paulo, 2000.

_____, “A população do Brasil Colonial”, in *História da América Latina*, América Latina Colonial, Leslie Bethell (org.) Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, volume II 1999.

MARTIN, Olivier, “Da estatística política à sociologia estatística; desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII- XIX) ”, in *Revista Brasileira de História*, volume 21, número 41, 2001.

MASCARENHAS, Constâncio, *As Castas da Índia. Esboço de estudo antro-po-social*, Porto 1924.

MATOS, Paulo Teodoro de, “A População de Goa, 1720 – 2011. Elementos para uma visão global,” in MATOS, Artur Teodoro de; CUNHA, João Teles e (coord.), *Goa: Passado e Presente*, Lisboa, CEPCEP/CHAM, 2012.

_____, “Imaginar, contar e descrever as populações coloniais portuguesas, 1776-1875: notas de uma pesquisa em curso”, in *Revista Brasileira de Estudos da População*, Belo Horizonte, volume XXXIV, número 3, set./dez., 2017.

_____, “The Population of the Portuguese Estado da India, 1750 – 1820: Sources and Demographic Trends”, in Laura Jarnagin, *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511 – 2011, The Making of the Luso-Asian World: Intricacies of Engagement*, Singapore, Institute of Southeast Asian Studies, volume 1, 2011.

_____, “O numeramento de Goa de 1720”, in *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume VIII, 2007.

_____, “Santa Cruz da ilha Graciosa (1799-1850), população, grupos familiares e profissões”, in *Arquipélago, História*, 2ª série, IV – número 2, 2000.

MATOS, Paulo Teodoro de; SANTOS Carlota, (orgs.) *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas*, séculos XV a XX, Porto, CITCEM, 2015.

MATOS, Paulo Teodoro; Paiva, Diogo de; “Population Censuses in the Portuguese Empire, 1750 – 1820: Research Notes”, in *Romanian Journal of Population Studies*, volume VII, número 1, 2013.

MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Paulo Silveira e, “A Estatística da População na América Portuguesa-1750-1820”, in *Memórias-Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano*, número 25, janeiro-abril, Universidad del Norte Barranquilla, Colômbia, 2015.

_____, “Settlers for the empire: the demography of the Azores Islands (1766- 1835)”, in *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume XVI, 2015.

MATTOS, Hebe Maria, “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica”, in FRAGOSO João; BICALHO Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima (orgs.), *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, capítulo 4, 2001.

MENDES, A. Lopes, *A Índia Portuguesa. Breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

MORAIS, Carlos Alexandre, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*, Macau, Edições ICM, Instituto Rainha D. Leonor, 1993.

MOREIRA, Maria João Guardado; PINTO, Maria Luís Rocha, “The quality of demographic data in 1804 comparing Paraíba do Norte (Brazil), Angola and Goa”, in *Anais de História de Além-Mar*, volume XVI, 2015.

MOREIRA, Maria João Guardado; RODRIGUES, Teresa Ferreira, “A quantificação das almas”, in RODRIGUES, Teresa (coord.), *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, CEPESE, Porto, Edições Afrontamento, 2008.

NAZARETH, J. Manuel, *Demografia- A ciência da população*, Lisboa, Editorial Presença, 2004.

NEWITT, Malyn, *Portugal na História da Europa e do Mundo*, 2ª edição, Alfragide, Texto, 2012.

PAIVA, Diogo, *“The population of Daman and Dio (1785 – 1820) ”*, in *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume XVI, 2015.

PEARSON, M.N., *Os Portugueses na Índia*, Editorial Teorema, Lda., 1987.

PEREIRA, Bragança, “O sistema de castas”, in *O Oriente Português*, volume XVII, números 1-4, Nova Goa, 1920.

_____, “Os ranes, os quetris, os oixos, os chardós e os brâmanes de Goa”, in *O Oriente português*, volume 16, números 7-8, 1919.

PEREIRA, Cláudia, *Casta, tribo e conversão: os Gaudde de Goa*, Lisboa, ISCTE-IUL, 2009, Tese de doutoramento. [Consultada: 12 de dezembro de 2019].
(Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/7433>)

PEREZ, Rosa Maria, “Goa, Modos de Olhar”, in *Oceanos*, números 19-20, Lisboa, 1994.

_____, “Hinduísmo e Cristianismo em Goa: os Limites da Casta”, in PEREZ, Rosa Maria Susana Sardo; BRITO, Joaquim Pais de (org.), *Histórias de Goa*, Lisboa, Instituto Português dos Museus, 1997.

_____, *Kings and Untouchables. A Study of the Caste System in Western India*, Nova Deli, Chronicle Books, 2004.

_____, *Reis e Intocáveis. Um Estudo do Sistema de Castas no Noroeste da Índia*, Oeiras, Celta, 1994.

PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa, “A evolução da população ao longo do século XIX — uma perspetiva global”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- UNL*, número 6, 1992.

PISSURLENCAR, Panduronga, *Agentes da diplomacia Portuguesa na Índia, Hindus, Muçulmanos Judeus e Parses*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1952.

_____, “O elemento Hindu na casta Chardó”, in *O Oriente Português*, volume 30, números 12-13, Bastorá, Tipografia Rangel, 1936.

RATO, Diana Cristina Teles, “The population of Macao, 1770s – 1820s”, in *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, Lisboa, Ponta Delgada, volume XVI, 2015.

REVEL, Jacques, *A invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha, *A conjuração em 1787 em Goa, e varias cousas desse tempo*, Memória Histórica, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875.

ROCHA, Leopoldo da, *Confrarias em Goa (séculos XVI-XX)*, *Conspecto Histórico-Jurídico*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

RODRIGUES, Eugénia; CÂNDIDO, M. P., “Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX”, in *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, volume 44, número 3, setembro-dezembro, 2018.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., “ Comunidades Étnicas”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume III, 1998.

_____, *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Algés, Difel, 1998.

SANTOS, António César de Almeida, “Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII”, in DORÉ A.; SANTOS. A. C. A., (dir.) *Temas setecentistas- Governos e populações no Império Português*, Curitiba, UFPR/SCHLA – Fundação Araucária, 2009.

SERRÃO, José Vicente “O quadro Humano”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, volume 4, 1993.

SILVA, António Delgado, *Collecção de Legislação Portuguesa* (legislação de 1750 a 1762; 1763-1774; 1775 a 1790), Lisboa, Typographia Maigrense, 1825-1830.

SILVA, Cristina Nogueira da, *Constitucionalismo e Império: a cidadania no ultramar português*, Coimbra, Almedina, 2011.

SILVA, Cristina Nogueira da; XAVIER Ângela Barreto (orgs), *O governo dos outros: poder e diferença no Império Português*, Lisboa, ICS- Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

SIQUEIRA, Alito, “Goa: do Ocidentalismo ao Pós-Colonialismo” in, PEREZ, Rosa Maria (org.), *Os Portugueses e o Oriente- História, Itinerários, Representações*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.

SOUSA, Fernando de, “A População Portuguesa em finais do século XVIII”, in *População e Sociedade*, Centro de Estudos da População e Família, número 1, Porto, 1995.

_____, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, INE, 1995.

SOUZA, Teotónio de, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

_____, *O Império asiático português (1500-1700). Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995.

SZMRECSÁNYI, Tamás, “Da aritmética política à demografia como ciência”, in *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, 16, números 1-2, jan./dez., 1999.

THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1975.

_____, *A economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962.

_____, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª ed. correta e ampliada, Lisboa, Presença, 1981-1983.

WAGNER, Ana Paula, «Moçambique e seu "diminuto número de habitantes": recenseamentos da população da África oriental portuguesa, no último quartel do século XVIII», in *Diálogos- Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, volume 11, números 1-2, 2007.

_____, *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*, Tese de Doutorado em História, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

WALKER, Timothy, "Abolishing the Slave Trade in Portuguese India: Documentary Evidence of Popular and Official Resistance to Crown Policy, 1842-1860" in *Slavery and Abolition*, London, Frank Cass Publications, volume 3, 2004.

XAVIER, Ângela Barreto *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

_____, "Ser cidadão no Estado da Índia (séculos XVI-XVIII) ", in Ângela Barreto Xavier; Cristina Nogueira da Silva (orgs.), *O governo dos outros: poder e diferença no Império Português*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

ANEXOS

ANEXO I- Planta da ilha de Goa na India e suas terras confinantes (1747)³²³



ANEXO II- “Mapa de Goa (1750)”³²⁴



³²³ *Planta da ilha de Goa na India e suas terras confinantes (1747)* BNP, disponível em <http://purl.pt/3987> (consultado em 9/02/2020).

³²⁴ “*Mapa de Goa*”, *Histoire générale des Voyages de Jean-François de la Harpe (1750)*, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Conquista_portuguesa_de_Goa (consultado em 9/02/2020).

ANEXO IV- Mapa com o “Resumo dos habitantes de Goa Salsete Bardez, Diu, Damão e Angediva (1749)”³²⁶

Nº 5º

Resumo de todos os habitantes das Ilhas de Goa Salsete, Bardez, Diu, Damão, e Angediva assim Ecclesiasticos, como Seculares de todas as
Navegens Alhe o ultimo de Dezembro de 1745.

	Ecclesiasticos				Homens Brancos				Naturaes				Sinhos			
	Paroquia de Nossa Senhorinha	De S. Pedro	De S. Paulo	Menores das	Machos	Fêmeas	Meninos	Meninas	Machos	Fêmeas	Meninos	Meninas	Machos	Fêmeas	Meninos	Meninas
Ilha de Goa, e suas Adjacentes	296	53	35	81	426	413	172	145	13240	15310	7883	6185	2783	2376	1554	836
Provincia de Salsete	360	42	40	57	75	80	33	43	18133	22050	12521	9385	582	561	286	122
Provincia de Bardez	180	24	15	68	128	120	60	43	13780	18535	8588	7583	2083	2001	318	648
Diu	7	0	0	1	62	27	9	7	287	287	84	110	3210	3330	2372	1773
Damão	17	0	0	3	33	103	33	30	781	1117	73	103	2718	2875	1255	1053
Angediva	2	0	0	2	15	6	10	5	244	244	118	127	5	3	2	0
Summa	852	113	30	212	745	729	328	278	52833	57615	23257	23717	11581	12726	6407	4522

	Mouros				Escravos Negros				Timores Chinas Bengalas			
	Machos	Fêmeas	Meninos	Meninas	Machos	Fêmeas	Meninos	Meninas	Machos	Fêmeas	Meninos	Meninas
Ilha de Goa, e suas Adjacentes	2	2	5	0	336	330	240	152	62	283	10	7
Provincia de Salsete	13	15	5	6	331	236	95	81	0	0	0	0
Provincia de Bardez	50	72	17	8	188	135	37	21	0	0	0	0
Diu	332	316	264	200	58	112	16	15	0	0	0	0
Damão	237	266	217	315	52	143	7	8	2	2	0	0
Angediva	1	0	0	2	10	1	0	2	1	0	0	0
Summa	843	873	708	523	1675	1727	377	277	68	294	10	7

³²⁶ AHU, CU, códice 424, fl. 115v.

ANEXO V- Excerto do "Mapa dos habitantes de Goa e as Suas Ilhas (1776)" ³²⁷

Goa e as Suas Ilhas	Habitantes	Christãos	Muulões	Indios	Muulões	Indios
1. Si. Prinaual	0336	0000	0025	0029	0000	0000
2. Aldeia de Alvaros	0044	0002	0000	0005	0000	0000
3. Aldeia de S. Lázaro	0039	0004	0006	0004	0000	0000
4. Freg. de S. Mateus	0030	0008	0000	0003	0000	0000
5. Freg. de S. João	0148	0492	0002	0003	0004	0010
6. Freg. de S. Maria	0012	0023	0000	0000	0000	0001
7. Freg. de S. Thomaz	0093	0007	0003	0015	0000	0001
8. Freg. de S. Domingos	0238	0018	0009	0010	0000	0000
9. Freg. de S. Francisco	1731	0328	0049	0117	0010	0008
10. Freg. de S. Maria Chaparim	0002	0000	0000	0000	0000	0000
11. Freg. de S. João	0464	2489	0012	0053	0068	0003
12. Freg. de S. Thiago	0119	0048	0000	0007	0000	0000
13. Freg. de S. Carmandolim	0500	0179	0027	0037	0003	0013
14. Freg. de S. Cordeiro	0541	0048	0002	0010	0000	0000
15. Freg. de S. Chelinho	0237	0000	0004	0020	0000	0000
16. Freg. de S. Mandim	0839	0555	0026	0035	0000	0000
17. Freg. de S. Maria	0267	0047	0036	0064	0000	0000
18. Freg. de S. Chayam	3432	0177	0132	0233	0002	0010
19. Freg. de S. João Velha	1840	0086	0062	0147	0000	0000
20. Freg. de S. Guadalupe	0837	0035	0028	0067	0000	0001
21. Freg. de S. Quim	0232	0000	0006	0016	0000	0000
22. Freg. de S. Lourenço	0073	0020	0002	0002	0000	0000
23. Freg. de S. Salomão	0313	0014	0013	0026	0000	0000
24. Freg. de S. Curia	0626	0064	0038	0025	0000	0000
25. Freg. de S. Pedro	0878	0242	0043	0041	0008	0001
	14058	4886	0485	0964	0095	0648

³²⁷ Goa e as Suas Ilhas, 1776, AHU, CU, Índia, Caixa 345 (excerto) in, http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/pictureFiles/pdf/AHU, CU, Índia, Caixa 345_1.pdf, disponibilizados pela base de dados "Counting Colonial Populations: The Demography and the uses of statistics in the Portuguese Empire, 1776 - 1875", NOVA-FCSH (consultado em 9/02/2020).

ANEXO VI- Excerto do “Resumo Geral do Número dos habitantes que existem nas Aldeias das Ilhas de Goa, e suas adjacentes (1776)” ³²⁸

170
185

*Resumo Geral do Numero dos habitantes
ta que existem nas Aldeias das Ilhas de Goa
e suas adjacentes assim Christãos como gentios
feita pelas Relações que os Cabos e Escrivães
das Aldeias deram na Conformidade da ordem que lhe
foi dirigida divididos em duas classes na forma a
baixo exemplificada...*

Nome da Aldeia	Christãos do sexo masculino	Christãos do sexo feminino	Christãos do sexo masculino e feminino	Gentios do sexo masculino	Gentios do sexo feminino	Gentios do sexo masculino e feminino	Total	Christãos	Gentios	Total
Aldeia Taleigao	0801	0817	1782	0231	0827	0564	1248	0783	0210	08310
Aldeia Calliapor	0222	0231	0766	0019	0226	0179	0641	0160	0005	02268
Aldeia Anurag	0063	0031	0304	0016	0032	0067	0295	0023	0022	00901
Aldeia Covamboly	0072	0057	0237	0022	0061	0044	0206	0038	0003	00760
Aldeia de Choris	0441	0437	0878	0399	0263	0200	0396	0313	0067	03122
Aldeia Chumbel	0242	0284	0869	0067	0219	0212	0801	0074	0012	03080
Aldeia Taluolom	0020	0023	0117	0009	0020	0024	0078	0038	0002	00633
Aldeia Morabigil	0033	0035	0109	0018	0033	0028	0286	0039	0002	00690
Aldeia Polim	0079	0060	0284	0013	0060	0022	0226	0063	0009	00808
Aldeia Maulim	0113	0117	0425	0047	0108	0066	0281	0273	0011	01963
Aldeia Corlye Oara	0066	0076	0264	0004	0074	0038	0262	0053	0000	00809
Aldeia Encarpillaula	0008	0004	0028	0000	0006	0001	0037	0004	0002	00090
Aldeia Fica	0179	0173	0689	0095	0139	0158	0534	0229	0023	02119
Aldeia Quia e Vama	0048	0056	0244	0012	0023	0033	0127	0020	0002	00593
Aldeia Murcha	0042	0033	0119	0018	0033	0023	0096	0035	0002	00423
Aldeia Batim	0284	0129	0201	0011	0053	0068	0198	0096	0004	00844

³²⁸ Resumo Geral do Número dos habitantes que existem nas Aldeias das Ilhas de Goa, e suas adjacentes assim Christãos como Gentios feita pelas Relações que os Cabos, e Escrivães das Aldeias, deram na Conformidade da ordem que lhe foi dirigida divididos em (...), 1776, AHU, MR, 157A, fl. 170-170v, in <http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/pictureFiles/pdf/AHU, MR 157A, fl. 170-170v.pdf>, disponibilizados pela base de dados "Counting Colonial Populations: The Demography and the uses of statistics in the Portuguese Empire, 1776 - 1875", NOVA-FCSH (consultado em 9/02/2020).

³²⁹ *Mapa dos habitantes das Aldeias da Província de Salcete do ano de 1800*, feito por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governor, e Capitão General deste Estado da Índia, 1800, AHU, CU, Índia, Cx 401, in http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/pictureFiles/pdf/AHU, CU, Índia, Caixa 401_4.pdf, disponibilizados pela base de dados "Counting Colonial Populations: The Demography and the uses of statistics in the Portuguese Empire, 1776 - 1875", NOVA-FCSH (consultado em 9/02/2020).

111

ANEXO VIII- “Mapa da População das Ilhas de Goa e suas Adjacentes (1828)”³³⁰

[illegible]

³³⁰ “Mapa da População das Ilhas de Goa, e suas Adjacentes do ano 1828 dividido em diferentes classes nele especificadas”, 1828, AHU, CU, Índia, Caixa 478, in http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/pictureFiles/pdf/AHU, CU, Índia, Caixa 478_7.pdf, disponibilizados pela base de dados "Counting Colonial Populations. The Demography and the uses of statistics in the Portuguese Empire, 1776 - 1875", NOVA-FCSH (consultado em 9/02/2020).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1718)	57
Quadro 2- Estrutura hierárquica do Numeramento de 1720 seguida pelas entidades locais, de acordo com a “calidade das peças”	59
Quadro 3- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1720)	61
Quadro 4- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1749)	65
Quadro 5- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1753)	66
Quadro 6- Número total de habitantes por categoria social e étnico-religiosa (1720-1753)	67
Quadro 7- Segmentação da população por género e idade	72
Quadro 8- Grupos religiosos no território de Goa (1776)	74
Quadro 9- Grupos religiosos no território de Goa (1780)	75
Quadro 10- Grupos étnico-religiosos no território de Goa (1797)	78
Quadro 11- As categorias sociais nos mapas da população em Goa- 1718-1828	84
Quadro 12- Grupos étnico-religiosos no território de Goa e Ilhas Adjacentes e Bardez (1828)	88
Quadro 13- Grupos étnico-religiosos no território de Goa e Ilhas Adjacentes e Bardez (1830)	88

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I- Planta da ilha de Goa na India e suas terras confinantes (1747)	106
ANEXO II- “Mapa de Goa (1750) ”	106
ANEXO III- Excerto do “Numeramento de 1720”	107
ANEXO IV- Mapa com o “Resumo dos habitantes de Goa Salsete Bardez, Diu, Damão e Angediva (1749) ”	108
ANEXO V- Excerto do “Mapa dos habitantes de Goa e as Suas Ilhas (1776) ”	109
ANEXO VI- Excerto do “Resumo Geral do Número dos habitantes que existem nas Aldeias das Ilhas de Goa, e suas adjacentes (1776) ”	110
ANEXO VII - “Mapa dos Habitantes das Aldeias da Província de Bardez do ano de 1800 feita por ordem do Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Governador, e Capitão General das Índias com as divisões determinadas”	111
ANEXO VIII- “Mapa da População das Ilhas de Goa e suas Adjacentes (1828) ”	112

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1- O território de Goa na segunda metade do século XVIII	2
Figura 1- Vista panorâmica da <i>Velha</i> cidade de Goa	4
Figura 2- “Mulher Gentia”	48
Figura 3- “Gentio Bramine”	48
Figura 4- “Carpinteiro”	49